



DIÁRIO

da Assembleia da República

I LEGISLATURA

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1978-1979)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 6 DE DEZEMBRO DE 1978

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Teófilo Carvalho dos Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Alfredo Pinto da Silva
 José Gonçalves Sapinho
 Maria José Paulo Sampaio
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMÁRIO: — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Na continuação do debate sobre o Programa do IV Governo Constitucional, usaram da palavra em intervenções, além dos Srs. Ministros dos Assuntos Sociais (Pereira Magro), da Comunicação Social (Proença de Carvalho) e da Educação e Investigação Científica (Valente de Oliveira), os Srs. Deputados Veiga de Oliveira (PCP), Brás Pinto (Indep.), Salgado Zenha (PS), Nuno Abecasis (CDS), Menores Pimentel (PSD), Jerónimo de Sousa (PCP), Acácio Barreiros (UDP), Carmelinda Pereira (Indep.), Pedro Roseta (PSD), Teresa Ambrósio (Indep.), Helena Roseta (PSD) e Luís Cacito (PS), e, a diverso título, os Srs. Deputados António Arnaut (PS), Zita Seabra (PCP), Gomes Carneiro (PS), Alberto Andrade (PS), Vital Moreira (PCP), Carlos Robalo (CDS), Jorge Lemos (PCP), Luís Filipe Madeira (PS), Acácio Barreiros (UDP), Fernando Roriz (PSD), Carlos Brito (PCP), Nuno Abecasis (CDS), Carlos Lajes (PS), Zita Seabra (PCP), Carvalho Cardoso (CDS), Teresa Ambrósio (PS) e Eduardo Pereira (PS), a alguns dos quais os oradores responderam.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 21 horas e 25 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 14 horas e 50 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 Agostinho Martins do Vale.
 Alberto Augusto M. da Silva Andrade.
 Alberto Marques Antunes.
 Alfredo Fernando de Carvalho.
 Alfredo Pinto da Silva.
 Álvaro Monteiro.
 Amadeu da Silva Cruz.
 António Alberto Monteiro de Aguiar.
 António Barros dos Santos.
 António Cândido Miranda Macedo.

António Carlos Ribeiro Campos.
 António Chaves Medeiros.
 António Duarte Arnaut.
 António Fernando Marques Ribeiro dos Reis.
 António José Sanches Esteves.
 António Magalhães da Silva.
 Armando dos Santos Lopes.
 Avelino Ferreira Loureiro Zenha.
 Beatriz Almeida Cal Brandão.
 Carlos Cardoso Lage.
 Carlos Justino Luís Cordeiro.
 Carlos Manuel da Costa Moreira.
 Carlos Manuel Natividade da Costa Candal.
 Delmiro Manuel de Sousa Carneira.
 Dieter Dellinger.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Eurico Manuel das Neves Henriques Mendes.
 Fernando Jaime Pereira de Almeida.
 Fernando Reis Luís.
 Florêncio Joaquim Quintas Matias.
 Francisco António Marcos Barracosa.
 Francisco de Assis de Mendonça Lino Neto.
 Francisco Igrejas Caeiro.
 Gualter Viriato Nunes Basílio.
 Herculano Rodrigues Pires.
 Jerónimo da Silva Pereira.
 João Alfredo Félix Vieira Lima.
 Joaquim José Catanho de Menezes.
 Joaquim Manuel Barros de Sousa.
 Joaquim Oliveira Rodrigues.
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
 José Cândido Rodrigues Pimenta.
 José dos Santos Francisco Vidal.
 José Ferreira Dionísio.
 José Gomes Fernandes.
 José Manuel Niza Antunes Mendes.

Júlio Francisco Miranda Calha.
 Ludovina das Dores Rosado.
 Luís Abílio da Conceição Cacito.
 Manuel Branco Ferreira Lima.
 Manuel Joaquim Paiva Pereira Pires.
 Manuel Lencastre Menezes de Sousa Figueiredo.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Rodolfo Alexandrino Suzano Crespo.
 Sérgio Augusto Nunes Simões.
 Teófilo Carvalho dos Santos.
 Vasco da Gama Lopes Fernandes.
 Victor Fernandes de Almeida.

Partido Social-Democrata (PSD)

Amândio Anes de Azevedo.
 Amantino Marques Pereira de Lemos.
 Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo.
 Anatónio Manuel dos Santos Vasconcelos.
 António das Neves Costa.
 António Augusto Gonçalves.
 António Coutinho Monteiro de Freitas.
 António Egidio Fernandes Loja.
 António Joaquim Bastos Marques Mendes.
 António Júlio Simões de Aguiar.
 Arcanjo Nunes Luís.
 Armando António Correia.
 Arnaldo Ângelo de Brito Lhamas.
 Augusto Nunes de Sousa.
 Carlos Alberto Coelho de Sousa.
 Cristóvão Guerreiro Norte.
 Eduardo José Vieira.
 Fernando Adriano Pinto.
 Fernando José da Costa.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 Francisco Barbosa da Costa.
 Francisco Braga Barroso.
 Gabriel Ribeiro da Frada.
 João António Martelo de Oliveira.
 João Gabriel Soeiro de Carvalho.
 João José dos Santos Rocha.
 João Manuel Ferreira.
 José Adriano Gago Vitorino.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José António Nunes Furtado Fernandes.
 José Augusto de Almeida de Oliveira Baptista.
 José Bento Gonçalves.
 José Ferreira Júnior.
 José Gonçalves Sapinho.
 José Joaquim Lima Monteiro de Andrade.
 José Júlio Carvalho Ribeiro.
 Júlio Maria Alves da Silva.
 Luís Fernando Cardoso Nandim de Carvalho.
 Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.
 Manuel Cunha Rodrigues.
 Manuel Henriques Pires Fontoura.
 Manuel Sérgio Vila Lobos Menezes.
 Maria Élia Brito Câmara.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Olívio da Silva França.
 Victor Hugo Mendes dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS)

Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.
 Álvaro Dias de Sousa Ribeiro.

Ângelo Alberto Ribeiro da Silva Vieira.
 Carlos Martins Robalo.
 Francisco António Lucas Pires.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João José Magalhães Ferreira Pulido de Almeida.
 Joaquim A. da F. P. de Castelo Branco.
 José Cunha Simões.
 José Luís Rebocho de Albuquerque Christo.
 José Manuel Cabral Fernandes.
 José Vicente de Jesus Carvalho Cardoso.
 Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Victor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 António Joaquim Navalha Garcia.
 António Marques Juzarte.
 António Marques Pedrosa.
 Cândido de Matos Gago.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Carlos H. S. Aboim Inglês.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Diamantino José Dias.
 Eduardo Sá Matos.
 Fernanda Peleja Patrício.
 Francisco Miguel Duarte.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 Georgette de Oliveira Ferreira.
 Hermenegilda Rosa Camolas Pacheco Pereira
 Jaime dos Santos Serra.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 Joaquim da Silva Rocha Felgueiras.
 Jorge do Carmo da Silva Leite.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 José Cavalheira Antunes.
 José Manuel da Costa Carreira Marques.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Duarte Gomes.
 Manuel Mendes Nobre de Gusmão.
 Manuel do Rosário Moita.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Nicolau de Ascensão Madeira Dias Ferreira
 Raul Luís Rodrigues.
 Severiano Pedro Falcão.
 Vital Martins Moreira.
 Victor Henrique Louro de Sá.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

União Democrática Popular (UDP)

Acácio Manuel de Frias Barreiros.

Independentes

António Jorge de Oliveira Aires Rodrigues.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Carlos Galvão de Melo.
 Carmelinda Maria dos Santos Pereira.
 José Justiniano Tabuada Brás Pinto.
 Reinaldo Jorge Vital Rodrigues.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 164 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 5 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos iniciar a discussão do Programa do IV Governo Constitucional e para esse efeito vou dar a palavra ao Sr. Ministro dos Assuntos Sociais.

O Sr. Ministro dos Assuntos Sociais (Pereira Magro): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tenho a honra de subir a esta tribuna para indicar os pontos mais relevantes da acção do IV Governo Constitucional no que à saúde e segurança social respeita.

É indiscutível o imperativo da implantação de um Serviço Nacional de Saúde. Mais do que um imperativo constitucional, é um imperativo de consciência.

Mas, quanto a nós, a implantação de um Serviço Nacional de Saúde será extremamente facilitada se precedida de uma série de medidas e de acções que torne possível a sua eficiente e harmoniosa actuação.

Assim: há que promover que as unidades prestadoras de cuidados primários de saúde cumpram integral e eficazmente as suas funções, libertando-as de cuidados diferenciados para o desempenho das suas tarefas específicas; há que tornar rápido, cômodo e eficiente o acesso de todos os portugueses a todos os cuidados de saúde; há que melhorar drasticamente a promoção da saúde e a prevenção da doença.

E para tanto que se propõe fazer este Governo?

Propõe-se estabelecer as estruturas periféricas que, conjugando concertadamente meios humanos e materiais existentes, reforçando-os onde for necessário, promovam o seu máximo rendimento, facultando a toda a população cuidados de saúde humanizados e de boa qualidade; propõe-se criar esquemas operacionais de interligação entre as unidades de prestação de cuidados primários e as de cuidados diferenciados, por forma que os respectivos utentes sintam que não há hiato entre umas e outras; propõe-se conseguir que não haja delongas no tratamento hospitalar por carenção de informações técnicas.

E mais: propõe-se promover os sistemas e meios que permitam minimizar o tempo de estada nos hospitais, na tripla perspectiva de se aumentar a sua capacidade de resposta, de se diminuir os custos por tratamento e de se devolver os utentes, no mais curto prazo, ao meio que é o seu, à família que ansiosamente o espera.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No prosseguimento destas medidas e acções há que concentrar esforços, minimizar custos, maximizar resultados. E há que conseguir tudo isso reunindo e coordenando a acção de pequenas unidades dispersas destinadas à prestação de cuidados, especializando-as, melhorando a formação profissional dos seus trabalhadores, estimulando-os para um mais eficiente cumprimento de uma profissão tão árdua, mas tão bela por tão humana.

E há que conseguir tudo isso reformulando o funcionamento das grandes unidades hospitalares. Há que rever sistemas e horários de trabalho, por forma a permitir melhor utilização dos equipamentos existentes, sobretudo dos mais onerosos e sofisticados.

Com efeito, não podemos admitir que equipamentos de alto preço funcionem apenas quatro a cinco horas

por dia e que acções da sua utilização dependem esperem, às vezes, longas semanas. Não podemos admitir que, por subutilização de meios, uma pessoa sofra necessariamente, agravando eventualmente o seu estado de saúde, já precário, ou que a progressão da cura seja prejudicada.

E mais: há que pôr rapidamente em funcionamento todo o equipamento, tantas vezes de elevado custo, que se encontra por instalar há meses e mesmo há anos. Há ainda que promover uma mais equilibrada distribuição do pessoal qualificado, nomeadamente do pessoal médico, por todo o território, por forma a ultrapassar o desequilíbrio de condições existentes entre a população das cidades e a das zonas rurais, distribuição que, mais do que imposta, deve ser promovida através da criação de condições que atraiam os profissionais da saúde, proporcionando-lhes carreiras em que se sintam plenamente realizados.

De facto tem este país neste momento cerca de 16 000 médicos. E desses 16 000 tem 12 000 já com a formação adequada ao eficaz desempenho da sua actividade. E tem este país cerca de 20 000 camas distribuídas pelos hospitais distritais e centrais. Assim, a repartição de 6000 médicos pelos serviços hospitalares, que corresponderia a um *ratio* do nível dos existentes nos países europeus mais desenvolvidos, permitiria, desde logo, que os restantes 6000, se equilibradamente distribuídos, se dedicassem à prestação de cuidados primários e proporcionassem uma cobertura de 1 médico por cada 1700 habitantes, isto é, uma cobertura médica perfeitamente aceitável e, até, mais favorável do que a existente na maior parte dos países da Europa.

E não queremos deixar de salientar que as 10 000 camas dos hospitais centrais, se bem aproveitadas, permitem o internamento em cada ano de 200 000 doentes. E não queremos deixar de salientar que as 10 000 camas dos hospitais distritais permitiriam o internamento anual de 300 000 doentes. E não queremos ainda deixar de salientar que tais números correspondem na prática às necessidades de uma população que ronda os 10 milhões de habitantes.

Não nos encontramos, portanto, perante meios insuficientes! Encontramo-nos, sim, perante deficientes utilizações desses meios!

A reorganização que pretendemos poderá, a muito curto prazo, e se formos ajudados por todos os intervenientes no processo, conduzir a economias substanciais, a poupanças que deverão ser investidas para servir as populações mais carenciadas.

O melhor aproveitamento da rede hospitalar será, contudo, inteiramente impossível sem a completa reformulação dos cuidados primários de saúde, sem modificar o atendimento nos serviços periféricos, sem deixar de exigir a um médico actuações eficazes quando apenas se lhe dá dez minutos para ver cada doente e se lhe paga 20\$ por cada acto médico.

E, finalmente, não será possível melhorar a saúde dos Portugueses sem reformular a estrutura dos serviços da Secretaria de Estado da Saúde, sem promover uma verdadeira desconcentração de competências, sem concretizar uma verdadeira regionalização de um serviço de saúde que se pretende nacional, mas que se pretende também eficaz.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No que à segurança social diz respeito, e tendo igualmente como objectivo atingir os imperativos constitucionais em ritmo só

limitado pela exiguidade dos meios, é propósito deste Governo dedicar especial atenção à uniformização das prestações. E fazemos notar que o nosso Programa se dirige muito especialmente às populações rurais, que sofrem as carências e os desniveis mais gritantes.

O ano em curso foi fundamentalmente caracterizado por uma política de alargamentos de âmbito. Consequentemente, os montantes das prestações ultrapassaram em cerca de 10% o orçamento aprovado: 1 milhão de contos a mais do que o previsto para a terceira idade; 1 200 000 contos para a invalidez e reabilitação; 2 milhões de contos para a população activa.

Tem-se como certo que este último agravamento corresponde fundamentalmente ao aumento indiscriminado de baixas por doença, que há que moralizar, sobretudo pela via da sensibilização dos trabalhadores e dos médicos, esperando-se que, por essa via, se torne desnecessário o recurso à utilização de meios repressivos.

É também propósito do Governo iniciar a progressiva e metódica descentralização das acções e da gestão da segurança social. Há que aproximar as decisões executivas dos locais das prestações directas, embora com base em regras técnico-normativas e num planeamento central que evitem ainda maiores desequilíbrios e deseconomias.

E é ainda propósito do Governo fomentar as iniciativas locais, nomeadamente no domínio dos equipamentos sociais integrados para a infância e para a terceira idade, prestando a essas iniciativas toda a colaboração técnica e todo o apoio financeiro que sejam necessários e possíveis.

Há igualmente que reforçar os meios e as acções conducentes à recuperação dos atrasados do recebimento das contribuições à Previdência e impedir o seu agravamento. É preciso não esquecer que estas contribuições são a fonte financeira principal das acções da segurança social e que os atrasos, que no início do corrente ano rondavam já os 18 milhões de contos, se situam neste momento à volta dos 24 milhões.

A recuperação, embora eventualmente desenvolvida através de medidas diferentes, deve atingir não só as empresas privadas, mas também as públicas, as nacionalizadas e as intervencionadas.

Com efeito, a segurança social não pode ser um meio paralelo à banca para financiamento dos deficits das empresas.

Finalmente, e na prossecução da pretendida uniformidade de esquemas de prestações, uniformidade essa que é um dos elementos básicos do conceito de segurança social, propomo-nos iniciar os estudos conducentes à elaboração da carta portuguesa de segurança social.

Nessa carta se estabelecerão as grandes linhas de orientação política para este sector, a definição dos esquemas, a articulação das responsabilidades do Estado com as da iniciativa privada e o alinhamento deste sistema com os da Europa.

Devemos todos reconhecer que as contribuições para a Previdência são um verdadeiro imposto. E devemos reconhecer também que o direito dos cidadãos à segurança social não deve ser proporcional aos desconfortos que efectuam. E devemos reconhecer que é essa a única forma de se realizar plenamente o imperativo da solidariedade nacional.

É bom que todos nós assumamos as consequências de uma opção que foi feita por via constitucional.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, suponho que para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado António Arnaut.

O Sr. António Arnaut (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Ministro dos Assuntos Sociais e prezados colegas: Não vou pedir nenhum esclarecimento, mas apenas dizer muito simplesmente que não obstante todas as profundas reservas do meu partido já aqui manifestadas a este Governo, o mesmo Governo me deu hoje duas alegrias: uma, ao propor-se comemorar os 50 anos de actividade literária do grande poeta e escritor português que é Miguel Torga; a outra, ao anunciar aqui, pela voz do Sr. Ministro dos Assuntos Sociais, que o Serviço Nacional de Saúde é, para além de um imperativo constitucional, um imperativo de consciência. Daí que, Sr. Presidente, eu sinta também ser um imperativo da minha própria consciência dizer quanto senti e quanto aplaudo estas duas iniciativas do Governo.

Relativamente ao Serviço Nacional de Saúde, quero dizer que me sinto compensado de alguns dissabores sofridos por verificar que finalmente o Governo assume o projecto aqui apresentado, não inteiramente o projecto como está apresentado, visto que será evidentemente susceptível de algumas correcções unicamente no sentido — deve dizer-se — de o adaptar ainda mais e tornar mais fiel, se possível, aos princípios constitucionais e às exigências e aspirações do povo português. Por isso penso ser devida uma palavra de aplauso ao Governo por estas suas tomadas de posição. Não sei se o Governo vai passar — isso é um problema que será apreciado na devida altura —, mas não ficaria de bem com a minha consciência se não dissesse aqui, publicamente, o que penso relativamente a essas duas iniciativas.

O Sr. Mário Soares (PS): — Muito bem!

O Orador: — Um camarada meu fará uma intervenção sobre a política de saúde e segurança social e eu por aqui me fico, agradecendo ao Sr. Ministro dos Assuntos Sociais ter dito que o Serviço Nacional de Justiça é, na verdade ...

Risos do PSD.

Bom, do Serviço Nacional de Justiça falaremos em outra altura!

Risos do PSD.

... ter dito que o Serviço Nacional de Saúde — alguns Srs. Deputados pensarão que foi lapso, mas devo dizer que não foi (*risos do PS*) — é não só um imperativo constitucional, mas um imperativo de consciência.

Aplausos do PS.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — *Quantum mutatus ab illo!*

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro dos Assuntos Sociais.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Sr. Ministro dos Assuntos Sociais: Tanto as palavras que vêm escritas no Programa do IV Governo Constitucional como as que acabou de pronunciar não são para nós suficientes em relação ao esclarecimento de qual é a sua conceção de Serviço Nacional de Saúde, e por isso gostaria de lhe pedir alguns esclarecimentos.

O que vem no Programa do Governo é um Serviço Nacional de Saúde — cito — «em moldes que garantam o recurso tão cómodo quanto possível aos meios de prestação de cuidados, organizando-o por forma que os profissionais que nele participem se possam sentir, material e moralmente, compensados das tarefas que executam». Ou seja, um Serviço Nacional de Saúde, como vem escrito no Programa do Governo, é concebido não em função das necessidades do sentir e das carências da população, que neste campo tanto precisa, nem em função da Constituição, mas em função dos profissionais de saúde.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — E essa é a conceção de Serviço Nacional de Saúde que tem sido, desde sempre, a do PPD e do CDS, da Ordem dos Médicos e de outros sectores. Nesse sentido, gostaria de lhe perguntar, muito concretamente, se a sua conceção de Serviço Nacional de Saúde é aquela que vem definida no artigo 64.º da Constituição, que é clara e que diz o seguinte: «[...] um serviço nacional de saúde universal, geral e gratuito, pela criação de condições económicas, sociais e culturais [...]», ou se é um Serviço Nacional de Saúde feito em função dos seus profissionais, e não das carências e das necessidades do povo.

Uma outra questão que gostaria de lhe colocar relaciona-se com a segurança social. O Programa do IV Governo Constitucional contém algumas considerações, todas elas genéricas — muitas delas, aliás, de duvidosa interpretação —, como, por exemplo, quando fala em rever o regime de abonos, e eu gostaria de saber em que sentido e de que maneira será essa revisão. Ainda agora tivemos um exemplo bem recente a propósito de rever um regime de abonos e a única alternativa foi liquidar o abono.

Fala também o Programa do Governo em rever o regime de baixas, portanto os subsídios de doença para os trabalhadores, e gostaria também de saber em que sentido.

Mas a minha questão central em matéria de segurança social relaciona-se com o seguinte: é sabido que a Constituição, ao falar de segurança social, diz, no n.º 2 do artigo 63.º, que «incumbe ao Estado organizar, coordenar e subsidiar um sistema de segurança social [...]»; é também conhecido que não há nenhum país da Europa em que a segurança social seja auto-suficiente e no nosso país tem havido um *deficit* que tem vindo anualmente a acumular-se. Com estes considerandos, eu perguntava-lhe como é possível, Sr. Ministro, alcançar alguns dos objectivos que coloca no seu Programa e outros que são reivindicações im-

diatas e necessárias dos trabalhadores sem que o Estado participe nas despesas da Previdência?

É também sabido que um dos sectores da população que pior vive são os reformados. Ora, com o ritmo do aumento do custo de vida as reformas têm vindo a desvalorizar-se progressivamente, e, nesse sentido, gostaria de lhe perguntar se pensa, e quando, alterar o regime das pensões de reforma e melhorar particularmente esse sector da população.

Uma última pergunta: é sabido também que a Constituição consagra, em relação à segurança social, a participação dos trabalhadores na definição e nos órgãos de gestão da Previdência.

Isso não tem vindo a ser cumprido e, nesse sentido, perguntava-lhe se pensa cumprir esse preceito constitucional.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, como há mais pedidos de esclarecimento, perguntava-lhe se deseja responder já ou no final de todos os pedidos.

O Sr. Ministro dos Assuntos Sociais (Pereira Magro): — Respondo no final, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então vou dar a palavra ao Sr. Deputado Gomes Carneiro para pedir esclarecimentos.

O Sr. Gomes Carneiro (PS): — Sr. Ministro dos Assuntos Sociais. Serei eu, com certeza, amanhã que farei a intervenção do meu partido sobre a política de segurança social e saúde. É, no entanto, com agrado que verifico que a intervenção de V. Ex.ª clarificou algumas posições, nomeadamente as referidas pelo meu camarada António Arnaut.

Realmente, passando-se de um programa de Governo com 133 alíneas para um outro altamente condensado, terá de compreender-se, Sr. Ministro, que profundas reservas se deveriam manifestar neste sentido. Há, no entanto, duas questões que gostaria desde já de colocar a V. Ex.ª e que não foram focadas na sua intervenção.

A primeira é o que é que entende por uma política do medicamento, que vem, aliás, referida muito sinteticamente no Programa do Governo. Entende que esta política do medicamento será a da consideração do medicamento como uma forma útil para o doente ou entende que o medicamento deve ser considerado como qualquer mercadoria?

A segunda questão que gostaria de lhe colocar é a seguinte: como poderá integrar no Serviço Nacional de Saúde o circuito de medicamentos e, portanto, a política de medicamentos?

O Sr. Ministro também referiu, e muito bem, que é necessário fazer uma contenção de despesas neste país; gostaria de lhe perguntar o que entende pela diminuição necessária e urgente do número de similares de medicamentos, que é um autêntico cancro para a saúde, como V. Ex.ª com certeza conhece.

Um outro aspecto que gostaria de referir, a parte de outros assuntos que trataria na intervenção de amanhã, é o seguinte: tenho conhecimento de que os jornais noticiaram que o Governo Regional da Madeira criou um serviço regional de saúde jogando na medicina convencionada, e, nesse sentido, gostaria

que se pronunciasse sobre esta matéria, sendo certo que a medicina convencional não é capaz, na nossa opinião, de dar satisfação plena e integral ao assunto do Serviço Nacional de Saúde e não se adapta à nossa Constituição, aos princípios constitucionais vigentes.

Eram apenas estas as perguntas, Sr. Ministro, que desejava formular e queria agradecer-lhe a clarificação que fez quanto ao sentido do Programa do Governo, ultracondensado em relação ao anterior.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Andrade para pedir esclarecimentos.

O Sr. Alberto Andrade (PS): — Sr. Ministro dos Assuntos Sociais, há cerca de três semanas tive ocasião, como Deputado pelo círculo eleitoral do Porto, de dirigir ao Governo um requerimento solicitando informações sobre a situação do Hospital Concelhio de Felgueiras. O problema que se põe é que a situação desse concelho está muito de acordo com a caracterização que o Sr. Ministro fez acerca dos meios rurais no campo da saúde. Efectivamente, Felgueiras, concelho com 33 freguesias e com cerca de 50 000 habitantes, tem um hospital concelhio que desde há muito tempo não serve para nada, uma vez que qualquer doente é obrigado, quando precisa de assistência, a recorrer aos serviços do Hospital de Guimarães e dos hospitais do Porto.

Assim, pergunto ao Sr. Ministro dos Assuntos Sociais, em consequência do seu ponto de vista sobre a situação das populações rurais no campo da saúde e do requerimento que tive ocasião de apresentar há três semanas, se já terá tido tempo o seu Ministério para verificar qual exactamente a situação dos 50 000 habitantes do concelho de Felgueiras, que, direi, não é uma situação especial, mas a situação comum, infelizmente, a quase toda a população rural portuguesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira, também para pedir esclarecimentos.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Ministro nomeado para os Assuntos Sociais, a ouvir V. Ex.^a e ao ter em conta as perguntas que lhe foram feitas da bancada do Partido Socialista, ocorre-me a seguinte questão: o Sr. Ministro foi Ministro do III Governo Constitucional, interveio aqui e foi objecto de interpelações por parte de alguns dos Srs. Deputados que agora também as fizeram. Pergunto: será que o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais mudou de política do III para o IV Governo Constitucional?

Esta é a primeira questão.

Segunda questão: o Sr. Ministro falou no Serviço Nacional de Saúde em termos que, de resto, me levam a pôr-lhe algumas perguntas.

Primeira: está o Governo em condições de adiantar a sua posição em relação ao projecto do Serviço Nacional de Saúde pendente na Assembleia da República?

Segunda: se esse projecto do Serviço Nacional de Saúde, da iniciativa do Sr. Deputado António Arnaut e outros, vier a ser aprovado pela Assembleia da República a curto prazo, como se espera, qual é a posição do Governo no que respeita ao desenvolvimento dessa lei de bases e ao seu cumprimento meticoloso e integral?

Terceira pergunta, ainda sobre a mesma questão: tenciona este Governo prosseguir as medidas do II Governo Constitucional encetadas em matéria de preparação das condições para a execução do Serviço Nacional de Saúde?

Passo a outra questão, Sr. Ministro: os jornais trouxeram, como aqui já foi referido, a notícia de que a Assembleia Regional da Madeira resolveu criar um serviço regional de saúde. Trata-se de uma medida obviamente inconstitucional. A matéria de saúde não é, obviamente, uma questão de interesse específico da Região Autónoma da Madeira, ainda por cima em termos da celebrada medicina convencional que não respeita os termos constitucionais.

Quero, pois, perguntar ao Sr. Ministro dos Assuntos Sociais o seguinte: qual é a posição do Governo em relação a esta medida da Região Autónoma da Madeira? Pensa o Governo solicitar ao Ministro da República para a Madeira a impugnação, por inconstitucionalidade, das medidas recentemente tomadas e anunciadas?

Última questão, Sr. Ministro dos Assuntos Sociais: é conhecida a dimensão aproximada — porque o número exacto não é conhecido e talvez fosse conveniente a presença do Sr. Ministro aqui para o saber — das dívidas do patronato à Previdência. Sabe-se, no entanto, que são muitos milhões de contos de dívidas da parte patronal e da parte dos trabalhadores que estão a ser embolsadas e utilizadas ilegitimamente pelas entidades patronais. Ora bem, se há alguma filosofia neste Governo — pelo menos daquilo que percebemos pelas intervenções do Sr. Primeiro-Ministro nomeado é a do princípio de fazer cumprir as leis —, surgem-me algumas questões, Sr. Ministro dos Assuntos Sociais.

Assim, que medidas tenciona o Governo tomar para fazer cumprir a lei no que respeita às contribuições para a Previdência? Ou será que também aqui, como se trata de uma lei que, neste caso, desfavorece as entidades patronais, o Governo irá rever a lei?

Eram estas perguntas que eu tinha a fazer, Sr. Ministro.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Robalo.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Ministro dos Assuntos Sociais: Trata-se de uma pergunta muito simples e que procura um enquadramento.

Refere o Programa do Governo, na p. 32, que «o Governo pensa que, no momento presente, é necessário ser pragmático em matéria de política de desenvolvimento regional». Na página seguinte refere o lançamento das bases de uma política de reordenamento do território. Efectivamente nós entendemos que o Governo tem razão neste pragmatismo e nesta necessidade. Entendemos que é necessário tomar estas medidas e que estão criadas condições para as tomar, até porque existe um extenso trabalho técnico desenvolvido. Todavia, numa medida de curto prazo, proposta pelo Ministério de V. Ex.^a, refere-se que se promoverão as prestações pecuniárias destinadas à infância e à juventude, acompanhadas de implantação regional e local de

equipamentos correspondentes, de acordo com um plano nacional de equipamentos sociais a estabelecer. É nosso entendimento que no reordenamento do território têm peso fundamental os equipamentos sociais, pelo que não entendemos um plano a estabelecer a localização de equipamentos sociais como medida de curto prazo quando se pretende lançar as bases de uma política de reordenamento do território. E é perante o que considero um conjunto de contradições sobre este tema que eu perguntava a V. Ex.^a como compatibiliza efectivamente o plano nacional a estabelecer com a dotação das regiões de equipamentos sociais sem a sua integração num plano de reordenamento do território.

O Sr. Presidente: — Como não há mais pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Sociais para responder às questões formuladas.

O Sr. Ministro dos Assuntos Sociais: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tenho a ser o mais breve possível e também o mais objectivo possível.

Sr.^a Deputada Zita Seabra, a concepção de serviço nacional de saúde do Governo não pode deixar de ser de acordo com o artigo 64.^º da Constituição. Efectivamente, toda a política do Governo tem de estar de acordo com a Constituição.

O Sr. António Arnaut (PS): — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao que diz respeito à revisão do regime de abonos e à revisão do regime de baixas, naturalmente a revisão é no sentido duplo de aumentar regalias, mas também de ter em consideração, não cada um dos regimes em separado, mas o conjunto de regimes que incidem sobre cada utente. No que diz respeito ao regime de baixas, a revisão é no sentido de que as pessoas sérias não sejam prejudicadas em relação às pessoas menos sérias.

No que diz respeito às pensões de reforma, é evidente que o Governo considera que as pensões existentes são escassas e que elas deveriam ser revistas. No entanto, há problemas económicos — e não é só nas pensões de reforma que isto sucede, como, aliás, a Sr.^a Deputada sabe tão bem como eu — que foram apontados na minha intervenção. Mas, como o orçamento do Instituto de Gestão Financeira é apresentado a esta Câmara para aprovação, teríamos muito gosto em que a Câmara conseguisse arranjar mais receitas, pois assim poderíamos satisfazer melhor as necessidades que também nós sentimos existirem.

Quanto à participação dos trabalhadores, é óbvio que se trata de um imperativo constitucional e, volto a dizer, como, aliás, o Sr. Primeiro-Ministro disse aquando da sua primeira intervenção, o Governo quer cumprir a Constituição. Aliás, se tivesse estado com atenção à minha exposição, via que para a saúde eu disse desconcentração e para a segurança social disse descentralização. É que estes conceitos são conceitos técnicos que têm conteúdos diferentes.

Quanto à política de medicamentos referida pelo Sr. Deputado Gomes Carneiro, devo dizer que não serei a pessoa mais indicada para lhe responder convenientemente, mas sim o Sr. Secretário de Estado da Saúde, isto quanto à parte técnica. Contudo,

quanto à parte política, e de forma muito sucinta, devo dizer-lhe que o nosso propósito é encontrar o justo equilíbrio entre a utilidade para o doente e a economia de custos.

No que diz respeito ao Governo Regional da Madeira, confesso que não conheço este assunto, mas poderei responder-lhe amanhã.

Quanto à pergunta formulada pelo Sr. Deputado Alberto Andrade, devo dizer-lhe que o seu requerimento entrou já nos serviços respectivos, está a ser estudado e será dada resposta conveniente pelo Governo, através do Ministério dos Assuntos Sociais, a qual será enviada a esta Câmara.

Passarei agora a responder às questões formuladas pelo Sr. Deputado Vital Moreira.

Sr. Deputado, o Ministro dos Assuntos Sociais não mudou a sua política. Simplesmente neste momento o Ministro dos Assuntos Sociais está a falar como membro que é do IV Governo, que não é o III.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Lá isso é verdade, Sr. Ministro!

O Orador: — Por outro lado, se me dissesse que fui em algumas coisas vago, penso que o Sr. Deputado não ficará muito zangado comigo se eu disser que o Sr. Deputado também foi muito vago. Perguntei-me se tinha mudado a política, e eu poderia ter-lhe perguntado em quê. Contudo, o Governo tem um tempo limitado, o seu partido tem igualmente um tempo limitado, e eu não quereria entrar num sistema de perguntas e respostas em que cada um de nós desfavorecesse, de forma não democrática, o conjunto a que pertence.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — O Sr. Ministro dá-me licença?

O Orador: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — A minha pergunta relativa à mudança de política refere-se, para conveniência e facilidade de resposta, a uma questão: mudou a política, do III para o IV Governo, em matéria de serviço nacional de saúde?

O Orador: — O Sr. Deputado está a dirigir-se ao Governo, neste momento, representado por um dos seus membros, não é verdade?

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Claro, Sr. Ministro!

O Orador: — A posição do IV Governo — e eu não tenho que fazer comparações com o III Governo — é a de cumprir, promover e colaborar com todos aqueles que o queiram também fazer para a implantação de um serviço nacional de saúde, de acordo com o artigo 64.^º da Constituição.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Seguidamente colocou-me uma pergunta, a que me permito não responder, acerca da posição do Governo perante o projecto relativo ao serviço nacional de saúde pendente na Assembleia

da República. O Governo não está aqui para criticar projectos, mesmo quando com eles não concorda, apresentados por Deputados à Assembleia da República. O Governo está aqui para ser criticado, quanto ao seu Programa, pela Assembleia da República.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Seguidamente, perguntou se o Governo tenciona prosseguir as medidas do II Governo Constitucional para a implantação do serviço nacional de saúde.

Sr. Deputado: o IV Governo tenciona, e já o disse várias vezes, prosseguir as medidas para a implantação do serviço nacional de saúde, naturalmente aquelas que lhe parecerem as mais correctas.

Quanto às dívidas do patronato à Previdência, devo dizer ao Sr. Deputado que há pouco disse que iríamos agir, embora admitindo que, eventualmente, as medidas não fossem as mesmas, sobre todas as dívidas do patronato à Previdência, sejam elas das empresas privadas, das empresas nacionalizadas, das empresas públicas, das empresas intervencionadas, das cooperativas agrícolas ou das UCP's da Reforma Agrária, porque também estas devem 700 000 contos à Previdência — não sei se também constituem patronato.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Ah! Serão patronatos?!

O Orador: — Quanto ao Sr. Deputado Carlos Robalo, é evidente que o Sr. Deputado coloca uma questão verdadeiramente pertinente. Deveríamos, efectivamente, iniciar o nosso propósito só depois de o plano nacional estar estabelecido. Contudo, as carências são tão grandes que temos de tomar medidas de curto prazo, que serão o mais depressa possível integradas no plano. Porém, parece-nos que não é possível esperar por que esse plano esteja integralmente efectuado, interrompendo assim todos os programas existentes. Por isso pensamos que é um mal menor estabelecer programas que correm o risco de não serem os mais coerentes se o plano estivesse já estabelecido, do que pararmos as actividades, descontentarmos as populações e desincentivá-las à sua colaboração. No entanto, devo dizer que consideramos bastante pertinente a sua questão, mas parece-nos que, apesar de tudo, a decisão tomada foi um mal menor.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — O Sr. Ministro, certamente por esquecimento, não deu resposta a uma das minhas perguntas: qual é o montante global das dívidas à Previdência?

O Orador: — Sr. Deputado: Eu esqueci-me, de facto, mas o Sr. Deputado também se esqueceu. Há pouco, quando fiz a minha apresentação, eu disse que eram 24 milhões de contos.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Obrigado, Sr. Ministro.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira para uma intervenção.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Ao contestar globalmente, na passada segunda-feira, a fórmula, a composição e o Programa do Governo, o Grupo Parlamentar do PCP anunciou que, embora tendo já por decidido rejeitar este Governo que não só não resolverá os grandes problemas nacionais como os agravará a todos, não se dispensava de o discutir, aclarar a sua natureza, significado e objectivos, demonstrar, enfim, as razões fundas que devem levar a Assembleia da República a demiti-lo.

Quejemos fazê-lo e começámos a fazê-lo em debate directo com o próprio Governo, apresentando os nossos argumentos com a indispensável vivacidade formal, mas agarrando nas grandes questões que o interesse nacional exige sejam clarificadas e usando de franqueza, lealdade e sentido de responsabilidade que caracterizam as atitudes do PCP.

Não o entendeu assim o Dr. Mota Pinto. As perguntas cruciais que lhe dirigimos não foi capaz de dar resposta, refugiando-se, para encobrir a omissão, numa tirada anticomunista tão grosseira, primária e sediciana que põe à mostra como se assume facilmente nas funções de Deputado do PPD, que aqui teve, mas como lhe é difícil assumir-se na estatura do cargo que agora tem: o de Primeiro-Ministro nomeado da República, primeiro responsável de um Governo do regime democrático saído do glorioso 25 de Abril, consagrado pela Constituição de 1976.

Aplausos do PCP.

Pelo nosso lado, prosseguimos cumprindo as nossas funções e o mandato que nos foi entregue pelo povo português.

A primeira leitura do Programa deixou-nos a ideia de estarmos perante um Governo sem opções claras sobre o rumo a seguir.

Entretanto, um estudo mais atento mostra que Mota Pinto e o seu Governo sabem perfeitamente o que querem e querem, antes de tudo, subtrair-se à sua primeira obrigação constitucional, a saber: apresentar à Assembleia da República um programa claro, sem indeterminações nem contradições.

Querem furtar-se ao julgamento desta Assembleia e do povo nela representado, querem furtar-se a compromissos ou esconder os compromissos de que a formação deste Governo se teceu.

Querem, em resumo, não a aprovação ou o repúdio claro, mas a passagem na indefinição e nas meias-tintas propiciatória do arbitrário e do autoritário.

Tal facto, que pela primeira vez se regista depois da entrada em vigor da Constituição, é mais um comprovante do carácter não democrático do Governo Mota Pinto.

Quem assim se esconde saberá porque o faz e nós ficamos a saber que tal Governo não vê no respeito pelas instituições democráticas, em geral, e no prestígio do Órgão de Soberania que é a Assembleia da República, em particular, a razão da sua legitimidade.

Para tal Governo alcançar o Poder bastará para que logo passe a utilizá-lo com métodos tão despreconcebíveis e tão desenvoltos como aqueles que usa para evitar a rejeição do seu Programa pela Assembleia da República.

Mas vejamos em mais detalhe o que se passa em relação à política económica e financeira global apresentada.

Quem quer que se proponha governar o nosso país deve nesta matéria responder claramente a algumas questões.

Em primeiro lugar, coloquemos a questão da independência nacional.

É sabido que a perda da independência económica arrasta inevitavelmente a perda da independência política e é também sabido que a partir de certos níveis de endividamento externo, sem contrapartida, essa independência se perde.

Que propõe o Programa? A afirmação clara de que o endividamento externo irá continuar a aumentar. Portanto, a afirmação clara de que em vez da linha de independência nacional se seguirá a linha do enfeudamento corrente ao imperialismo.

Em segundo lugar, coloquemos a questão da superação da crise económica.

O conhecimento e a avaliação das razões da crise são elementos essenciais para a definição de uma política de defesa dos interesses das massas trabalhadoras e das restantes camadas laboriosas da população, única via para a recuperação económica.

Que pensa o Governo a este respeito?

Depois de várias generalidades, acaba por afirmar que as raízes profundas das nossas dificuldades são a pobreza de fontes próprias de energia e matérias-primas; o fraco nível de formação tecnológica e escassez de quadros; a rudimentar organização dos mercados financeiros; a falta de estímulos concorrentiais, o desencorajamento do investimento privado pelo agravamento da fiscalidade.

É de pasmar!

Sobre os quarenta e oito anos de dominação monopolista, latifundista e imperialista, nem uma palavra!

Sobre a crise económica internacional do sistema capitalista, nem uma palavra!

Sobre a luta decisiva que internamente se trava entre as camadas minoritárias que desejam o regresso ao passado, incluindo ao fascismo, e a maioria esmagadora da população que defende as liberdades democráticas e as conquistas dos trabalhadores e do povo, alcançadas após o 25 de Abril, nem uma palavra!

É espantoso que o Governo de Mota Pinto, ao apontar as raízes profundas da crise, use a mesma linguagem da direita reaccionária e até do fascismo e não tenha uma palavra sobre as realidades nacionais e internacionais vistas à luz das profundas transformações políticas, económicas e sociais geradas depois do 25 de Abril.

Caracterizadas assim as razões da crise, o Governo titubeia a respeito da compatibilização das políticas de curto prazo com as de médio e longo prazos e a seguir acaba por concluir que prosseguirá e acentuará mesmo as medidas restritivas que inviabilizam qualquer desenvolvimento e antes agudizarão a crise.

Tudo o que havia de negativo na política dos anteriores governos será, no propósito deste, mantido e agravado.

As restrições globais do crédito, as altas taxas de juro, a redução dos impostos sobre os lucros

e altos rendimentos, o alargamento do âmbito do imposto de transacções, a redução dos subsídios e transferências, a diminuição do investimento nas empresas públicas, o apelo ao investimento estrangeiro e ao retorno dos ex-monopolistas, a liberalização dos preços e a rédea solta à especulação, a desvalorização do escudo, a manutenção de altos níveis de inflação, são as propostas do Governo Mota Pinto, que levam não à solução da crise, mas ao seu aprofundamento.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — De facto, tais propostas, a serem aplicadas, levariam inevitavelmente à diminuição da produção nacional, à falência de numerosas pequenas e médias empresas, ao despedimento de mais alguns milhares de trabalhadores, ao aumento brutal do custo de vida e das dificuldades de todas as camadas laboriosas da população.

Tais propostas levariam à eliminação do já reduzido «cabaz de compras», ao aumento dos lucros dos especuladores e parasitas da nossa economia, à entrega ao capital estrangeiro e aos ex-monopolistas de novos sectores, à asfixia de empresas nacionalizadas e, finalmente, ao estabelecimento das condições propícias à recuperação acelerada do capital monopolista cuja dominação conhecemos antes do 25 de Abril.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Aliás, este Governo vai mais longe. Ao longo de todo o Programa, com véus mais ou menos transparentes, insinua-se a ideia fixa e mesmo obsessiva da recuperação do passado dos monopólios, dos seus associados imperialistas e dos latifundiários.

Assim, as suas orientações básicas em matéria legislativa vão para a necessidade de maiores facilidades para o investimento estrangeiro; para a alteração da legislação laboral com vista à liberalização dos despedimentos; para a entrega das indemnizações aos grandes capitalistas, facultando-lhes amplamente o seu pagamento imediato em dinheiro; para a regulamentação da lei de delimitação de sectores, visando a abertura ao grande capital das actividades parabancárias e financeiras.

No terreno da política económica e financeira é, po's, sem máscara, o programa de um governo da classe exploradora, desapossada pelo 25 de Abril, intentando recuperar o poder económico perdido.

Aplausos do PCP.

O PCP e o seu Grupo Parlamentar têm insistido e lutado por uma saída democrática para a actual situação económica e financeira portuguesa.

Tal alternativa democrática exige uma política económica ao serviço da maioria do povo português, dos trabalhadores e das restantes classes e camadas laboriosas.

Tal política exige o aumento da produção nacional, em particular dos sectores cujo processo produtivo depende menos das importações, e dos produtos de substituição dos actualmente importados. Exige a limitação de importações supérfluas ou menos indispensáveis. Exige uma política de comércio ex-

terno assente na diversificação de mercados e não o enfeudamento ao imperialismo e à Europa dos monopólios. Exige sistemas de compensação e a negociação de linhas de crédito.

Tal política de verdadeira recuperação económica só pode basear-se fundamentalmente nos recursos e energias internas e num grande esforço nacional e patriótico.

Tal política carece fundamentalmente da participação activa e criadora dos trabalhadores e das demais camadas laboriosas, participação que este Governo com este Programa jamais poderá suscitar. Por isso o rejeitamos.

Uma alternativa democrática e uma política de verdadeira recuperação económica só com a unidade dos democratas e dos trabalhadores é possível.

Uma alternativa democrática e uma tal política exigem outro Governo e outro programa.

O Governo Mota Pinto, o seu Programa e a política que anuncia opõem-se aos anseios da grande maioria do povo português e, portanto, esta Assembleia da República deve demiti-lo.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Brás Pinto.

O Sr. Brás Pinto (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: Com o 25 de Abril todo o povo português exultou de alegria e sentiu dentro de si vontade de expressar as suas ideias, há meio século amordaçadas.

Com as eleições para a Assembleia Constituinte esse mesmo povo, que alguns (no conceito do Sr. Primeiro-Ministro não sei se reaccionários, se progressistas) consideraram impreparado, manifestou bem o seu claro desejo de liberdade, votando socialismo.

Alguns erros foram cometidos pelas forças políticas, onde também militava uma grande parte deste povo que se foi politizando confirmando a sua vontade.

Vieram as grandes conquistas de Abril (não sei se coincidem com a definição do Sr. Primeiro-Ministro), das nacionalizações e da Reforma Agrária. O poder económico das classes dominadoras no 24 de Abril foi abatido e as classes trabalhadoras viram uma parte das grilhetas cortadas.

Entretanto o Sr. Primeiro-Ministro, à altura integrado no então PPD, fez parte de uma ala dissidente daquele partido. Dizia-se, na altura, que era uma dissidência à esquerda.

Na Assembleia Constituinte, e juntamente com os seus pares, aprovou a Constituição da República Portuguesa, à altura considerada como das mais progressistas da Europa.

Entretanto, outra votação eraposta à consideração do povo português: a da Assembleia da República.

De novo votou ele socialismo, confirmando a vontade expressa um ano antes.

Nomeado o Governo do Partido Socialista, de adiamento em adiamento acabou o povo por ouvir dizer que o socialismo que tinha votado não era o problema principal. Teria tempo, seria adiado. Mais tarde veio que, caído nas malhas das suas contradições, o I Governo era substituído pelo II Governo, onde,

quebradas as promessas de não alianças nem à direita nem à esquerda, subia ao Poder o único partido político que tinha votado contra a Constituição da República Portuguesa.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Esta aliança espúria não duraria muito e depressa viria o III Governo, onde o Presidente da República descobriria que, afinal, a melhor escolha era a daqueles que estavam imunizados de partidismo.

O socialismo estava definitivamente banido da mente dos governantes, não da do povo, que antes de tudo isto tinha confirmado a sua vontade ao votar socialismo na maioria das autarquias.

O III Governo não passou, veio o IV Governo e aqui temos como Primeiro-Ministro o Sr. Dr. Mota Pinto, o que deixa o povo ainda mais confuso: diziam que tinha sido uma saída à esquerda do PPD e escolhe Governo entre simpatizantes e militantes do CDS e PPM e não sei mesmo se de algum grupo ainda mais à direita. Os únicos membros que eram do PPD parecem terem sido suspensos por aquele partido, que apesar de tudo apoia o Governo com todas as suas forças.

Diziam que tinha votado a Constituição da República Portuguesa, que o seu Programa de Governo umas vezes deturpa, outras ignora e outras ainda espezinha.

Francamente, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr. Primeiro-Ministro: não acham que frente a este Governo, vértice da escalada da direita sucessivamente derrotada em três eleições, o povo se quedará confuso e desiludido? Não acham que há razão para que o desencantamento vá minando o povo português, que o Sr. Primeiro-Ministro reconhece e acha perigoso? O desencantamento do povo português não vem dos erros cometidos, mas da verificação de que a sua vontade não foi cumprida, o seu voto foi traído e a sua voz começa cada vez mais a ser silenciada.

Se não acreditam, Srs. Deputados, pergunto: que resultado têm tido as petições, os abaixo-assinados, as discussões públicas e todas as outras formas de consulta popular?

Mas estamos discutindo o Programa do IV Governo. Sr. Primeiro-Ministro: A p. 5 do seu Programa, nas linhas gerais da acção política do Governo, pode ler-se: «a) Uma actuação norteada pelo respeito da Constituição e das leis.»

Srs. Membros do Governo: Disse que este Governo deturpa, ignora e espezinha a Constituição. Reafirmo-o.

Esta declaração nas primeiras páginas do Programa é atitude verdadeiramente farisaica, prometendo no preâmbulo uma coisa que depois contradiz no conteúdo. Três exemplos, já que o meu tempo mais me não permite.

Primeiro exemplo: diz-se a p. 15 do Programa: «[...] O sector cooperativo deverá, nos termos do artigo 24.º da Constituição, ser apoiado, designadamente nos domínios da produção, comercialização e consumo»; o n.º 4 desse artigo especifica benefícios de que poderão usufruir as cooperativas. De facto, o movimento cooperativo não teve nem tem o apoio

que lhe é devido e que se procurará dar-lhe. Mas temos de esclarecer certos aspectos para não gerar equívocos. Mais à frente, e já na p. 16, diz-se: «Têm de funcionar em condições de concorrência com os demais sectores — o público e o privado [...]», e a terminar este período: «[...] não podem usufruir, por longo prazo, de privilégios especiais em relação a estes [...]»

Na última intervenção, o Sr. Primeiro-Ministro chegou a dizer que os sectores cooperativo e privado seriam tratados paritariamente segundo o quadro constitucional.

Quem está equivocado? A Constituição ou o Sr. Primeiro-Ministro?

Não lhe chegou o tempo em que foi Deputado à Constituinte para, nestas bancadas, desfazer os equívocos? Em que artigo da Constituição está a limitação de prazo dos privilégios às cooperativas?

Não será que o Sr. Primeiro-Ministro e o seu Governo têm medo de que o sector cooperativo, mercê dos privilégios que a Constituição lhe confere, se torne poderoso e portanto acelere a marcha para o socialismo? Não será que a própria Constituição no seu espírito, que o Sr. Primeiro-Ministro diz acatar, tem precisamente como fim a alcançar o que aírmei?

Srs. Membros do Governo, não deturpem a Constituição! Primeiro, enganaram-se já que o artigo que citaram (na cópia do Programa que nos forneceram assim está) refere-se ao Provedor de Justiça e não às cooperativas; segundo, nem o artigo 84.º, que certamente quereriam citar em vez do artigo 24.º, nem os artigos 61.º, 89.º e 100.º, que se referem às cooperativas, dão margem a qualquer dúvida.

Segundo exemplo: diz-se a p. 13, nas orientações básicas de política económico-social, que «O desenvolvimento [...] tem uma dimensão temporal, que resulta da necessidade de atingir certo nível de acumulação de capital bastante superior ao que possuímos», e mais à frente, no mesmo capítulo e na p. 17 «não oferece dúvidas que o clima para a iniciativa privada não é mobilizador da sua actuação». Entretanto, na p. 16, diz-se: «[...] O sector autogestionário, previsto na Constituição, não tem ainda tradição entre nós [...]»

No capítulo da agricultura e pescas, diz-se, a p. 87, nas opções prioritárias: «[...] A definição de uma política coerente que se traduz num programa de desenvolvimento agrário integrado» e a p. 88: «[...] complementar as leis vigentes na sua letra e no seu espírito».

Desconhece o Governo o artigo 85.º da Constituição, que é bem claro quanto à iniciativa privada?

Desconhece o Governo que tem sido violado o n.º 2 do artigo 83.º da Constituição, que manda respeitar a vontade dos trabalhadores ao optarem pelo regime de autogestão nas pequenas e médias empresas indirectamente nacionalizadas?

Desconhece o Governo os artigos 96.º, 97.º, 98.º, 99.º, 100.º, 101.º, 102.º, 103.º e 104.º que definem bem claramente qual a política coerente, o desenvolvimento agrário e o espírito de toda uma Reforma Agrária que se quer extensiva a todo o País, de acordo com as características próprias de cada região? O povo português acredita que seja necessário acumular capital para prosseguir o desenvolvimento, mas pergunta: acumu-

lar em que mãos? Nas que a Constituição consagra ou nas que a direita apoia este IV Governo quer?

Terceiro exemplo: em todos os passos citados nos exemplos anteriores revela-se uma determinada concepção de sociedade, que se tornou mais clara quando o Sr. Primeiro-Ministro, na sua última e infeliz intervenção, respondeu às perguntas sobre as conquistas do 25 de Abril.

Considerou que eram conquistas o controlo dos órgãos do Poder pelas instituições democráticas e os direitos do homem. Quanto à Reforma Agrária e às nacionalizações não as incluiu nas conquistas do 25 de Abril, mas disse que se deveriam aplicar a lei das bases gerais da Reforma Agrária e a lei de delimitação do sector público e privado.

Compreende-se a distinção, Sr. Primeiro-Ministro. É que essas leis não são conquistas do 25 de Abril, mas do 24 de Abril e das forças de direita que o apoiam.

Desconhece o Governo os artigos 9.º e 10.º da Constituição?

Está disposto o Governo a cumprir o artigo 191.º?

Este Governo será o Governo da República Portuguesa, que é um Estado democrático baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais, no pluralismo de expressão e organização política democrática, que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo, repito, assegurar a transição para o socialismo, mediante a criação de condições para o exercício democrático do Poder pelas classes trabalhadoras?

Não espezinhem mais a Constituição!

Para nós, a rejeição deste Governo não se baseia no artigo 190.º da Constituição nem no facto de o Primeiro-Ministro ser Nobre ou Pinto. Não nos interessa tão-pouco os apoios que tem ou os pactos que fez. Não nos interessa se é partidário ou de independentes abençoados pelo Presidente da República.

As razões por que rejeitamos este Governo são as mesmas por que contribuímos para a queda do I Governo e rejeitámos os II e III Governos, embora redobrados.

O projecto constitucional está a ser traído! Este Governo conquista para a direita aquilo que esta não conseguiu pela via eleitoral.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O povo votou socialismo três vezes. Nós cumplimos o nosso mandato, rejeitando este Programa, que é o desfazer da Constituição pelas mãos de quem, talvez, não tenha tido coragem de votar contra ela.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo e Srs. Deputados: A nossa atitude perante o presente Governo é clara. Discordamos da fórmula política que lhe serve de base. Numa democracia parlamentar como a nossa não faz sentido formarem-se governos aparlamentares, o que mesmo é antiparlamentares.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Só muito excepcionalmente poderá haver circunstâncias especiais que o desculpem e no momento presente elas de modo nenhum se verificam.

Quando, há alguns meses atrás, foi introduzida esta nova fórmula dita presidencial, sob a alegação de que para a formação de um governo de base partidária era necessário assegurar-se-lhe previamente uma maioria absoluta, não só para a investidura parlamentar, como ainda de apoio permanente ao longo de toda a sua vida governativa, o Partido Socialista não deixou de criticar e enjeitar tal concepção antiparlamentar. Com efeito, não só a Constituição como também a praxe política democrática europeia rejeitam tais exigências, que só podem contribuir para dificultar, se não inviabilizar, a democracia parlamentar.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não é aceitável que se emperre a democracia com exigências anômalas para depois se culpabilizar a democracia pelos seus supostos erros ou males.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A democracia não erra. Erra quem a emperra.

Em qualquer democracia europeia basta a maioria simples para a investidura parlamentar do Governo. E a nossa Constituição ainda menos exigente é. A democracia não se ensina. Pratica-se.

É uma manifesta atitude de discriminação contra o Parlamento e os partidos políticos exigir-se para a formação de um governo de base parlamentar a garantia prévia de que ele disporá de uma maioria absoluta a investi-lo e a apoiá-lo no Parlamento e dispensar tais inusitadas exigências se o governo for de inspiração presidencial, caso em que será apenas necessário que a investidura parlamentar se processe nos termos constitucionais. Mais inaceitável é ainda que depois de tal emperramento injustificado do Parlamento se suscitem campanhas para o desacreditar, quando antecipadamente se inviabilizou o seu funcionamento normal.

Aplausos do PS.

A democracia é igualdade e responsabilidade: para cada um as suas responsabilidades.

Por isso mesmo o Partido Socialista se opôs a essa nova fórmula de governo aparlamentar ou apartidário. Infelizmente, os demais partidos não o acompanharam nessa defesa do Parlamento e das instituições democráticas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O PCP e o CDS acharam normal o anormal, desde que este lhes fosse útil. O PSD, esse então delirou de contentamento, porque viu assimilado na prática o fundamental das suas teses e estratégia. Na realidade, o PSD, que, segundo as palavras do Dr. Sá Carneiro, é um partido apartidário, teria logicamente de ficar satisfeito com um Governo sem partidos.

Aplausos do PS.

Segundo o mesmo pensar, este será o prelúdio de novas ofensivas contra a democracia parlamentar.

Além disso, o Governo Nobre da Costa apresentou-se neste Parlamento com o tranquilo simplismo de ser a expressão não de uma fórmula circunstancial, mas de um novo estilo de gestão empresarial. Inveitou os partidos e o Parlamento, talvez no pressuposto de que estes tinham esgotado a sua missão desde o momento em que ele fora designado Primeiro-Ministro. Por último, a nomeação de Nobre da Costa fizera-se sem prévia consulta do Partido Socialista, o que representou uma manifesta violação dos nossos preceitos constitucionais.

Nestas condições, o PS não poderia deixar de votar — como votou — contra o Governo Nobre da Costa.

Havemos de reconhecer que com o Governo Mota Pinto há diferenças positivas. Desta vez foi respeitada a Constituição, pois o Partido Socialista foi consultado antes da indigitação do Prof. Mota Pinto como Primeiro-Ministro, diversamente do que aconteceu com o engenheiro Nobre da Costa. Por outro lado, o IV Governo Constitucional apresenta-se como episódico, produto de um circunstancialismo político momentâneo, e não como a expressão de um novo *modus vivendi* destinado a perpetuar-se. Estes factos são positivos e há que assinalá-los.

É certo que o PS continua a ser contrário à fórmula de Governo dito independente, que todos os diversos partidos — PSD, CDS e PCP — aclamaram há meses. Mas desde o momento em que ele se apresenta como circunstancial, há neste momento não já a impugnação do princípio em si como categoria normal — visto que o próprio Governo Mota Pinto se reconhece como esporádico e anómalo —, mas tão-só a nossa divergência quanto à valoração do circunstancialismo que determinou o recurso a esta fórmula, agora reconhecida como transitória.

Pouco lógico seria que se pretendesse que os socialistas passassem a co-responsabilizar-se por um Governo cuja fórmula exótica foi adoptada sobretudo com o intuito de excluir o Partido Socialista do Governo, como efectivamente aconteceu e acontece.

Mas tão-pouco desejamos que se crie um conflito pernicioso entre dois Órgãos de Soberania tão importantes na vida nacional como o Presidente da República e o Parlamento. Julgamos que esta não é a melhor solução, tanto mais quanto é certo de um prolongado vazio governativo numa democracia, ainda não definitivamente estabilizada, como a portuguesa, comporta os seus perigos que interessa prevenir.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Se porventura o Governo Mota Pinto não for inviabilizado por esta Assembleia, seremos um partido de oposição. Não de oposição cega e sistemática, mas de oposição vigilante. O PS repudia a tese fascista do «quanto pior, melhor». Depois de quase meio século de uma ditadura retrógrada e a braços com uma crise económica interna, em grande parte reflexo de uma crise económica mundial, grave e duradoura, temos perfeita consciência de que o seu combate deve ser uma tarefa quotidiana. Quanto mais nos deixarmos dominar por ela, mais difícil será vencê-la. Mas também não aceitaremos que a crise seja

invocada para a imposição de medidas que lessem a liberdade e a justiça social, pois que a solidariedade nacional só se constrói com o povo e não contra o povo.

Aplausos do PS.

Hoje fala-se muito em identidade nacional. Há que esclarecer o seu sentido. Identidade nacional é sinónimo na prática de solidariedade nacional. A sombra do conceito de «identidade nacional» — que pode ter interpretações diversas —, não se pode ressuscitar o que de caduco e injusto há na nossa história, como a Monarquia, a Inquisição, a injustiça social, o autoritarismo fascista, a perseguição política e ideológica e o culto da repressão ou da *vindicta* como valores em si. Identidade nacional é solidariedade nacional — na diversidade, na justiça social e na liberdade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — De outro modo, não teremos identidade nacional, mas sim unicidade nacional — seja ela de direita ou de esquerda —, ou, mais concretamente, um qualquer autoritarismo, discípulo real da ditadura do passado, mesmo que pense o contrário.

Naturalmente que Estado democrático implica autoridade democrática. Mas autoridade e autoritarismo são tão diferentes entre si como a liberdade da anarquia. O autoritarismo é a arma dos incapazes, dos inseguros e dos prepotentes que procuram a violência dos meios para esconder a sua ignorância ou a sua perversidade.

Por isso, e se entretanto este Governo não naufragar, o Partido Socialista definirá, em relação a cada caso concreto, a sua atitude: apoiará o justo; impugnará o injusto. E para isso recorrerá aos meios constitucionais competentes.

Transpondo a própria fórmula política do Governo, não vamos de maneira nenhuma fazer uma análise das personalidades que o compõem, pois se nos afigura que em relação a algumas delas nem sequer possuímos elementos orientadores.

Bastará dizer que, pela própria natureza das coisas, o presente Governo é, no seu fundamental, um Governo de tipo conservador aparentado ao PPD. Estranhar-se-á, no entanto, num Governo dito apartidário, o facto de a estratégica Secretaria de Estado de Estruturação Agrária ter sido entregue a um membro destacado do Partido Popular Monárquico, contado com a CAP. Como é possível num Governo, que se supõe republicano, entregar-se o Alentejo a um monárquico?

Risos do PS.

Como é possível numa república democrática querer ressuscitar no Alentejo a «monarquia agrária» dos latifundiários e dessa fidalguia parasitária de anel brasonado?

Aplausos do PS.

Será isto a identidade nacional? Será porque a aristocracia monárquica precisa dos latifúndios como quadro de vida insubstituível para a sua existência ociosa e exibicionista?

Não se estimula o amor ao trabalho protegendo os ociosos. E num Governo dito apartidário de uma república democrática confiar o Alentejo à «monarquia agrária» — é não só gritante incoerência, como um acto político e moralmente condenável. Pior do que os jacobinos da justiça são os antijacobinos da injustiça!

Aplausos do PS.

O Programa do Governo é uma desilusão. Na Europa houve numerosos regimes fascistas depois da 1.ª Grande Guerra. Ressalvada a Península Ibérica, a seguir à 2.ª Grande Guerra uns foram substituídos por regimes comunistas, outros por regimes democráticos. Portanto, o fenômeno fascista foi na Europa em dada época uma epidemia. Mas o que distingue o nosso fascismo dos outros — além do mais — foi a sua longa duração. Duas gerações se sucederam durante a tirania, de tal modo que se pode dizer que entre nós se perdeu a vivência da democracia, o que não aconteceu alhures, nem mesmo em Espanha.

É um *handicap* que temos de compreender e superar. Talvez por isso a ritologia parlamentar desta apresentação governamental tem qualquer coisa de livresco e rígido.

O Programa do Governo contém múltiplos lugares comuns em estilo professoral; escreve-se muito e pouco se concretiza. Nota-se nele até uma certa marca do passado. Fala-se bastante em males da democracia, mas são pouco enérgicas as reprovações da nossa recente ditadura, a qual, por acaso, também falava muito nos males da democracia.

Aplausos do PS.

Um programa de governo não são lições. A sua função é indicar actos e medidas, o que este quase não faz.

Seria o cúmulo do trágico que os professores se não assumissem como governantes e viessem para o Governo não para governar democraticamente, mas para dar lições. Se é para isso, desde já poderemos dizer que o Governo assim não serve. Como disse um conhecido humorista, quem sabe faz, quem não sabe ensina.

Risos do PS.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Isso é uma auto-critica?

O Orador: — O Governo terá, por isso, de esclarecer de forma menos nebulosa o seu pensamento durante os debates.

Só depois o Partido Socialista decidirá sobre a sua sorte.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros e Srs. Deputados: Ao formularmos as primeiras questões a este IV Governo Constitucional, perguntámos ao Sr. Primeiro-Ministro comoencionava articular o «reforço

da consciência de identidade nacional», que colocou como primeiro objectivo do seu Governo, com a recuperação e dignificação do ineficaz, desarticulado e meio destruído sistema de ensino que actualmente possuímos.

Não o fizemos por acaso, nem é por acaso que ao mesmo assunto nos referimos, no início deste debate parlamentar. É que nós, democratas-cristãos, portadores que somos de uma mensagem política que privilegia o homem, como base consistente de qualquer construção social, não podemos ignorar, nem ignoramos, o valor da cultura no desenvolvimento integral da personalidade dos Portugueses como condição indispensável para o arranque de qualquer projecto de desenvolvimento social e económico e para a promoção da justiça social a que o nosso povo aspira, e que bem merece alcançar, ao fim de tantos e tão nenarrávicos sacrifícios que lhe têm vindo a ser pedidos.

Sr. Primeiro-Ministro: O simples facto de nesta mesma Assembleia da República termos repetidamente denunciado, perante o povo que nos elegeu, o crime e a mistificação nacional de criar e manter uma falsa democratização do ensino, que consistiu em igualar na ignorância os filhos dos nossos concidadãos, no preciso momento em que se tomava a decisão política de caminhar para a Europa da competência e da competição, assim os condenando, irremediável e perenemente, a uma situação de subdesenvolvimento cultural, confere-nos hoje a necessária autoridade moral para exigir do seu Governo, se vier a obter, como esperamos, a luz verde para prosseguir caminho, que também e principalmente neste campo liberte os Portugueses do pagamento de mais esta factura, por uma das mais nocivas consequências do período totalitário da nossa Revolução.

Não ignoramos os esforços feitos pelos anteriores Governos Constitucionais e por esta Assembleia para repor a competência e a eficácia onde tem campeado tantas vezes a anarquia, a desorientação, a desnacionalização e a incompetência.

Mas manda a verdade que se diga que um sistema nacional de ensino que, ainda hoje, não dá aos jovens que o frequentam, especialmente durante o período de escolaridade obrigatória, a mais pequena preparação para enfrentar e se integrar no mundo do trabalho, que privou a sociedade portuguesa, e em especial a sua indústria, de aprendizes minimamente preparados, que mesmo ao nível superior não responde nem em qualidade, nem em especialidade, nem em quantidade, às necessidades mínimas de quadros para levar avante o mais incipiente processo de desenvolvimento, um tal sistema nacional de ensino carece, urgentemente, de ser reformulado de ponta a ponta.

Sr. Primeiro-Ministro: É evidente que este não é o Governo do CDS, e que, por isso, não nos consideraremos co-responsáveis pela sua actuação. Contudo, nós, democratas-cristãos e liberais, apoá-lo-emos sempre que a sua política corresponda à nossa própria visão do interesse nacional.

É, pois, neste sentido que nos é grato assinalar alguns aspectos, inovadores e positivos, da política de educação e investigação científica contidos no Programa do seu Governo, que, contudo, gostaríamos de ver mais explicitados e desenvolvidos.

Salientaremos, sem preocupação de precedências, pois todos são igualmente relevantes, os seguintes aspetos:

- 1.º A preocupação, pela primeira vez explicitada, de que o sistema escolar seja capaz de proporcionar aos que o frequentam a capacidade de ingresso eficiente na vida profissional, qualquer que seja o nível em que o abandonem;
- 2.º A preocupação de criar mecanismos que permitam aferir e quantificar, continuamente, a eficácia do sistema escolar, aos seus vários níveis, pelo estudo atento dos resultados obtidos com os actuais planos de estudo;
- 3.º A preocupação de racionalizar e rentabilizar os consideráveis recursos financeiros que a colectividade põe ao serviço da educação, nomeadamente no que se refere à equilibrada cobertura escolar do País, nos seus diferentes graus, desde a educação pré-escolar à universitária, passando pelas estruturas destinadas a servir a alfabetização e o ensino especial;
- 4.º A preocupação de preparar bons agentes de educação a todos os níveis e de encontrar os mecanismos adequados a resolver, de uma vez por todas, o flagelo anual da colocaçāo dos docentes;
- 5.º A intenção de apresentar a esta Assembleia da República uma proposta de lei de bases do sistema educativo suficientemente flexível para que a cada momento se possa adaptar a uma sociedade em rápida evolução tecnológica, mas também suficientemente ancorada na realidade cultural portuguesa para que não sejamos tentados a prescindir dos valores que nos marcaram, como nação portadora de uma mensagem perene e universal;
- 6.º A intenção de criar e desenvolver mecanismos de estreita cooperação com os diferentes intervenientes no processo educativo, no meio dos quais esperamos que, finalmente, as famílias tenham o lugar privilegiado que não só a Declaração Universal dos Direitos do Homem como a própria Constituição lhes consagram;
- 7.º A preocupação de melhorar as condições de funcionamento do Ano Propedéutico e esperamos que, dentro dela, esteja também incluída a de o fazer evoluir para um verdadeiro ano de orientação vocacional e de preparação para as novas formas de estudo que caracterizam qualquer carreira universitária;
- 8.º A vontade de conduzir o ensino superior e universitário à sua verdadeira função, no contexto do desenvolvimento da sociedade portuguesa, expandindo-o, reorganizando-o, e diversificando-o de acordo com as necessidades de uma sociedade moderna e dignificando-o pela introdução de um verdadeiro nível científico e europeu nos cursos professados ou a criar e pela criação de sistemas

eficazes de avaliação da qualidade das suas estruturas de investigação, que se pretendem ligadas, para lá da investigação pura, às actividades do sector produtivo.

Sr. Primeiro-Ministro: Se o seu Governo for capaz de levar a bom cabo as tarefas que acima ficam enunciadas, é importante que o seja, bem terá servido Portugal e muito terá prestigiado a democracia.

Da parte do CDS, portador de uma mensagem democrata-crística e liberal, contará com todo o apoio para o conseguir, pois idêntico é o nosso objectivo de prosseguir as vias de valorização do homem português na sociedade alargada e europeia em que nos queremos inserir.

Mas não se iluda, Sr. Primeiro-Ministro, o levar a cabo tal tarefa exige a vitória democrática sobre todas as forças que provocaram os maus que hoje nos afligem e que encarniçadamente se oponham a toda e qualquer modificação que possa eliminar ou reduzir a predominância, que julga ter conquistado, sobre o feudo que também aqui quis construir. Por isso que o CDS já tenha afirmado, e agora o repita, aliás na senda do discurso que o Sr. Presidente da República proferiu ao dar posse ao seu Governo, que também por este motivo se torna imperiosa e urgente a construção de um acordo político institucional que garanta a continuidade de uma estabilidade governamental, de que o País precisa para que a legalidade democrática se afirme, a cada momento, no estrito cumprimento das leis. O princípio das alianças flutuantes falhou em Portugal e, mais do que isso, poderá pôr em risco, numa nova versão, o próprio regime democrático, que, para ser autêntico e firme, não pode estar permanentemente compondo os diversos sectores que o hão-de sustentar.

Sr. Primeiro-Ministro: Nós, democratas-crístãos, temos a convicção, bem profunda, de que, ao acolher qualquer jovem nas estruturas da educação, o Estado assume um solene compromisso não só com ele, mas também com a sua família e com a sociedade em geral, de que lhe garantirá, à saída, uma adequada preparação para o desempenho de uma tarefa útil que lhe permita sustentar os seus e colaborar no desenvolvimento da comunidade. Para isso pagamos os nossos impostos e por isso aceitamos, nesta Assembleia, que a essa finalidade se destinem as verbas adequadas.

Mas que tem sucedido em Portugal?

Desmantelou-se um ensino técnico, com os defeitos, mas também com as virtudes que possuía, na falsa miragem de criar um ensino unificado no qual fossem equilibradamente balanceadas a formação humanística e profissional. Na realidade, porém, perderam-se, ou estão em vias de se perder, os milhões de contos que representavam os equipamentos oficiais das escolas técnicas, por falta de uso e deficiente armazenamento, e aos jovens, para lá de um ensino liceal degradado, ensina-se, no campo profissional, pouco mais do que a manufactura artesanal de tapeçarias e outras banalidades sem efectiva utilidade.

Que sucederá então aos jovens que aos 15, 16 anos abandonam as nossas escolas secundárias? Que irão eles fazer, se tiverem de começar a trabalhar? Onde ficaram, ou onde se encontram hoje, em Portugal, os aprendizes das diferentes profissões? E que futuro espera uma sociedade na qual se eliminou, totalmente,

a aprendizagem profissional? Como se quer assim construir indústria, como assim fazer desenvolvimento? Mas, principalmente, como cumpre assim o Estado o compromisso solene assumido com os seus cidadãos a que há pouco nos referimos?

Sr. Ministro da Educação: Se V. Ex.^a quer cumprir a primeira preocupação que acima transcrevi e que o seu Governo assume, providencie, se ainda for a tempo, para que, na falta de meios suficientes para dotar todas as escolas do País de meios oficiais adequados, se recuperem todos os equipamentos das antigas escolas técnicas e com eles se dotem centros locais onde os nossos jovens, em rotatividade, possam fazer o tão apregoado treino profissional, que o ensino unificado deveria ter possibilidade de ministrar, mas na realidade não ministra. E se tal não for possível, tenha V. Ex.^a a coragem de denunciar ao País os fabricantes de ilusões que o defraudaram.

Sr. Primeiro-Ministro: Supomos que ninguém terá dúvidas em reconhecer que o Serviço Nacional de Educação é um serviço público. Temos, contudo, vivido em Portugal num contínuo mal-entendido, porque até hoje não foram claramente especificados os beneficiários deste serviço público. Penso que é tempo de afirmar claramente, e esperamos que o seu Governo o faça, que os beneficiários do Serviço Nacional de Educação são, sem margem para dúvidas, as famílias portuguesas e os seus filhos. Tudo o mais, Ministério e seus funcionários, professores e instalações, se destinam a servir essa finalidade primeira.

Assim, o Ministro da Educação é, antes de mais, o Ministro das famílias e dos jovens portugueses, e ao seu serviço exclusivo se há-de considerar.

Se tal se houvesse já entendido, como se poderia explicar que, até hoje, não tivesse sido regulamentada uma das primeiras leis que esta Assembleia aprovou, no cumprimento do estrito mandato que o povo português lhe confiou, e na qual se consagrava o direito de participação às associações de pais e encarregados de educação nas estruturas nacionais do ensino?

Pelas intenções manifestadas no programa deste Governo, estamos certos de que, finalmente, a lei será regulamentada, até porque é louca a sociedade que, em face dos problemas com que nos defrontamos, perde a oportunidade de mobilizar as vontades e o empenhamento daqueles que, em primeiro lugar, quer servir.

Por outro lado, manifesta-se também no Programa do Governo a intenção de salvaguardar e apoiar o ensino particular e cooperativo. Permitir-me-ão que junte a estas as intenções de rentabilizar dos meios disponíveis e de promover a cobertura escolar do País e que a tudo alie a obrigação que qualquer Estado democrático tem de garantir a liberdade do ensino, o que só se concretizará quando e na medida em que cada família possa escolher livremente, sem limitações de ordem social ou financeira, o tipo de ensino que quer ver ministrado aos seus filhos.

Está esta Assembleia a ultimar a Lei de Bases Gerais do Ensino Particular e Cooperativo, que, pela primeira vez, permitirá criar em Portugal as condições para que se concretize a liberdade do ensino.

É lícito esperar deste Governo, que manifestou tais intenções, uma rápida regulamentação e aplicação da lei, pois, além do mais, ela virá a facultar-lhe a liberdade de meios financeiros, eliminando a

concorrência entre o sector público e os sectores particulares e cooperativos, para que possamos aspirar a ver, em prazo relativamente curto, as nossas escolas não só a cobrirem todo o País, como também a funcionarem num único turno e com uma bem maior continuidade de permanência do corpo docente. É que a situação actual, em que tudo muda, a cada instante, desde o professor até ao aluno que ocupa a carteira, é incapaz de criar nos jovens as «atitudes de reflexão e os hábitos de trabalho» indispensáveis à sua vida actual e futura.

Sr. Primeiro-Ministro: Dá V. Ex.^a a merecida relevância a todos os aspectos que integram a nossa projectada adesão ao Mercado Comum. Convirá, porém, não esquecer que essa adesão, quando se concretizar, trará consigo a livre circulação de técnicos pelo espaço integrado. Quer isto dizer, em termos comezinhos, que os nossos engenheiros, médicos, economistas, biólogos, agrónomos e todos os demais licenciados terão de enfrentar, dentro das nossas próprias fronteiras, a concorrência dos seus homólogos formados pelas Universidades europeias. Quer isto também dizer que se o valor do ensino ministrado pelas nossas Universidades não for equivalente ao que se ministra na Europa, os Portugueses terão de passar pela humilhação de ver emigrar em grande número para países mais atrasados os seus próprios filhos, que, à custa de tantos sacrifícios, obtiveram licenciaturas nas nossas escolas. A gravidade da situação que se pode gerar não pode mais ser escondida, nem das famílias nem dos jovens portugueses, para que sejam eles próprios, como principais interessados, a reivindicar o nível e a dignidade do ensino que lhes é ministrado.

O programa do seu Governo aflora, embora não com esta crueza, este aspecto fundamental do ensino superior.

Se o seu Governo pretende empreender, com coragem e decisão, esta tarefa, Sr. Primeiro-Ministro, poderá desde já contar com o apoio do CDS, mas mais uma vez afirmamos que será tão grande o esforço, porque serão tão grandes as resistências, que ele carecerá, sem dúvida, de se apoiar num acordo político institucional que o possa fortalecer.

Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro da Educação: Ficaram aqui as principais preocupações que nos afligem em matéria do nosso tão carecido e frágil sistema nacional de educação. Gostaríamos que VV. Ex.^{as} nos esclarecessem sobre as formas concretas que procurarão para lhes dar resposta, pois desde o início deste debate sabemos pela voz de V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, que lhe não faltará determinação para levar a cabo tão grande como fundamental tarefa.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Menores Pimentel para uma intervenção.

O Sr. Menores Pimentel (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: No encerramento do debate do Programa do I Governo Constitucional, em Julho de 1976, o presidente do PSD teve oportunidade de referir: «Com uma nova Constituição, com uma nova

democracia, com uma nova sociedade, o debate que iniciamos é de um novo estilo parlamentar.»

E mais adiante concretizou: «Porque para nós o novo estilo parlamentar não pode ser mais a luta oratória, tem de ser nesta Casa a participação no exercício democrático do Poder. Para nós, de ora avante, parlamentarismo será igual à participação no exercício do Poder. E por isso defendemos que da Assembleia da República dependam directamente sectores essenciais da vida nacional: gestão ou controlo dos órgãos de comunicação social estatizada, do próprio Conselho de Imprensa, do possível Instituto de Sondagens de Opinião Pública, do Instituto de Participações do Estado.»

Pretendia-se, assim e de forma meramente exemplificativa, acentuar que o Poder devia ser partilhado entre Governo e oposição.

Aliás, também o presidente do Centro Democrático Social se referiu, nesse mesmo debate, à necessidade de efectivar a distribuição do Poder entre Governo e oposição.

Finalmente, o secretário-geral do PCP reivindicou até a participação de comunistas nesse I Governo Constitucional.

Desta forma, todos os partidos da oposição puseram sérias reservas à viabilidade de um Governo sem apoio maioritário, aventando, contudo, alguns deles, soluções para viabilizarem uma fórmula de que discordavam à partida.

É conhecido de todos que a social-democracia constituiu sempre o futuro. Este «método político faz nascer uma tensão entre a realidade existente e o ideal que procura transcender». Se um social-democrata atentar somente na realidade passará a conservador e se olhar só para o ideal desejável converter-se-á em utopista.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Assim, é da permanente confrontação entre a realidade e o ideal que surgirá cautelosa e democraticamente a via reformista. Com este diálogo permanente preservar-se-ão do mesmo passo as instituições democráticas.

Ninguém, ao que penso, poderá contestar seriamente o nosso realismo político nestes dois anos e meio de vida constitucional.

Se se quer um exemplo concreto pouco antes de rejeitarmos o Plano para 1977 e num sector importantíssimo da nossa economia, aí está o nosso Congresso de 31 de Outubro de 1976, onde claramente afirmámos que a social-democracia exigia naquele momento que se avançasse decisivamente na autêntica socialização de um sector público e nacionalizado, em demasia pesado e inteiramente na mão do Estado.

Se se quer um exemplo em sede de preservação das instituições democráticas, pois aí está uma das conclusões do nosso Conselho Nacional de 12 de Fevereiro de 1977, onde se preconizaram actuações que pudessem ser empreendidas no sentido de definir e concretizar princípios e formas de convergência e cooperação entre partidos democráticos, com vista à conservação de uma maioria democrática e estável.

Aliás, já em 31 de Janeiro de 1977, no encerramento das primeiras jornadas municipais sociais-democratas, o presidente do meu partido afirmara que o problema do Governo era um problema que seria resolvido se se estabelecesse o compromisso democrático, isto é, se se formasse uma maioria democrática que faltava.

É evidente que nem tudo dependia de nós, e por isso demos todos os passos de aproximação necessários, estivemos abertos a todas as iniciativas, promovemos todas as ocasiões de encontro e de concertação. Desenvolvemos, assim, todas as conclusões do Congresso de Leiria de Dezembro de 1976. Os passos mais significativos desta caminhada foram o reafirmar do empenhamento do PSD na obtenção de uma cooperação entre nós, o PS e o CDS, conforme resul ou de uma outra reunião do nosso Conselho Nacional em 2 e 3 de Julho de 1977; a nossa exaustiva resposta à crise desencadeada pelo I Governo Constitucional com a apresentação do memorando aos partidos; os nossos comportamentos após a queda do referido I Governo; a nossa actuação durante a curta vigência do II Governo Constitucional, em que reafirmámos uma proposta de salvação nacional, aliás aflorada no discurso do Presidente da República na altura da posse deste Governo de semicoligação, como então o denominámos.

Tudo resultou, porém, em vão. A aproximação não se fez connosco. Fomos nesta fase constitucional um partido de oposição e nunca avalizámos qualquer dos dois primeiros Governos constitucionais.

A partir da formação do II Governo dissemos claramente que só seríamos Governo em resultado de um acto eleitoral, a não ser que a nossa participação fosse desejada pelo Presidente da República num Governo de concentração democrática. Inutilizada quer pelo PS quer pelo CDS esta hipótese de exceção, aceitámos a experiência constitucional de um Governo de iniciativa presidencial, embora sem a nossa participação como partido. Esgotada também esta hipótese, por culpa alheia, avisámos aqui, nesta Assembleia, antes da votação das moções de rejeição, ao III Governo Constitucional, aliás em concordância com as conclusões do nosso VI Congresso (Julho de 1978), não estarmos dispostos a quaisquer conversações interpartidárias para a formação de um eventual IV Governo. Todavia, explicámos, nessa altura, a hipótese de uma plataforma de salvação nacional, desde que ela fosse retomada pelos dois outros partidos democráticos e tal acordo fosse liderado pelo Presidente da República. O CDS, ainda que em termos dubitativos e pouco claros, pretendeu retomar essa ideia. Era insuficiente e imprecisa. Rejeitámo-la, portanto. O PCP fez-nos, nessa altura, um convite para conversações. Também rejeitámos, pois já desde o início da fase constitucional considerámos inaceitável um Governo com participação desse partido. E se participámos em Governos Provisórios com o PCP foi em homenagem ao ideal que sempre defendemos, isto é, o de contribuir para a viabilização de um regime constitucional e democrático. Alcançado, com enorme sacrifício, este objectivo, não nos seria exigível a cooperação com um partido com cuja prática e ideologia sempre esti-

vemos frontalmente em desacordo. E temos algumas razões para crer que, sem o nosso concurso em alguns Governos Provisórios, não teria sido possível alcançar o direito a um Parlamento, onde é praticável uma fiscalização permanente, pela oposição, dos actos de um Governo Constitucional.

Aqui está mais uma prova da nossa cooperação democrática. Ao contrário do que já aqui se disse, nunca quisemos lançar anátemas sobre quem quer que fosse. Reivindicamos, sim, e agora em plena liberdade, o direito de escolhermos a nossa fórmula governativa. O PCP e a UDP estarão sempre em oposição connosco.

Também defendemos, desde sempre, a necessidade de o Estado de direito democrático se basear em partidos políticos. Mais: sempre dissemos que, como regra, o Governo não devia ser extrapartidário, entendendo como tal o que fosse constituído à margem dos partidos e sem seu consentimento ou interferência na respectiva estrutura e composição.

O III Governo Constitucional não foi constituído à margem dos partidos. Estes foram ouvidos sobre o Primeiro-Ministro e sobre a composição do Ministério. O mesmo se passou com o IV Governo Constitucional.

Simplesmente, quer para a composição de um, quer para a do outro, não foi solicitada a nossa cooperação com o partido e o mesmo parece ter sucedido para as restantes forças políticas aqui representadas.

Para o III Governo Constitucional e em certa fase da sua constituição ainda chegou a ser solicitada a cooperação de militantes nossos e de outros partidos, embora sem título nem poderes de representação partidária. Como se disse, não fomos nós a inviabilizar essa hipótese.

Já para o IV Governo essa solicitação não nos foi feita e nem a mesma se justificaria. Na verdade, inviabilizada por outros a referida fórmula; não suindo nós o orgulho de só os nossos militantes terem competência para o desempenho de funções de Governo; considerando que não seria patriótico inutilizar um Governo quase extrapartidário em altura de impossibilidade de consulta ao eleitorado por falta dos mecanismos para tanto necessários; considerando, finalmente, que um Governo deste tipo assume, em princípio, carácter de transitoriedade: parece-nos evidente a correção do nosso procedimento ao longo de todo este processo constitucional.

Este Governo seguirá, pois, sem oposição nossa, de princípio, mas é feito sem nós. Ao contrário do que aqui já se disse, não existe neste Governo qualquer militante nosso nem sequer a nível de Subsecretários de Estado.

No discurso de posse dos Ministros do IV Governo o Sr. Presidente da República afirmou que a solução encontrada se situava nos limites que o actual quadro parlamentar oferece e no cenário de alternativas por ele definido em 22 de Setembro.

E ainda disse mais, isto é, de que dos contactos feitos com os partidos tinha sido possível concluir que:

- a) A maioria dos partidos não considerava ainda esgotada a segunda alternativa, pelo que se deveria procurar a formação de um Go-

verno que, embora sem coligação, reunisse apoio parlamentar maioritário e pudesse evoluir para uma forma de acordo que lhe garantisse estabilidade;

b) A personalidade do Sr. Primeiro-Ministro

reúne o consenso da maioria dos partidos.

Se no primeiro caso constituímos a minoria, já quanto à segunda conclusão estamos incluídos na maioria. Nunca pusemos em causa a personalidade do Primeiro-Ministro, mas já não acreditamos que o actual Governo consiga criar condições para a realização de um acordo que lhe garanta maior eficácia e maior base de apoio político e institucional. E isto porque, dado o passado recente, mesmo muito recente, atrás descrito, não podemos acreditar muito num acordo com qualquer outro partido desta Assembleia, a não ser que se verifique uma evolução saudável na estratégia quer do PS, quer do CDS.

Na verdade, inutilizado, por princípio, um acordo com o PCP, também parecem estar esgotadas as hipóteses de formar um acordo programático com outro ou outros partidos de maneira a estabelecer a referida maioria democrática estável. A prática do PS e a sua disposição para uma não clarificação quanto aos objectivos a prosseguir inviabilizam, ao que parece totalmente, a proposta do Sr. Presidente da República.

Daqui a forte probabilidade de eleições antes de 1980.

O exposto, todavia, não nos leva a inutilizar, de forma alguma, este Governo. Antes das eleições e até lá o País necessita — como sempre o dissemos — de um Governo capaz e dotado de toda a competência constitucional. Mais ainda: necessita de um Governo com isenção suficiente para recuperar a confiança dos Portugueses em Portugal e no regime democrático.

Para tanto, os nossos condicionantes ao apoio da sua actuação são, fundamentalmente, a firme determinação no cumprimento das leis, a homogeneidade do seu comportamento, a clarificação da política económica e financeira a médio prazo, a despartidarização de sectores essenciais, como, por exemplo, os da comunicação social e do aparelho de Estado.

Se o Governo for capaz de se lançar decididamente nestes e em outros domínios e se esta Assembleia não legislar ou actuar por forma a constituir um contragoverno, então sim, não haverá necessidade de eleições legislativas antes de 1980. Só que estamos convencidos de que a actual composição deste Parlamento vai permitir que a presunção da legislatura anunciada pelo Primeiro-Ministro seja ilidida, e isto porque alguns dos objectivos expostos foram contrariados ou esquecidos pelos dois primeiros governos constitucionais.

Pela nossa parte assumiremos, aqui e fora daqui, as nossas responsabilidades sem qualquer complexo. Não foi em vão que apoiamos o Presidente da República no seu maior empenhamento na vida política portuguesa, empenhamento este iniciado com a exoneração do Primeiro-Ministro dos dois primeiros governos, explicado na conferência de imprensa de 24 de Agosto passado e efectivado com a formação dos III e IV Governos Constitucionais.

Ao longo deste debate companheiros meus, embora numa perspectiva de política geral e global, adiantarão exeges críticas sobre alguns sectores fundamentais do Programa do Governo. De início focar-se-ão as grandes opções em matéria de educação, habitação e saúde para, numa segunda fase, se considerar a organização da Administração Pública, da economia externa e interna e da agricultura.

Não quero terminar sem, mais uma vez, salientar a necessidade de viabilizar o funcionamento deste Governo para que a democracia assente em partidos se torne, a breve prazo, novamente possível. Para que o País não continue a viver em regime de exceção ou de transitoriedade. E nesta recuperação tem, ao que penso, papel fundamental o Partido Socialista e o Centro Democrático Social.

Este último já iniciou na última sessão a sua recuperação e o PS não se mostra em oposição frontal a este Governo. Surge, pois, uma esperança de o realismo triunfar a bem da democracia, que é o mesmo que dizer a bem de Portugal.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs Membros do Governo: Bastaria aos trabalhadores portugueses terem ouvido as afirmações e discursos do Primeiro-Ministro, antes e durante a tomada de posse, para que eles se apercebessem da hostilidade que lhes era dirigida, assim como da perspectiva política que iria ser seguida por este Governo caso passasse na Assembleia da República.

Bastaria aos trabalhadores portugueses conhecer todo o elenco governamental, assim como a satisfação e o total apoio do PPD e do CDS, para verificarem que estão perante um Governo direitista com figuras profundamente ligadas ao passado e às ideias reaccionárias de recuperação do grande capital nacional e estrangeiro.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Mas a imagem real deste Governo e os objectivos que pretende foram clarificados pelo conteúdo do programa, particularmente em relação ao sector do trabalho, e pela intervenção do Primeiro-Ministro nomeado feita nesta Assembleia no passado dia 4.

Já aqui afirmámos que o Governo dá continuidade aos aspectos mais negativos da política dos anteriores e quando inova é para pior: é no sentido de favorecer ainda mais o sector capitalista e o investimento estrangeiro. É no sentido de rever a legislação de trabalho e pôr o sector público ao serviço do sector privado.

Pois bem.

Num estilo característico de quem, por interesses de classe, vê nos trabalhadores um mal necessário, usando palavras velhas como «ordem», «trabalho», «disciplina» e «autoridade», palavras que os tra-

lhadores estavam habituados a ouvir e, acima de tudo, a sentir as consequências antes do 25 de Abril, porque traziam sempre no seu bojo a repressão, a exploração desenfreada e a tentativa da submissão, o Sr. Primeiro-Ministro procura dar a tónica de que seriam e são os trabalhadores e as suas lutas os principais culpados da grave situação económica e financeira que o nosso país atravessa.

Para o Primeiro-Ministro e, logicamente, para o seu Governo haverá greves e manifestações a mais, haveria, como disse no passado dia 4, uma campanha de agitação veiculada pela reivindicação impossível de satisfazer, haveria que disciplinar o trabalho.

Mas então não é uma verdade indesmentível que hoje centenas de milhares de trabalhadores vêem piorar drasticamente as suas condições de vida devido ao boicote e arrastamento das negociações da contratação colectiva por parte do grande patronato, que resulta no prolongamento da vigência das tabelas salariais (23 meses nos têxteis, 28 nos CTT, 23 na construção civil, 20 na panificação e 23 nos metalúrgicos), a par da subida em flecha do custo de vida (30 % em 1977 e 22 % nos primeiros meses de 1978)?

É ou não verdade que actualmente cerca de 40 000 trabalhadores da A. C., Metalúrgica Duarte Ferreira, Companhia Portuguesa de Pescas, Messa, Século, J. Pimenta, Manuel Lopes Henriques e de tantas outras não recebem salários há vários meses, apesar de na sua grande maioria continuarem a laborar normalmente?

Alguém poderá negar que o revanchismo e a repressão patronal tem vindo a aumentar e que só nos primeiros seis meses do ano de 1978 foram despedidos, só na região de Lisboa, cerca de 1000 trabalhadores individualmente, 350 por despedimento colectivo, 7 delegados sindicais, 1 dirigente sindical e 4 membros de comissões de trabalhadores, e que até Dezembro estes números aumentaram aceleradamente, tudo indicando, como acontece, por exemplo, na Standard Eléctrica, onde mais de 800 trabalhadores estão ameaçados pelo desemprego, que esta acção vai continuar?

Quem poderá, pois, Sr. Presidente e Srs. Deputados, negar a justeza e, mais importante do que isso, a inevitabilidade das lutas dos trabalhadores na defesa dos seus direitos, liberdades e garantias?

O Sr. Aboim Inglês (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Quem ofende a dignidade moral e profissional dos trabalhadores portugueses, quem, como o Primeiro-Ministro nomeado nas suas palavras e no seu programa, distorce e procura impedir ou restringir o recurso correcto e constitucional do desenvolvimento das lutas dos trabalhadores sem atender às causas que as tornam inevitáveis e justas e está a demonstrar uma opção de classe, uma opção por uma política virada para a recuperação dos privilégios dos grandes capitalistas e agrários e contrária aos interesses nacionais?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Isto é tanto mais verdade quando se verifica que em relação às leis da recuperação capitalista e latifundista, como a lei das indemnizações aos capitalistas e a lei da contra-reforma agrária, o Governo ameaça fazê-las aplicar sem contemplações e com violências, enquanto em relação à legislação de trabalho o Governo não diz uma palavra sobre as frequentes violações e prepotências do patronato e, em vez de anunciar medidas para o seu cumprimento, o que promete é revê-la, em especial a lei dos despedimentos, como reivindicam os senhores da CIP e das multinacionais, a fim de permitir mais despedimentos, maior repressão e um maior campo de manobra ao grande patronato nacional e estrangeiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Esta política não serve. Este Governo deve ser demitido por esta Assembleia da República.

Os trabalhadores há muito exigem uma nova política e um novo Governo ao serviço do povo português.

Tal política exige no plano económico o aumento da produção nacional, em particular dos sectores cujo processo produtivo depende menos das importações, e dos produtos de substituição dos actualmente importados. Exige a limitação de importações supérfluas ou menos indispensáveis. Exige uma política de comércio externo assente na diversificação de mercados, e não no enfeudamento à Europa dos monopólios. Exige sistemas de compensação e a negociação de linhas de crédito.

Tal política de verdadeira recuperação económica só pode basear-se fundamentalmente nos recursos e energias internos e num grande esforço nacional e patriótico.

A esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses e as suas organizações representativas confiam que as forças democráticas que os representam nesta Assembleia não vão permitir a passagem deste Governo, contrário aos seus interesses e alheado dos ideais do 25 de Abril e dos valores constitucionais.

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Mas para além do resultado deste debate, eles sabem que terão de continuar, com firmeza e persistência, a lutar pela defesa de tudo aquilo que alcançaram nestes últimos quatro anos.

Interessados e conscientes do grande esforço nacional que é necessário para fazer sair Portugal da crise em que se encontra, os trabalhadores não aceitarão nunca, em nome de uma falsa «disciplina», de uma suspeita «ordem» ou duvidosa e saudosista «autoridade», que as suas lutas e a legalidade que lhes estão reconhecidas na lei e na Constituição sejam reprimidas e restringidas.

Aplausos do PCP.

O Partido Comunista Português reafirma o seu apoio ao desenvolvimento correcto das lutas, tendo em conta justas reivindicações; reafirma a necessidade que existe, da participação criadora e construtiva dos trabalhadores na vida nacional através do diálogo que vise soluções democráticas e constitucionais.

Mas isto não fará este Governo, porque é de direita, porque está contra os trabalhadores, porque não está interessado no prosseguimento do caminho do socialismo, expresso na Constituição.

Applausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos agora fazer o nosso habitual intervalo de trinta minutos, pelo que está suspensa a sessão.

Eram 17 horas e 20 minutos.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 15 minutos.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Comunicação Social.

O Sr. Ministro da Comunicação Social (Proença de Carvalho): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo explicitou já as suas ideias programáticas no documento que é objecto da presente discussão nesta Assembleia. Fê-lo, como lhe competia, em termos sintéticos e gerais, uma vez que as medidas específicas sectoriais a tomar no futuro — caso esta Assembleia não venha a rejeitar o seu Programa — deverão ser precedidas do estudo e ponderação prévios dos respectivos dossiers, de modo a merecerem a mais adequada solução, na perspectiva dos objectivos consignados no Programa.

Assim, as intervenções do Governo neste debate deverão limitar-se a complementar, a esclarecer ou a destacar um ou outro ponto do Programa dignos de registo.

Em matéria de comunicação social, merecem referência dois aspectos fundamentais:

O integral respeito dos direitos e liberdades de expressão do pensamento garantidos constitucionalmente;

A integral aplicação do disposto no artigo 39.º da Constituição da República relativamente aos meios de comunicação do Estado.

Destes princípios fundamentais decorrem diversas e importantes consequências. Não basta declarar solenemente que se respeitam os direitos e liberdades em matéria de comunicação social se, na prática, tais direitos não podem ser sequer materialmente exercidos. Desde logo, impõe-se que os Órgãos de Soberania, sem prejuízo de outros valores igualmente importantes, institucionalizem um pleno acesso dos meios de comunicação a toda a sua actividade.

No que concerne ao Governo, este dispõe-se a promover esse acesso integral, tornando a sua actividade política e administrativa transparente para a opinião pública e, portanto, para os meios de comunicação social estatizados ou privados e em plena igualdade de condições. Essa transparência deverá, todavia, compatibilizar-se com uma deseável contenção de palavras, adequada ao sereno esclarecimento da realidade nacional.

Assim, deste Governo poderão os meios de comunicação social e a opinião pública exigir cabal informação acerca dos seus actos, mas não esperem o recurso sistemático ao discurso, à entrevista, à atitude promocional dos seus membros, a quem o povo português

exige, em primeiro lugar, um sereno e pragmático estudo dos problemas e um decidido ataque na sua resolução.

O direito à informação exige também a existência de imprensa privada que possa veicular as diversas tendências e as muitas aspirações das forças políticas, sociais e culturais, que saudavelmente devem concorrer em qualquer sociedade democrática.

Por isso mesmo, os Órgãos de Soberania — e entre estes o Governo — não podem assistir, passiva e cumplicemente, à total inviabilização de qualquer imprensa privada, não enfeudada a poderosos meios de pressão nacionais ou estrangeiros, mercê da concorrência que lhe é movida pela imprensa do Estado fortemente subsidiada pelo erário público.

Por outro lado, o Governo assumirá igualmente a responsabilidade de, no quadro constitucional e legal, curar por que os apoios à imprensa privada promovam um saudável pluralismo no quadro democrático.

Relativamente ao segundo princípio fundamental constante do Programa nesta matéria, dir-se-á que o Governo está disposto a assumir as suas responsabilidades, em estreita colaboração com as entidades constitucionalmente competentes, no sentido de salvaguardar a independência dos meios de comunicação social pertencentes ao Estado — do Governo e da Administração Pública —, de garantir o seu pluralismo ideológico, de impedir que neles se instalem perversões totalitárias e de dinamizar a sua ação para que tais meios contribuam, e nunca prejudiquem, os factores de consolidação da democracia, da paz social, da concórdia nacional, do progresso económico, social e cultural dos Portugueses.

Esta Assembleia tem o direito de conhecer quanto vem custando à colectividade o funcionamento dos meios de comunicação pertencentes ou intervencionados pelo Estado.

Os prejuízos acumulados desses meios de comunicação social, posteriores à sua transferência para os sectores público e intervencionado, atingem a verba impressionante de mais de 2 milhões de contos. Só os jornais dos sectores público e intervencionado apresentam um prejuízo global acumulado, e posterior à estatização, de mais de 1 milhão de contos. De resto, é extremamente difícil contabilizar com um mínimo de rigor o actual custo para a colectividade da informação produzida pelos meios estatizados. Algumas empresas deste sector ainda não apresentaram sequer as contas relativas a 1977 e os processos de controle existentes só dificilmente permitem um juízo de previsão quanto aos prejuízos do ano em curso.

Com estas limitações, todavia, não andaremos longe da realidade se apontarmos para uma verba superior a 1 milhão de contos como o custo anual para a colectividade desses meios de comunicação, não entrando em linha de conta, para a quantificação desse custo, com os subsídios concedidos a todos os meios de comunicação social para transportes, expedição via postal e compra de papel. Como também se não considerou o montante das receitas próprias dos meios de comunicação estatizados, ou seja, o preço suportado directamente pelos utentes ao pagarem o preço dos jornais e as taxas da radiodifusão e da radiotelevisão.

É quase lugar-comum dizer-se que a informação é um valor social que a comunidade terá de subsídiar.

Mas esta ideia tem as suas implicações e sobre ela é forçoso formular duas interrogações.

A primeira consiste em perguntar se com os hospitais que temos — ou não temos; com as escolas que temos — ou não temos; com as habitações que temos ou não temos; com a Previdência que temos — ou não temos; isto é, com todas as carencias e deficiências com que se debate o povo português e com a crise económica e financeira que ameaça a nossa independência e o nosso futuro, poderemos permitir-nos os gastos com os meios de comunicação social que temos — o dinheiro que sabemos e não sabemos.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Outra interrogação que imediatamente nos aflora o espírito é a seguinte: Será que o elevado custo suportado pelo povo português para sustentar a Radiotelevisão, a Radiodifusão, os oito jornais diários estatizados e intervencionados e ainda uma agência noticiosa tem sido correspondido, por parte de todos estes, em qualidade, em isenção, em apego aos ideais democráticos e valores nacionais e em pluralismo ideológico? Será que, em suma, eles têm cumprido com o que tem de exigir-se de meios de comunicação que não pertencem a nenhum partido ou grupo, mas que são de todos nós?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Ministro: Quando lemos o Programa do Governo e constatámos que a anterior Secretaria de Estado da Comunicação Social tinha passado a Ministério, esperávamos ver, ou no Programa ou agora na sua intervenção, factores que nos pudessem levar a compreender por que é que tinha sido feita tal transferência. No entanto, vimos que a sua intervenção se limitou a repetir o que de pouco, de banal e de geral, sobre comunicação social, já constava do Programa.

Constatámos que a Radiodifusão Portuguesa, a Radiotelevisão Portuguesa e a Anop não são sequer contempladas no Programa do Governo. Fala-se muito em generalidades e repetem-se certas banalidades, mas não vemos apontadas quaisquer medidas concretas, aliás contrariamente ao que outros Programas de Governo prometiam para este sector. Por outro lado, há o cuidado de se dizer que se deve dar igualdade de oportunidades e de tratamento económico-financeiro aos jornais e à imprensa estatizada e aos jornais e à imprensa privada.

O Sr. Ministro vem argumentar que o povo português gasta muito dinheiro com a informação. Mas mais à frente diz que para além desse dinheiro que o povo português já gasta se vai gastar ainda mais com as dívidas que os patrões dos jornais privados estão a acumular.

Uma voz do PCP: — Muito bem!

Risos do CDS.

O Orador: — É inegável que a maior parte desses jornais não faz a informação, mas sim a desinformação do povo português ...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Por exemplo, O Diário.

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — Cala a boca!

O Orador: — ... e muitos deles não se enquadram na perspectiva constitucional. Não ouvimos o Sr. Ministro dizer que a concessão de subsídios financeiros deveria estar dependente do cumprimento por esses jornais dos preceitos constitucionais.

Também não ouvimos uma palavra sobre o que pensa dos jornais fascistas. Ou será que vai subsidiar empresas jornalísticas que são abrangidas pela lei que proíbe as organizações fascistas, que foi aprovada pela maioria dos Deputados desta Assembleia?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Do mesmo modo, não ouvimos uma palavra sobre propostas de lei já apresentadas nesta Casa por anteriores Governos, como, por exemplo, a proposta de lei sobre a Radiotelevisão. Vai este Governo retomar essa proposta de lei? E a proposta de lei sobre a Radiodifusão? E a questão do direito de antena? E a questão do direito de resposta?

Disso não ouvimos falar. Essas questões, que preocupam de facto os partidos, não as vimos mencionadas na sua intervenção.

Mais: diz o Sr. Ministro que vai cumprir o artigo 39.º da Constituição. E vai até mais longe, quando no Programa do Governo chega ao ponto de querer pôr a Constituição a dizer coisas que dela não constam.

Fala de paz social e de concórdia nacional. Já ouvimos vários elementos desse Gabinete dizerem isso, mas ainda não percebemos o que é. Gostávamos de perguntar ao Sr. Ministro, para ficarmos esclarecidos, se a paz social e a concórdia nacional representam a reintrodução de métodos autoritários. E, a propósito, talvez que o Sr. Ministro se recorde de um episódio passado há bem pouco tempo na Radiodifusão Portuguesa ...

O Sr. Ministro fala em saneamento económico das empresas públicas, em critérios de rentabilidade e em austeridade, mas não explica quem é que vai pagar os custos desse saneamento. Serão os trabalhadores? Será com despedimentos?

Também não ouvimos o Sr. Ministro questionar aqui a má administração de muitas dessas empresas nem referir que tivesse sido pensada a reestruturação dessas empresas, apesar do que vem dizer que não são viáveis e que dão enormes prejuízos. Mas já alguma vez se teve em conta a opinião dos trabalhadores sobre esta matéria?

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Os trabalhadores têm de trabalhar!

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — Cala a boca!

O Orador: — Diz-se no Programa do Governo que se não fazer desintervenções. Em que condições serão feitas essas desintervenções? Serão ouvidos os trabalhadores?

Pareceria, em nosso entender, que uma recomendação relativa à informação, como a que a UNESCO ainda há bem pouco tempo aprovou, deveria constar do programa de um Governo que se reclama da democracia e da defesa da Constituição, tanto mais que a delegação portuguesa votou favoravelmente essa resolução. Não compreendemos que o Programa do Governo, num sector ligado à informação e à comunicação social, não tenha uma palavra sequer sobre essa resolução da UNESCO.

Finalmente, queríamos dizer que não é com demagogia sobre as dívidas do sector público, impedindo ao mesmo tempo a sua reestruturação e acenando para uma pseudoliberdade do sector privado, que serão resolvidos os problemas do sector da comunicação social.

Para terminar, vou formular uma última pergunta: tenciona o Sr. Ministro ouvir os sindicatos do sector quando «aplicar» as medidas de «reestruturação» que o Programa não indica?

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, quer responder já ou no fim?

O Sr. Ministro da Comunicação Social: — Respondo no fim a todos os pedidos de esclarecimento, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem então a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Madeira.

O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): — Sr. Ministro, vou fazer-lhe uma pergunta muito menos grave do que a que foi feita agora, porque é menos substancial, aparentemente pelo menos. Como Deputado não comprehendi bem, e o próprio País também não, e talvez V. Ex.^a possa esclarecer as razões que levaram este Governo a promover uma Secretaria de Estado a Ministério. Aliás, há até muita gente que pensa que não se justificaria sequer que existisse tal Secretaria de Estado ...

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... que bastaria uma direcção-geral ou qualquer órgão junto do Gabinete do Primeiro-Ministro que assegurasse o controle da gestão das empresas públicas, que, no fundo, é o que há. Há, por exemplo, o IPE (Instituto das Participações do Estado) e uma série de empresas mais que poderiam efectivamente exercer as funções que hoje não se vêem quais sejam, a não ser garantir postos de trabalho. Bem, normalmente a promoção de uma Secretaria de Estado a Ministério significa que há qualquer intenção subjacente. Qual seja ela, gostaria que V. Ex.^a esclarecesse. Por outro lado, será que o Governo pensa transformar este Ministério da Comunicação Social num Ministério da Informação? Pensará V. Ex.^a dirigir a informação portuguesa, na minha linguagem comunicação social, tal como dirigiu o *Jornal Novo*?

Risos.

Vozes do PS e do PCP: — Muito bem!

O Orador: — É que o País pode não concordar com isso! V. Ex.^a dirigiu-o de uma forma pessoal, imprimiu-lhe um cunho ideológico que está de acordo com as suas convicções, mas talvez isso não se ajuste necessariamente àquilo que a maioria do povo português quer e esta Assembleia, que ainda é — e esperemos que continue a ser — um Órgão de Soberania relevante e a ter em conta. Posso, por exemplo, citar departamentos de Estado que não foram convertidos em Ministérios, tais como o Turismo — que tem por ano uma parcela de mais de 20 milhões de contos em divisas nas receitas do Estado —, as pescas, a emigração e a função pública, que não foi também respeitada em Ministério — como talvez devesse, face à necessidade incontestável de reformular a nossa burocracia oficial e, no entanto, mantém-se a Secretaria de Estado da Função Pública.

Enfim, tudo isto me deixa um pouco perplexo e há até pessoas que, sem má intenção, pensam ou se interrogam sobre se a promoção da Secretaria de Estado da Comunicação Social a Ministério não terá sido apenas para proporcionar à personalidade que V. Ex.^a é um lugar à sua altura. E isto porque a desculpa ou a justificação que vem num jornal não convence. Um jornal, pelo menos, terá dito que a elevação a Ministério se ligava ao facto de V. Ex.^a pretender ter voz no Conselho de Ministros. É uma pretensão, enfim, importante ...

Risos do PCP.

Não, não estou a dizer isto por graça. Acho que tem certamente importância ...

Mas não me parece que o argumento seja procedente, porque nos Governos anteriores sempre o Secretário de Estado da Comunicação Social teve assento no Conselho de Ministros.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Sr. Ministro da Comunicação Social, pretendeu V. Ex.^a frisar sobretudo um ponto: que a empresa nacionalizada dá prejuízo, que é preciso acabar com ela, dando a entender, ou deixando subjacente, que a imprensa privada, essa, é rentável, e concluindo que interessa pô-las em igualdade de circunstâncias.

Isso oferece-me ocasião para fazer duas pequenas perguntas: se fossem cortados os subsídios à imprensa nacionalizada, quais dos jornais actualmente existentes julga o Sr. Ministro que subsistiriam?

Vozes do PSD e CDS: — Nenhum!

O Orador: — Se a imprensa privada — que muita dela é objecto de subsídios de grandes grupos económicos, porque a maior parte também não se sustenta a si mesma — deixasse de ter esses subsídios, quantos dos jornais subsistiriam?

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — *O Diário.*

O Orador: — Este facto leva-me geralmente a perguntar se é hoje possível, em Portugal, exigir que a imprensa se auto-sustente.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Acho que sim.

O Orador: — Ou seja, é razoável por parte de um Governo apresentar como seu objectivo que a imprensa nacionalizada se auto-sustente? Ou isso não será apenas um pretexto para restringir, senão mesmo liquidar, a imprensa nacionalizada, colocando-a em situação de desigualdade com a imprensa privada, que, com dez ou vinte mil exemplares, se mantém à custa de *deficits* da banca nacionalizada e de subsídios de grandes grupos económicos privados?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Os outros fazem o mesmo!

O Sr. Aboim Inglês (PCP): — Ah, mas reconhece! Reconhece! ...

O Sr. Vítor Louro (PCP): — É um ver se te avias!

O Orador: — A segunda questão que o Sr. Ministro procurou fazer induzir, de forma enviesada parece-me, é que o Governo, ou pelo menos o Ministro nomeado para o sector, não concorda com a orientação dos jornais nacionalizados, da RDP e da RTP ...

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Não disse isso ...

O Orador: — ... depois de ter afirmado que um ponto de honra do Governo é salvaguardar a independência dessa imprensa e da RDP e RTP em relação ao Governo, para acrescentar logo que o Governo quer assegurar que a orientação ideológica dos jornais garanta determinados objectivos, o que exige uma resposta muito clara deste Governo.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Que independência!

O Orador: — Como é que o Governo pensa fazer valer aquilo que deve ser a orientação da imprensa nacionalizada, da RTP e da RDP? Será através de notas oficiais? Será através da mudança dos diretores dos jornais e da programação? Através de instruções políticas às direcções dos jornais? E será que o Governo desconhece a existência de conselhos de informação compostos por representantes designados por partidos da Assembleia da República e se lhes quer fazer substituir? Em última análise: será que a independência que o Governo começa por afirmar querer manter em relação à imprensa nacionalizada, à RDP e RTP acaba por se transformar numa situação em que o Governo pretende que, independentemente, autonomamente, os jornais levem a cabo aquela orientação que o Sr. Ministro da Comunicação Social, e só ele, julga que deve ser a orientação dos jornais, da RDP e da RTP?

Sr. Ministro da Comunicação Social, há um ponto do Programa do Governo que ainda não foi esclarecido. Diz-se a certo passo que o Governo quer solucionar as questões da imprensa intervencionada,

sujeita, portanto, a intervenção do Estado. Pergunto: solucioná-la como? A lei de desintervenção prevê várias alternativas, politicamente muito diferentes, que podem passar pela nacionalização, pela constituição de empresas mistas ou pela reprivatização. O que é que o Governo, concretamente, pensa fazer então para cada um dos casos dos jornais intervencionados? E aqui não pode ser deixado passar em silêncio o caso do jornal *O Século*.

O Sr. Nandim de Carvalho (PSD): — Ah!

O Orador: — Do Programa do Governo, estranhamente, não consta o que é que se pretende fazer neste caso. Pretende-se vender a empresa, indirectamente nacionalizada? Se é essa a intenção, pretende-se fazer cumprir as exigências constitucionais para essa possibilidade? O que é que se pretende fazer do caso de *O Século*?

Finalmente, Sr. Ministro, há aí uma empresa — parece que não é fantasma... — formada por conhecidas personalidades de direita da nossa praça política, que constituíram uma empresa chamada Radiotelevisão Independente, candidata à exploração de uma empresa privada de televisão e à concessão de ondas de radiodifusão... Interessa, pois, que o Governo diga claramente a esta Assembleia qual é a sua postura perante as pretensões da RTI, designadamente: é o Governo de opinião que a Radiotelevisão deve ser um empresa nacionalizada e que não se deve admitir o concurso de empresas privadas no campo da televisão? E quanto à rádio? Está o Governo disposto a facilitar a criação de novas empresas privadas de radiodifusão?

São estas, Sr. Ministro, as perguntas que gostaria de ver esclarecidas.

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr. Ministro da Comunicação Social: Devo reconhecer — e no pouco tempo de que disponho — que, na verdade, este deve ser um daqueles capítulos do Programa do Governo em que há certas diferenças em relação ao do Governo anterior, como disse o Sr. Primeiro-Ministro, só que são para pior!

Risos.

Isto é: neste caso, e ao contrário do que acontecia anteriormente, não há uma palavra sobre a irreversibilidade das nacionalizações. Isto acontece porque o Sr. Ministro se esqueceu ou porque acha que elas não são de facto irreversíveis? Também não há nenhuma palavra sobre a reestruturação da imprensa, sobre o estatuto de informação e a definição de uma política para o sector, sobre a lei da rádio, da televisão e sobre os direitos de antena. Parece que estes assuntos são considerados pelo Governo como pouco importantes. Esqueceu-se o Sr. Ministro de falar neles ou quer ficar com as mãos livres para actuar conforme entender em sectores desta importância?

Outra questão é a seguinte: o Programa do Governo retoma certo tipo de linguagem própria, aliás,

do jornal de que o Sr. Ministro foi director e de outra imprensa reaccionária e mesmo de imprensa claramente fascista, ...

O Sr. Cunha Simões (CDS): — O que é que isso tem a ver com o caso?

O Orador: — ... como seja, por exemplo, o ataque a certas ideias autogestionárias e populistas tendentes a consolidar posições ideológicas e partidárias obtidas por conhecidos métodos de infiltração, etc.

Ora, isto vem na imprensa reaccionária dirigida a determinados órgãos de comunicação social. Portanto, gostava de saber se essa linguagem é dirigida a determinados órgãos de comunicação social e se isso não deve ser entendido como um processo de saneamento político nos órgãos da comunicação social.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — *A Voz do Povo!*

O Orador: — Isto é, se não se pretende sanear os jornalistas que o Governo acha que têm essas tais ideias autogestionárias e populistas tendentes a consolidar posições ideológicas, etc.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Infilações!

O Orador: — Dado que foram feitas várias perguntas sobre a questão da imprensa privada, não queria deixar de falar nela. Quais são os critérios que o Sr. Ministro vai aplicar? É que, por exemplo, o jornal que o Sr. Ministro dirigiu — o *Jornal Novo* — sabemos que está numa situação financeira difícil e por uma razão muito simples, é que não se vende!

Aliás, para nós é consolador porque só mostra que há poucos reaccionários em Portugal!

Risos.

Aplausos de alguns Deputados do PS.

O Orador: — Gostava, pois, de saber quais são os critérios desse apoio à imprensa privada.

Quanto aos *deficits* do sector público: sabe-se que os trabalhadores andam a reclamar constantemente e a fazer propostas de reestruturação desse sector. No entanto, os governos ignoram-no, têm gasto sucessivamente o dinheiro na desorganização existente — contra a qual são os trabalhadores os primeiros a estar em desacordo — e nem há uma palavra sobre isso.

Quanto ao jornal *O Século*, que é um caso dramático que há muito se vem arrastando, também não queria deixar de fazer algumas perguntas. De resto, já se chama a este caso o grande negócio que neste país se está a preparar...

Bom, gostava de perguntar o seguinte: tendo o Conselho de Informação para a Imprensa aprovado por unanimidade, nos últimos dias do II Governo, uma proposta no sentido da manutenção da nacionalização de *O Século*, do seu rápido relançamento e reestruturação com participação dos trabalhadores, o que pensa o Sr. Ministro fazer dessa recomendação?

Sabe o Sr. Ministro que pelos últimos estudos encomendados pela SECS a duas empresas especializadas, à Norma e ao Instituto de Estudos de Opinião Pública, ficou demonstrado que o espaço de penetração desse jornal na província ainda se mantém em aberto?

Pensa também o Sr. Ministro, tal como o Sr. Dr. Nandim de Carvalho, que a desnacionalização e venda do jornal não é anticonstitucional e que a venda da parte maioritária de *O Século* e do *Diário Popular* é o mesmo que uma empresa fornecedora de gás vender botijas de gás?

Risos.

E dado que toda a gente sabe que neste negócio de *O Século* a grande negociação até são os terrenos da colónia balnear infantil, em S. Pedro do Estoril, que nas mãos dos capitalistas especuladores devem valer muitas centenas de milhares de contos, gostava que o Sr. Ministro respondesse concretamente às perguntas que passo a fazer-lhe. Conhece o Sr. Ministro o valor real do património de *O Século*, dos seus bens móveis, imóveis e culturais, o valor específico de *O Século* e do seu parque, o valor da colónia balnear de S. Pedro do Estoril e ainda do arquivo jornalístico mais antigo e completo do País, o arquivo do jornal *O Século*? Pensa o Sr. Ministro que terão de ser os trabalhadores de *O Século* e da comunicação social a ter de pagar a crise que os governos anteriores não souberam nem quiseram resolver, não devendo ignorar que estão há cinco meses sem receber salários, apesar de o Sr. General Ramalho Eanes já ter enviado um telegrama a dizer que o jornal ia reabrir brevemente? Há cinco meses que oitocentos trabalhadores e suas famílias estão sem receber salários.

O Sr. Ministro também pensa fazer o saneamento económico e financeiro das empresas públicas com a forte austeridade e a máxima rentabilidade que propõe à custa do desemprego massivo dos trabalhadores e da introdução de novas técnicas e de saídas de divisas? São estas as perguntas, que obviamente são bastantes, mas não tantas quantas poderia fazer devido à falta de tempo o que é amplamente justificado por este assunto ser tratado a correr no Programa do Governo.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Roriz.

O Sr. Fernando Roriz (PSD): — Sr. Ministro da Comunicação Social, tão sinteticamente quanto possível pretendia pôr-lhe as seguintes questões: a Constituição impõe a não discriminação entre os órgãos de informação. Como vai ser resolvida a situação no futuro? E quanto ao passado? Visto que a política dos subsídios e das facilidades criou objectivamente condições de desigualdade, como se vai remediar a situação das injustiças já cometidas?

Outra questão é o estatuto da informação. Que parâmetros? Que garantias de objectividade e pluralismo? Que informação para o desenvolvimento e para a integração europeia, entendendo-se nesta questão a problemática dos nossos emigrantes?

Teremos uma informação que nos assuma como povo e como nação? Ou uma informação subordinada e provinciana em relação a modelos externos? E quanto à imprensa regional? Que se vai fazer para um efectivo apoio a este importante sector da nossa imprensa?

Para quando a lei da TV e da rádio? E um novo regime das emissões de rádio privadas de curto raio e TV por cabo? Que futuro para o Instituto de Opi-

nião Pública? Vai haver articulação no futuro com a delegação portuguesa à UNESCO em matéria de imprensa?

Eram estas as questões que desejava fazer, Sr. Ministro.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Comunicação Social para responder.

O Sr. Ministro da Comunicação Social: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O conjunto de pedidos de esclarecimento apresentado não se compadece com uma resposta breve dentro dos limites de tempo que o Governo dispõe nesta discussão do seu Programa. Aliás, grande número dos pedidos de esclarecimento não podem sequer ser respondidos pelo Governo por dois motivos fundamentais: é porque muitas das questões formuladas não dizem respeito e não se compreendem dentro da competência do Governo, mas sim da própria Assembleia da República, que deverá, portanto, dar-lhes uma resposta em primeiro lugar; outro é porque um programa de governo não é um programa de administração pública. O Programa do Governo, define as linhas gerais da orientação política do Governo e não pode constituir uma listagem das inúmeras medidas que em cada sector se deveria tomar para cumprimento dessa orientação política global. Portanto, também não podemos, neste debate, estar a discutir as medidas concretas — que são inúmeras, pois serão centenas ou milhares — que a Administração, que o Governo, no decurso da sua execução do Programa, terá, efectivamente, de assumir.

Por outro lado, a actuação do Governo na concretização das ideias programáticas em discussão será sempre fiscalizada por esta Assembleia, pelo que na devida oportunidade, o Governo dará as suas explicações e terá de responder às perguntas que lhe forem feitas em função da sua prática do dia a dia.

Apesar destas dificuldades, vou tentar responder às questões fundamentais que me foram propostas. O Sr. Deputado do PCP antes de formular perguntas fez várias considerações acerca do Programa e da minha intervenção de há pouco, e entre as notas que tive oportunidade de registar está, por exemplo, a seguinte: a de que o Programa se limitou a repetir o que é banal e o que é geral. Sobre isso gostaria de perguntar ao Partido Comunista se considera banal, geral e sem interesse que o Governo, na parte que lhe compete, procure fazer todo o possível para assegurar a verdadeira liberdade de imprensa em Portugal; se é banal e geral que o Governo procure tornar a sua actividade transparente para a opinião pública e para os meios de informação; se é banal e vulgar que o Governo se comprometa a respeitar a independência dos meios de comunicação social em relação ao Estado, ao Governo, à Administração Pública, etc. Isto é, se afirmações importantes, de cujo cumprimento resulta a verdadeira liberdade de informação em Portugal, são questões banais e gerais, sem a mínima importância...

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Que presunção, Sr. Ministro!

O Orador: — ..., ou se mais importante do que isso será a listagem de uma série de medidas, essas sim

banais na medida em que qualquer administração pública terá de as assumir!

Vozes do PCP: — Que presunção Sr. Ministro, que presunção!

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Perguntou também o Sr. Deputado do Partido Comunista se quando se fala em propor a igualdade da imprensa estatizada e privada se quer dizer com isto que se vão pagar as dívidas dos jornais privados e o que se pensa dos jornais fascistas. Ora é evidente que colocar a imprensa privada em pé de igualdade com a imprensa do Estado é uma exigência mínima para que exista uma verdadeira liberdade de imprensa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Eu comprehendo que os Srs. Deputados comunistas não estejam de acordo com esta afirmação e que não compreendam esta linguagem e esta metodologia, até porque nos recordamos perfeitamente do que foi o comportamento do Partido Comunista Português durante o período que se seguiu à Revolução do 25 de Abril em matéria de comunicação social. Penso que todos estamos lembrados desse comportamento ...

Vozes do PSD: — Infelizmente!

O Orador: — Eu não contribuí, de maneira nenhuma, para que se fechasse um jornal com as tradições democráticas do jornal *República* e não sei se os Srs. Deputados também não contribuíram ...

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Nós também não!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — O que é que pretende com isso? Tenha a coragem de dizer tudo, Sr. Ministro. Não seja hipócrita!

O Orador: — Não contribuí para que fosse assaltada a Rádio Renascença e também não sei se os Srs. Deputados comunistas poderão fazer a mesma afirmação ...

Aplausos do PSD e do CDS.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Nem na provocação tem nível!

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Isso é para averiguar!

O Orador: — Quanto às propostas de lei da televisão, da rádio, do direito de antena e do direito de resposta que aqui foram referidas por vários dos oradores, é evidente que essa matéria é da competência específica da Assembleia da República. O Governo, quando muito, elaborará as respectivas propostas e fá-lo-á, evidentemente, dentro dos parâmetros que constam do Programa.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Com certeza que seria ridículo que constasse do Programa que o Governo vai elaborar a lei da televisão, a lei da rádio, do direito de antena e do direito de resposta. Trata-se, pois, de uma obrigação que o Governo cumprirá. Só que na sua elaboração se terão em conta as linhas gerais do Programa.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — E a lei dos despedimentos, não se propõe revê-la?

O Orador: — Por outro lado, a propósito do artigo 39.º da Constituição da República, foi-me perguntado se quando se fala em paz social e em concórdia nacional se tem em vista a introdução de métodos autoritários. A resposta é absolutamente negativa: este Governo não pensa reintroduzir quaisquer métodos autoritários em matéria de informação: nem os que vigoraram antes do 25 de Abril, como a censura e o exame prévio, nem os que vigoraram nos momentos difíceis posteriores ao 25 de Abril, não através da censura e do exame prévio mas através de métodos de violência que são conhecidos de todos nós.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Parece um anjo, Sr. Ministro!

Risos.

O Orador: — Muito obrigado!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Um anjo negro!

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Todos vos conhecemos.

O Orador: — A propósito das desintervenções — esta pergunta foi formulada por vários Srs. Deputados —, penso que é sabido que o critério constitucional e legal aponta no sentido de que a intervenção do Estado em empresas seja uma situação provisória, e não definitiva. Portanto, o Governo tem obrigação, no cumprimento da Constituição e das leis, de promover a mais rápida desintervenção do Estado em todas as empresas em que ainda se verifica essa intervenção.

Quanto às condições, é evidente que não posso, porque isso alongaria esta exposição a limites incomportáveis, estar a explicar qual é a ideia do Governo relativamente às várias empresas em que o Estado tem intervenção. Evidentemente que cada empresa terá os seus problemas específicos e a solução de desintervenção deverá atender à situação específica de cada uma das empresas desse sector.

O Sr. Deputado do Partido Socialista, Dr. Filipe Madeira, praticamente só fez uma pergunta: porque é que a Secretaria de Estado da Comunicação Social foi promovida a Ministério. É evidente que não é um problema que me compete responder, nem que diga respeito ao Programa do Governo. A organização do Governo é, evidentemente, da competência do próprio Governo, tal como a Constituição determina, e quanto às razões de oportunidade que levaram a essa promoção, penso que o Sr. Primeiro-Ministro, na altura oportuna, dará a resposta adequada, pois

a ele compete e não ao Ministro da Comunicação Social. No entanto, devo dizer que me honro muito — embora, evidentemente, não possa aceitar essa explicação — por o Sr. Deputado, certamente por amizade por mim próprio, se permitir formular a sugestão de que isso resultou da minha personalidade. Muito obrigado por essa sugestão, mas penso que é profundamente injusta.

Risos.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Muito bem!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Mas que petulância ...

O Orador: — O Sr. Deputado Vital Moreira disse que na minha intervenção e no Programa eu teria afirmado que a imprensa nacionalizada só dá prejuízos e que, portanto, é preciso liquidá-la e que a imprensa privada é que é rentável. Devo dizer a V. Ex.^a que não disse nada disso — como certamente todos compreenderam —, e até talvez tenha dito o contrário. O que disse foi que, nas circunstâncias presentes, toda a imprensa privada portuguesa estará em vias de extinção.

Por outro lado, pergunta-me, na hipótese de acabarem os subsídios à imprensa estatizada, qual delas é que se aguentaria. Não fiz as contas em pormenor e portanto não posso responder a essa pergunta. Não faço a mínima ideia.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Que competência!

Protestos do PSD e do CDS.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — O Sr. Deputado, trata-se do Programa do Governo!

O Orador: — Refere ainda o Sr. Deputado que resulta da minha exposição e do Programa que o Governo não gosta da orientação dos meios de comunicação estatizados. Essa afirmação constitui a interpretação do Sr. Deputado — não consta nem do Programa nem da minha exposição.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Ainda bem!

O Orador: — No entanto, cabe dizer que este Governo não pretende atropelar a competência específica dos órgãos legais que superintendem na comunicação social; este Governo não pretende atropelar os conselhos de informação, tal como não pretende atropelar a competência desta Assembleia, competência essa que preserva e respeita integralmente. Mas dentro dos poderes que lhe competem constitucionalmente assumirá as suas responsabilidades nessa matéria.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Quais são os poderes, quais são os poderes?

O Orador: — O Sr. Deputado Acácio Barreiros diz-me que o Governo não falou na irreversibilidade das nacionalizações e pergunta se foi por esquecimento ou por outra razão qualquer. Penso que o Governo não tem de falar em algo que consta da Constituição e que não tem discussão possível. O Go-

verno cumpre a Constituição, não a discute, e, portanto, isso seria uma afirmação que não teria a míima razão de ser.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — O caso de *O Século!*

O Orador: — Pergunta-me também qual é o sentido das ideias populistas e autogestionárias referidas no Programa. Pois aí se diz que, posteriormente ao 25 de Abril, os meios de comunicação social do Estado reflectiram muitas vezes atropelos e foram um campo de batalha onde se projectaram as lutas ideológicas e políticas da sociedade portuguesa. Penso que isso é uma verdade irrefutável que ninguém contestará.

Quando se fala em ideias populistas e autogestionárias, pretende-se dizer que os meios de comunicação social do Estado pertencem ao Estado e, por consequência, não podem ser dominados por meia dúzia de pessoas que dentro desses órgãos procurem monopolizar a sua orientação, o que seria, evidentemente, violentar e trair a comunidade que paga os jornais estatizados.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Dê um exemplo, só um exemplo.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Só um nome ...

O Orador: — Não posso, Sr. Deputado, o tempo está esgotado.

Risos do PCP.

Quanto ao jornal *O Século*, o Governo ainda não tomou nenhuma decisão quanto ao seu destino, que será tomada em função das linhas do Programa. Apenas direi que o problema do jornal *O Século*, neste momento, custa ao País qualquer coisa como 7500 contos por mês, ou seja, 105 000 contos por ano.

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Esses números sabe o Sr. Ministro muito bem ...

O Orador: — É uma situação insustentável que se continue a pagar esse custo por um jornal que não funciona e penso que os próprios trabalhadores do jornal *O Século* estão de acordo que é situação que precisa de ser alterada imediatamente.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — A solução é não funcionar, não?

O Orador: — Com certeza que o Governo vai atacar o problema e fá-lo-a nos termos que julgar mais adequados e convenientes.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Ministro, dá-me licença que o interrompa?

O Orador: — Faça favor!

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Será que o Sr. Ministro é Ministro e não sabe que está preparada pelo anterior Ministério a venda ao Dr. Furtado Coelho do património do jornal *O Século* por 230 000 contos, pagos em dez prestações, sem juros, em dez anos?

O Orador: — Eu não disse que não sabia e não tomei posição quanto a isso.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Então, e a RTI?

O Sr. Sousa Marques (PCP): — Não sabe também? Há aí tanta coisa que não sabe, Sr. Ministro ...

Risos.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — É a competência, é a competência do Governo!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. Presidente: — Para que efeito pede o Sr. Deputado a palavra?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, é para formular um protesto em nome do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Como todos tiveram oportunidade de observar, o meu Grupo Parlamentar dirigiu ao Sr. Ministro da Comunicação Social uma vintena de pedidos de esclarecimento formulados de modo enxuto, com poucos comentários, de modo objectivo e concreto. O Sr. Ministro da Comunicação Social, em vez de responder da mesma forma — como lhe compete, além do mais, pelo cargo que ocupa no Governo nomeado da República —, permitiu-se fazer a este grupo parlamentar as mais injuriosas insinuações ...

Risos do PSD e do CDS.

... relativamente às questões da Rádio Renascença e do jornal *República* ...

Risos do PSD e do CDS.

... insinuações injuriosas contra as quais protestamos com a maior energia!

Vozes do PCP: — Muito bem!

Risos do PSD e do CDS.

O Orador: — Daqui lançamos ao Sr. Ministro um desafio para um debate público connosco para demonstrar o envolvimento do meu partido nessas questões.

Aplausos do PCP.

Se tem coragem, venha para um debate público connosco sobre estas questões ...

O Sr. Jorge Leite (PCP): — Ele é que lá estava!

O Orador: — ... e veremos como fica provada a sua qualidade de caluniador do Partido Comunista Português.

Aplausos do PCP.

E cabe dizer desde já que o Sr. Ministro aqui não está no *Jornal Novo!* ...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Isto aqui é a Assembleia da República, não é a CIP!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Partido Comunista Português tem no mais alto apreço a independência da comunicação social.

Risos do PSD, do CDS e do Sr. Deputado da UDP Acácio Barreiros.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Até o Acácio se ri! ...
Risos.

O Orador: — Os senhores riem-se porque não têm ...

Aplausos do PCP.

E precisamente porque o PCP tem no maior apreço esses valores é que duvida que o Sr. Ministro tenha a mesma atitude.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E mais do que especular com *slogans* que a reacção costuma usar, é bom que tiremos lições das coisas concretas da sua intervenção aqui.

Vozes do PSD e do CDS: — Tirámos, tirámos ...

O Orador: — E, Srs. Deputados da direita, ...

Vozes do PSD: — A direita são os senhores!

O Orador: — ... pergunto se não é possível, se não está na vossa capacidade, se não está na vossa inteligência tirar lições das coisas concretas, tirar lições do que aqui se passou em concreto, compararem em concreto o estilo ou o objectivo das questões que nós colocámos com o estilo da resposta do Sr. Ministro.

Protestos do PSD e do CDS.

E é assim no concreto que se demonstra quem respeita a opinião adversa, quem é capaz de a defender com energia, com vivacidade mas sem caluniar, e quem usa esses processos Srs. Deputados, mesmo os Srs. Deputados do PPD e do CDS, se quiserem julgar em consciência, têm de nos dar razão!

Sr. Ministro, é importante dizer-se nesta hora: respeite o seu cargo, respeite a tribuna donde fala.

Aplausos do PCP.

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Benza-o Deus com a sua democracia! Mesmo os Srs. Deputados têm tratamento de igualdade! ...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Comunicação Social.

O Sr. Ministro da Comunicação Social: — Sr. Deputado Carlos Brito, quero dizer-lhe que o tom de voz

e a arrogância das suas invectivas não me intimidaram absolutamente nada.

Aplausos do PSD e do CDS.

Quanto ao repto que me lançou, apenas direi que não respondo a desafios e a repto provocatórios ...

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Ah!

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Baixou a crista logo ...

O Orador: — ..., mas, no local e momento apropriados, estarei disposto ao diálogo e à discussão com todos os partidos aqui presentes e com todas as forças que entendam querer discutir o problema da comunicação social.

Vozes do PS, PSD e CDS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Oliveira Dias.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr. Deputado Carlos Brito: Acerca das suas inflamadas palavras no sentido de qualquer Deputado desta Câmara verificar da pertinência e da autoridade moral com que o Partido Comunista intervém a este respeito, queria dizer que não precisamos de casos mais concretos do que a afirmação serena de que lhe não reconhecemos grande autoridade para se pronunciar a este respeito, quanto é certo que o partido do Sr. Deputado, na Assembleia Constituinte, votou contra os artigos 37.º, 38.º e 39.º da Constituição.

Aplausos do CDS.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — É falso!

O Orador: — É verdade, é verdade, Sr. Deputado Sr. Deputado Vital Moreira, e o Sr. Deputado sabe muito bem que o Partido Comunista Português tentou apoiar uma proposta tendente ao restabelecimento do regime de censura em Portugal na Assembleia Constituinte.

Aplausos do CDS.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — É falso!

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — É verdade, é verdade!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Pedi a palavra imediatamente a seguir ao protesto do Sr. Ministro da Comunicação Social, a que se juntou, num acto de solidariedade, o portavoz do CDS, o que prova a identificação que, desde a primeira hora, fizemos acerca deste Governo ...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não apoiado!

O Orador: — ... e me obriga, nestas circunstâncias, a dizer duas palavras, uma em relação ao protesto do Sr. Ministro da Comunicação Social ...

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Não diga mais mentiras, Sr. Deputado!

Uma voz do PCP: — Tenha cobro, Sr. Deputado, tenha cobro!

O Orador: — ... e outra em relação à intervenção solidária do porta-voz do CDS.

Quanto ao protesto do Sr. Ministro da Comunicação Social, Proença de Carvalho, espero que a Assembleia registe a recusa do desafio que lhe lancei.

Risos do PSD e do CDS.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Não recusou ...

O Orador: — E creio que, doravante, o Sr. Ministro deve retirar esta lição: não insinuar mais nada quanto ao jornal *República* e à Rádio Renascença que possa tocar, sequer ao de leve, na atitude correcta, prudente e responsável que o PCP sempre assumiu perante essas questões.

Aplausos do PCP.

Risos do PSD e do CDS.

O desafio serve para qualquer outro.

Risos do PSD e do CDS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Relativamente ao Deputado do CDS Oliveira Dias, devo dizer que a vivacidade com que se fala vem da sinceridade (*risos do PSD e do CDS*) com que se defendem as nossas razões. É isso só, Sr. Deputado, e não se trata de estar mais ou menos inflamado.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Essa é boa!

O Orador: — Trata-se da necessidade de defender com a alma ...

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Com a alma!...

Vozes do PSD: — Com a alma?

O Orador: — ... os nossos argumentos, porque defendemos uma causa justa.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Mas o Sr. Deputado tem alma?

Risos.

O Orador: — É isso que os Srs. Deputados do CDS geralmente não são capazes de fazer, a não ser que se trate do brio pessoal. Ainda há pouco tivemos a oportunidade de ver a inflamação do Sr. Deputado do CDS Oliveira Dias quando teimava, contra a evidência, que tínhamos votado contra três artigos da Constituição. E quanto a essa questão o meu camarada Vital Moreira já lhe vai responder. No entanto, queria ainda dizer que de facto votámos contra al-

guns artigos da Constituição, que não foram esses, mas os Srs. Deputados votaram contra todos, porque rejeitaram a Constituição!

Aplausos do PCP.

Protestos do CDS.

Então a que propósito vem, do vosso lado, a invocação da Constituição?

Protestos do CDS.

O Orador: — Sr. Deputados, mais prudência ...

Vozes do CDS: — O Sr. Deputado!...

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vital Moreira, creio que para um esclarecimento.

O Sr. Vital Moreira (PCP). — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não é verdade, mas falso, que o PCP tenha proposto ou apoiado qualquer proposta tendente à restauração da censura prévia à imprensa.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Censura *a posteriori*!

O Orador: — Sr. Deputado Oliveira Dias, censura *a posteriori* é, por exemplo, a condenação por crimes de liberdade de imprensa, que é aquela que existe.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Não, não é nada disso, Sr. Deputado!

O Orador: — Lamento pessoalmente que o Sr. Deputado Oliveira Dias, que habitualmente mantém uma atitude correcta, se tenha permitido, de forma tão baixa e tão mesquinha, trazer essa questão à Assembleia da forma como o fez.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Muito obrigado.

Protestos do CDS.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Sr. Presidente: peço a palavra para dar um esclarecimento à Assembleia.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Carlos Brito sustentou de forma categórica o não envolvimento do Partido Comunista Português no caso da Rádio Renascença. Eu, que fui um protagonista e uma vítima do cerco ao Patriarcado, que, como todos sabem, foi a peça fundamental do caso Renascença, sou testemunha presencial da participação nesse cerco de militantes do Partido Comunista ...

A Sr.ª Zita Seabra (PCP) — É falso!

O Orador: — ... o que, aliás, pode ser testemunhado também pelos militantes do Partido Socialista que se dirigiram ao Patriarcado para proteger as pessoas que lá se encontravam.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Que infâmia! Que baixeza!

O Sr. Cunha Simões (PCP): — Reaccionários são vocês todos!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Nuno Abecasis: O Sr. Deputado quer que eu diga que essa é uma bancada de bombistas?

O Sr. Carlos Robalo (CDS): — Sr. Presidente: Isto não pode ser aceite!

O Orador: — Sr. Deputado Carlos Robalo, tenha mais serenidade, porque vou explicar.

Protestos do CDS.

Então não é verdade que um responsável da Juventude Centrista foi comprovadamente vítima de uma bomba que ele próprio transportava?

Risos.

O Sr. Narana Coissoró (CDS): — Quem é que lha entregou?

O Orador: — Então o Sr. Deputado Nuno Abecasis torna um partido responsável pela atitude que qualquer militante desgarrado possa assumir?

Risos do CDS.

Mas, Sr. Deputado Nuno Abecasis, quanto a toda a questão da Rádio Renascença, e em especial relativamente ao cerco do Patriarcado, o Sr. Deputado encontrará na imprensa do meu partido as mais firmes condenações da loucura esquerdistas que levou a esses actos.

Vozes do CDS: — Ah!

O Orador: — E o Sr. Deputado encontrará, também, a explicação da nossa posição política: condenámos esses actos, porque eram de barbárie e de adulteração do sentimento revolucionário, porque atacaram valores que os revolucionários devem respeitar e porque os considerávamos uma provocação das forças inimigas da nossa própria revolução.

Foi esta a nossa posição. Nunca poderíamos ter estado, os comunistas, no cerco do Patriarcado.

Vozes do CDS: — Ai não?

O Sr. Martelo de Oliveira (PSD): — E no cerco da Assembleia?

O Orador: — Nunca poderíamos ter estado, os comunistas, com a destruição da Rádio Renascença e nunca poderíamos ter estado, os comunistas, com os ataques ao *República*.

Por isso, tal como fez há pouco o meu camarada Vital Moreira, também eu lamento que o Sr. Deputado

tado — que muitas vezes aqui se manifesta em posições de dignidade que respeitamos, pesem embora as diferenças de posição política e ideológica — venha também acrescentar a sua voz a esta campanha anticomunista que se está a gerar com a vinda deste Governo à Assembleia da República, não sabemos bem por quê! ...

Risos do CDS.

No entanto, lamentamos sinceramente que o Sr. Deputado tenha achado ser esta a oportunidade de vir lançar o seu testemunho solidário para a campanha anticomunista que aqui se desenvolve.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Carlos Laje (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados: Tomo a liberdade de chamar a atenção para o facto de que estamos a sair da ordem do dia, visto que os Srs. Deputados se têm deixado arrastar nesta discussão.

O Sr. Deputado Carlos Laje tem a bondade!

O Sr. Carlos Laje (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Socialista não quer formular qualquer juízo de valor sobre as posições assumidas pelas bancadas do Partido Comunista e do CDS, visto não ser essa a nossa função. No entanto, queria chamar a atenção para o facto de que o assunto da discussão está a ser completamente estranho ao debate parlamentar.

Assim, e para a dignificação desta Assembleia — que não se está a dignificar com este exercício verbal e agressivo — o Partido Socialista solicita a todos os grupos parlamentares que tomem em consideração o facto de se estarem a desviar do debate e que regressemos, humildemente, ao debate e à discussão do Programa do Governo.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Muito bem!

Aplausos do PS e do Sr. Deputado do CDS Cunha Simões.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis.

O Sr. Vital Moreira (PCP): — Lá vem o vidente!

O Sr. Nuno Abecasis (CDS): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Todos sabem nesta Assembleia que nunca tomei posições anti-ideológicas seja de quem for e todos sabem também que sempre respeitei profundamente as ideias dos outros. Agora, quando passei uma noite como a do cerco do Patriarcado; quando assisti ao que aconteceu na altura em que rompeu do lado da Calçada da Glória uma formação cerrada e compacta de militantes do Partido Comunista, dos Telefones de Lisboa; ...

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Como é que o Sr. Deputado sabia que eram militantes do PCP?

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Não diga isso, Sr. Deputado.

O Orador: — ... quando vi que nenhum meio de informação condenou o que se passou — e nenhum meio de comunicação pertencente ao Partido Comunista veiculou qualquer condenação do que se passou naquela noite — ...

Vozes do PCP: — É falso!

O Orador: — ..., penso que estou no direito de dizer o que disse. E com isto não quero envolver a posição particular de qualquer dos Deputados do Partido Comunista que se sentam nesta Assembleia, mas sim a posição colectiva então tomada e que foi aquela que testemunhei.

Vozes do CDS: — Muito bem!

Vozes do PCP: — É falso!

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós, do nosso lado, aceitamos a proposta feita pelo Partido Socialista, mas não podemos deixar de dizer que aquilo que o Sr. Deputado Nuno Abecasis diz é falso. E para ver que assim é, Sr. Deputado, leia a imprensa do Partido Comunista dessa altura.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Acácio Barreiros.

O Sr. Acácio Barreiros (UDP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Se olharmos bem de frente a composição, o Programa e, sobretudo, a natureza deste Governo, resulta claro que ele nada tem a ver com um acidente de percurso, antes representa um passo arrogante das forças mais reaccionárias contra a Constituição da República, as conquistas dos trabalhadores e contra o próprio 25 de Abril.

Nenhum democrata, nenhum homem de esquerda, nenhum partido que tenha recebido os votos dos trabalhadores o pode ignorar sob pena de trair a confiança que nele foi depositada.

Para caracterizar este governo bastaria recordar palavras de Mário Soares, Salgado Zenha e outros dirigentes do PS, quando há cinco meses definiam em termos enérgicos a ofensiva reaccionária que então se iniciou. Hoje, diante de um Governo ainda mais à direita que o anterior, será que o PS vai mudar totalmente de posição e impedir a sua rejeição? Será que as declarações antifascistas e democráticas então proferidas correspondiam a meras opiniões de circunstância e o PS vai continuar a não apoiar uma oposição efectiva de massas aos sucessivos governos presidenciais?

Na verdade, no essencial, trata-se de um Governo idêntico ao anterior. Não saiu desta Casa para ir perguntar a Belém se o Presidente da República não se opõe. Saiu de Belém para vir perguntar a esta Assembleia se ela não se opõe. Assim, em 1976 o povo votou nesta Assembleia para formar Governo. A direita reaccionária, o PPD e o CDS, perderam essas

eleições. E eis que agora o voto popular já só serve para dizer se está ou não de acordo com os governos do Presidente da República.

Além disso, é um Governo que tem apenas o apoio do PPD e do CDS. É claro que o general Ramalho Eanes pode ter as preferências políticas que bem entender. O mínimo que se poderia exigir é que as tivesse tornado claras em 1976 quando se candidatou à Presidência da República. Mas aquilo que o general Ramalho Eanes não pode fazer é interpretar os resultados eleitorais de tal forma que leve para o Governo precisamente as forças que foram derrotadas em 1976 pelo voto popular: o PPD e o CDS. E ainda por cima o faça de forma encoberta, através de supostos independentes. Porque, francamente, arranjarem um Governo que vai buscar a sua ideologia aos programas do PPD e do CDS, composto por homens recrutados na CIP e na CAP, quando não os foram mesmo buscar às prateleiras marcelistas, e depois ainda virem dizer que são independentes só por não trazerem ao peito emblemas do PPD e do CDS, o mínimo que se pode dizer é que uma tal manobra é um insulto à inteligência do povo português.

Pode ser que neste país haja pessoas suficientemente incautas para se deixarem iludir por estas manobras de ilusionismo primário. Mas o mínimo que se exige a qualquer democrata é que denuncie com vigor o atentado à Constituição e o desprezo pelo voto popular que este Governo representa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O rumo político imposto ao País pelos vencedores do 25 de Novembro foi ainda mais agravado com o Governo de Nobre da Costa.

Este último foi rejeitado nesta Assembleia, mas aplicou, apesar de tudo, medidas de fundo altamente gravosas para os trabalhadores. Iniciou nova ofensiva geral contra a Reforma Agrária. Aumentou os combustíveis, o que está a provocar aumentos generalizados nos preços. Suspendeu as verbas para a construção social, etc.

E se durante o curto tempo de vigência, e apesar de se encontrar demitido, Nobre da Costa acumulou tal soma de medidas anti-populares, dramático é pensar o que teria sido a sua actividade se tivesse obtido a aprovação desta Câmara. Ou seja, dramático é pensar o que fará o Governo de Mota Pinto, idêntico ao anterior, e em certos aspectos até pior, caso obtenha a confiança desta Assembleia.

De facto, a que se propõe o Sr. Primeiro-Ministro nomeado?

Enquadrando o seu Governo na ofensiva reaccionária prosseguida desde o 25 de Novembro, o papel que este IV Governo atribui a si próprio é o de preparar as condições governativas, políticas e económicas para se chegar a 1980 com a Constituição revista na prática e com os últimos vestígios do 25 de Abril no essencial liquidados.

O Prof. Mota Pinto, no seu discurso inicial, descreveu como pensa fazer: robustecendo as instituições e o Estado, aplicando as leis, disciplinando o trabalho, reduzindo os deficits orçamentais, melhorando as condições para o investimento privado, respondendo sem receios aos que desafiam as regras da «conduta democrática».

Robustecer as instituições e o Estado, sabemos nós o que significa na boca da direita. Não se trata de

defender a democracia; a passividade e cumplicidade com que este Governo, já em funções, encarou os distúrbios fascistas no Porto e o 1.º de Dezembro em Lisboa provam-no à evidência. Trata-se, isso sim, de fortalecer o autoritarismo, reforçar as polícias, fazer com que pela força o povo seja obrigado a acatar tudo aquilo que, não sendo a seu favor, tem a sua justificada oposição. É isso também que o Prof. Mota Pinto quer dizer quando fala em responder, sem receios, aos que desafiam as regras da conduta democrática.

Quer dizer, para poder fazer aceitar a sua política de contenção de salários, do favorecimento da iniciativa privada com vista a aumentar a taxa de lucro do capital, o IV Governo não vai hesitar, não vai ter «receios», de utilizar a força e a violência reaccionárias.

É visível também nas palavras do Sr. Primeiro-Ministro qual vai ser a sua atitude face ao capital privado. Melhorar as condições para o investimento privado e disciplinar o trabalho apenas significam contrariar fortemente as reivindicações dos trabalhadores, baixar ainda mais os salários reais e aumentar os lucros.

Já mostrámos como a produtividade tem subido e o salário real baixado. A chamada disciplina de trabalho não tem revertido a favor dos trabalhadores, pelo contrário, a um aumento de produtividade tem correspondido uma diminuição de retribuição. O único objectivo deste IV Governo é o aumento dos lucros do capital privado à custa da miséria dos que trabalham. Que é isto senão rever, na prática, a Constituição da República?

E é de perguntar, o que quer dizer o Prof. Mota Pinto com a aplicação das leis. Não estamos perante um escrupuloso Governo, cumpridor rigoroso das determinações legais. O Programa deste Governo fala de facto em cumprir as leis, mas apenas aquelas que são desfavoráveis aos trabalhadores. Quando se trata da lei das organizações fascistas, nem uma palavra. O flagelo do bombismo, do separatismo e do terrorismo fascista nem sequer são referidos pelo IV Governo.

Mas sobre todos estes pontos voltaremos a ter oportunidade de nos pronunciarmos em detalhe nas próximas intervenções. Importa apenas agora ficar claro que este Governo representa um passo em frente na ofensiva da direita e um reforço do autoritarismo reaccionário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Concluindo esta primeira intervenção no debate sobre o Programa do Governo, a UDP assinala as três razões fundamentais por que não apoia o Governo de Mota Pinto e defende a sua rejeição.

Em primeiro lugar, a UDP rejeita este Governo porque o seu Programa não altera a política reaccionária dos anteriores Governos, antes a acentua, com as inevitáveis consequências no agravamento das condições de vida do povo português e no empenhamento do País ao estrangeiro.

As posições básicas do Programa do IV Governo estão vinculadas às determinações do Fundo Monetário Internacional (FMI) para uma rápida concentração do capital nas mãos de poucos capitalistas, restaurando o poder dos monopólios. O Programa do Governo é também orientado pela preocupação do

grande capital em integrar-se na Comunidade Económica Europeia (CEE) para adquirir o seu lugar entre o capitalismo internacional. As linhas mestras do Programa do Governo obedecem ainda às exigências políticas e militares colocadas pelo imperialismo, nomeadamente pela NATO, como ficou claro na recente cimeira realizada no nosso país.

Propõe-se o IV Governo: dar alento e criar incentivos ao capital privado e asfixiar, pela concorrência, os sectores público e cooperativo, conceder maiores facilidades ao capital estrangeiro através de um código de investimentos favorável, atribuir as chamadas «indemnizações» aos grandes capitalistas expropriados, modificar a legislação do trabalho de forma a facilitar os despedimentos, anular o *contrôle* de gestão, aumentar os rendimentos do capital à custa de maior represão e policiamento no trabalho.

As medidas imediatas do Governo fazem prever ainda piores dias para os trabalhadores e para o povo português: prosseguirá, garante o Governo, a subida do custo de vida pelo menos ao ritmo actual, os preços de muitos produtos serão livres, os salários reais irão sofrendo quebra constante, a desvalorização da moeda prosseguirá, aumentará a dívida ao estrangeiro e, consequentemente, a dependência de Portugal face ao imperialismo, o crédito será rigorosamente selectivo, levando à ruína grande número de pequenas e médias empresas, as multinacionais e o capital monopolista fugido do País voltarão a implantar-se e a explorar a mão-de-obra portuguesa, comprando por baixo preço as empresas arruinadas.

Esta política do IV Governo traduzir-se-á nos ataques às nacionalizações, especialmente a banca, na tentativa de destruição da Reforma Agrária, na criação de um sistema de leis que, na prática, revoguem a Constituição e restrinjam as liberdades. Procurará fazer uso da força policial e militar para impor a «paz política e social», indispensável à recuperação capitalista.

É esta a realidade do Programa do IV Governo. As promessas feitas nos domínios da saúde, da habitação, do ensino, etc., estão em completa contradição com as exigências brutais de uma tal política.

Em segundo lugar, a UDP rejeita este Governo porque a sua composição é a mais reaccionária de todos os Governos desde o 25 de Abril. Um Governo em que são vários os casos de Ministros que tiveram posições de responsabilidade no regime fascista não dá quaisquer garantias de defender a democracia e o regime constitucional. Pelo contrário, dá-nos todas as certezas de ser um regime virado contra as conquistas de Abril. Um caso é bem significativo: Jacinto Nunes, Vice-Primeiro-Ministro, é um homem profundamente ligado às instituições bancárias desde há mais de vinte anos. Representou Portugal no Banco Mundial e no FMI. Foi Secretário de Estado do Tesouro em 1957 num governo do fascista Salazar. Enfim, é tipicamente um homem do grande capital e com posições de responsabilidade antes do 25 de Abril.

Em terceiro lugar, a UDP rejeita este Governo porque, no seu processo de formação, privilegiou-se a vontade e a opinião do general Eanes e dos partidos reaccionários e não a do povo português. O Presidente da República insiste em fórmulas governa-

mentais que correspondem à subalternização da Assembleia e que contrariam frontalmente os resultados eleitorais e a vontade do povo português. Este Governo, aplaudido pelo PPD e pelo CDS, vai permitir-lhes governar e aplicar a sua política por interpostas pessoas, isto é, colhem os frutos de ser governo sem correr os riscos correspondentes.

Por tudo isto a UDP não aceita este Governo e defende a sua rejeição, na certeza de que assim corresponde ao sentir do povo português, que não pode confiar nestes homens para seus governantes nem nesta política para resolver os problemas nacionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: São justas as preocupações dos trabalhadores. É grave a situação do País e são graves as condições de vida do povo. Portugal precisa urgentemente de uma solução para os graves problemas nacionais.

Simplesmente, essa solução tem de significar uma alteração no rumo político do País e não o prosseguimento da desastrosa política reaccionária dos vencedores do 25 de Novembro. Este Governo tem de ser derrubado e têm de se criar condições para uma alteração política profunda que ponha à frente dos destinos do País um Governo que defenda os trabalhadores, e não o capital, que defenda a independência nacional e não se sujeite aos ditames do imperialismo, que defenda as liberdades e as conquistas de Abril.

A UDP apela à unidade das forças de esquerda para fazer face aos projectos autoritários da direita reaccionária que põem em causa a Constituição e o 25 de Abril.

A UDP apela à unidade dos trabalhadores, na base e na acção, para resistir à ofensiva do patronato e do Governo. A UDP apela à unificação das lutas dos trabalhadores numa jornada de luta nacional que mostre na rua a força imensa do povo e desarticule a ofensiva reaccionária.

Preparamos as condições para a antecipação das eleições gerais para reafirmar a oposição popular aos objectivos da direita e criar condições para a concretização de uma alternativa antifascista e patriótica que inicie a resolução dos problemas nacionais defendendo os interesses dos que trabalham.

Para terminar, gostaria de dizer que se alguém me pedisse para resumir em poucas palavras a causa de termos chegado a esta situação, de termos chegado a um Governo como este, eu diria:

Há dois anos o Dr. Mário Soares fartou-se de gritar contra o perigo de um socialismo de miséria. Em nome desse perigo foi governando cada vez mais à direita e acabou por pôr o próprio CDS no Governo. Ou seja, a direcção do PS foi praticando uma miséria de um socialismo tal, que hoje os Governos já nem falam de socialismo e só vai ficando a miséria.

Mas esta história, como qualquer outra, tem a sua moral. É que se hoje há miséria é porque não há socialismo. E nós queremos precisamente o socialismo para acabar com a miséria.

Por isso rejeitaremos este Governo.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Educação e Investigação Científica, Valente de Oliveira.

O Sr. Ministro da Educação e Investigação Científica (Valente de Oliveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As linhas programáticas do Governo no que respeita ao sector da Educação e Investigação Científica contemplam medidas e acções de carácter estratégico e de índole táctica. Dentro das últimas dá-se especial atenção às que possam contribuir para uma melhoria da eficiência dos serviços do respectivo Ministério.

Considerando-se que a actuação do Governo deve ser encarada como um todo, perseguindo-se, nos diversos sectores, os objectivos correspondentes às linhas de força já apontadas pelo Sr. Primeiro-Ministro, limitar-me-ei agora a interpretá-las e a sublinhar as suas principais implicações no campo por que sou responsável directo.

Urge dispor-se de uma lei de bases do sistema educativo. Para a elaboração da respectiva proposta de lei já foi desenvolvido bastante trabalho, que será, naturalmente, aproveitado tendo em vista a apresentação de um documento que se pretende ver generalizadamente analisado e criticado, antes de ser submetido à consideração da Assembleia da República.

Tal proposta de lei deverá apresentar o enquadramento das medidas e acções de carácter operacional, que a curto e a médio prazos permitirão ir adaptando o sistema educativo aos objectivos de desenvolvimento sócio-económico-cultural da sociedade portuguesa, no entendimento de que ela estará em permanente mutação e de que o sistema educativo deve preparar os cidadãos para, numa óptica de sujeitos de um «sistema que aprende», se irem afeiçoando às novas condições. Isto determina o carácter activo permanente do sistema educativo e a obrigação de o não limitar a ser mero veículo transmissor de conhecimentos — muitas vezes tornados obsoletos pelo progresso que se verifica a cadência rápida —, mas de através dele se estimularem as atitudes e se criarem os hábitos de trabalho que as condições de evolução da sociedade requerem por parte de todos.

Há, assim, que preparar cidadãos integros, intelectualmente independentes, bem encaixados na sua época, capazes de contribuir para o progresso da sociedade e, ambição legítima, usufruindo de uma vida com qualidade.

Os instrumentos para a concretização de um tal projecto são múltiplos e de articulação complexa. Tem de conciliar-se uma formação geral sólida, potencialmente adaptativa, com um complemento vocacional eficaz, com a prática do desporto e com a educação artística. Todas estas componentes são importantes e de efeitos que se deve procurar sejam cumulativos e integrados. Preocupam-nos, especialmente, as questões relacionadas com a preparação para a vida dos jovens que abandonam o sistema educativo nos diferentes níveis em que o podem fazer. Por isso, referi a importância da preparação pré-vocacional ou vocacional, consoante aquele nível de saída.

Mas, traduzindo as linhas programáticas uma certa ideia da forma de organização da sociedade, o modo

como o sistema educativo há-de operar não é indiferente. Para não serem vãos os propósitos de reforço do poder local há que aproveitar todos os ensejos para estimular a sua importância. Por isso se julga de fomentar uma responsabilização progressivamente crescente das autarquias locais neste sector. E, com objectivos semelhantes, embora com a segurança de que serão respeitadas as exigências mínimas gerais que o Estado entender dever impor, julga-se dever ir conferindo maior autonomia às Universidades e às escolas de ensino superior.

Numa fase da evolução da civilização em que as facilidades de comunicação e de influência podem fazer correr o risco de uma «massificação» cultural, a afirmação dos valores próprios da cultura portuguesa torna-se importante, a muitos títulos. E a língua portuguesa, como instrumento de comunicação e como veículo das culturas dos países em que é falada, deve merecer, naturalmente, uma atenção especial. Por isso, sublinhámos as suas múltiplas valências, nelas incluindo a ligação às comunidades portuguesas no estrangeiro e aos países de expressão portuguesa. No mesmo sentido se defende o reforço nos currículos escolares de temas de cultura portuguesa que, nomeadamente, contemplem as contribuições da nossa gente para o avanço do processo de civilização e, particularmente, abordem o nosso papel na construção e difusão da civilização europeia.

O prosseguimento desse contributo pressupõe ausência de colonização intelectual, o que determina a obrigação de fazer avançar — por nossa conta e risco e nos domínios que mais nos convier — as fronteiras do conhecimento. Isso consegue-se através da investigação científica levada a cabo nas nossas Universidades, centros de pesquisa, sociedades científicas, laboratórios, empresas, etc., e conferindo aos nossos profissionais a inquietação intelectual que os leve a não se acomodarem com os sucessos já alcançados. Por isso, demos ênfase ao papel da investigação nas linhas programáticas apresentadas. E, para tal, defendemos o estímulo das relações internacionais, fertilizadoras da criatividade e catalisadoras do progresso.

Aliás, não é só no domínio da investigação científica que elas serão benéficas. Muito proveito se tirará do confronto e da cooperação com outros países ou com organizações internacionais, em todos os sectores. Referi-me à investigação, mas acrescento-lhe o desporto, as experiências pedagógicas, a organização do sistema educativo, a sua articulação com outros sectores, etc.

Importante, ainda no domínio das relações internacionais, nos parece ser o alargamento do apoio ao ensino de português no estrangeiro, aos níveis básico e secundário, especialmente nos países de grande imigração portuguesa.

Uma sociedade, para ser justa, tem de procurar que sejam dadas a todos os cidadãos iguais oportunidades de acesso aos benefícios da educação e da cultura. Uma tal generalização de condições só se atinge pela actuação concertada de vários instrumentos que vão desde a existência física de escolas e a disponibilidade de agentes de ensino devidamente preparados, nos locais onde estão fixadas as populações, até à minimização dos entraves de carácter social ou económico que determinam desigualdades de capacidade ou de disponibilidade para deles vir a usufruir.

Há, além disso, alguns elementos que, por razões várias, exigem de todos nós uma atenção mais devotada. Refiro-me aos deficientes e inadaptados, que reclamam um ensino especial, aos analfabetos em relação aos quais temos de actuar de modo rápido e eficaz, no quadro do Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base dos Adultos, ao ensino de trabalhadores-estudantes e ao ensino nocturno.

Como se comprehende, a concretização de tais progressos exige meios para construir equipamentos e para formar os indispensáveis agentes. Os primeiros têm de ser implantados nos locais correctos em consonância com o que no domínio do ordenamento do território se vier a fazer e na dupla perspectiva de maximização dos níveis de satisfação e de minimização dos custos de investimento e de operação. Quanto aos recursos humanos, agentes fundamentais e indispensáveis de qualquer programa, torna-se imperioso formá-los a todos os níveis e garantir-lhes condições dignas, estáveis e compensadoras do exercício da sua missão. Não digo «profissão» intencionalmente, porque de mais ampla e exigente coisa se trata — é a formação das gerações vindouras que está em jogo e, por isso, há que tomar a acção dos professores não como mera tarefa de transmissão de conhecimentos mas como cuidadosa preparação dos cidadãos de amanhã.

Daí que a «formação dos formadores», o seu estatuto e a obtenção de condições de trabalho adequadas nos mereçam a maior das atenções.

No que respeita aos ensinos particular e cooperativo o Governo apoiá-los-á, tendo oportunamente em consideração as directrizes que vierem a ser fixadas pela Assembleia da República. Por outro lado, procurar-se-á garantir a isenção e a qualidade do ensino, tanto nos estabelecimentos oficiais como nos particulares.

Entendemos que não deve haver concorrência entre os vários tipos de ensino, por razões de economia de meios, pensando-se que todos se terão de inserir numa política global de educação.

Como elemento importante da qualidade de vida e objectivo a atingir, consideramos a prática desportiva da população que reclama uma actuação conjunta de vários sectores. No domínio desportivo e cultural, merecer-nos-á particular atenção o sector da juventude.

Os recursos financeiros atribuídos ao sector são vultosos. Em qualquer época se exigiria que fossem bem gastos. Mas, em maré de austeridade, não se estranhará que se tenha tomado a racionalização da sua gestão como uma das áreas de cuidado do Governo e que, para tal, se venham a estabelecer critérios rigorosos e a instituir mecanismos de fiscalização de despesas.

Considera o Governo que esses e outros aspectos ligados ao sector da educação são de importância tão candente para o País, afectam tão grande número de cidadãos e envolvem tantos intervenientes que não se deixará de dar contas, frequentemente, dos problemas que neste domínio se nos põem e se virão a pôr e do modo como entendemos dever resolvê-los. Mostrar-se-á, assim, a todos as nossas dificuldades e os nossos propósitos e recolher-se-á o benefício da crítica que nos quiserem fazer chegar. Particularmente importante julgamos ser, a este respeito, a informação acerca da eficácia do sistema

educativo. O País será informado daquilo que se conseguir fazer, quantificando-se o mais objectivamente possível a situação a que chegarmos.

Particularmente importante parece-nos ser o acréscimo de eficiência dos serviços do Ministério. O nível de solicitações que lhes é feito aumentou de tal modo que, apesar do reforço dos meios que lhes foram afectos, não se conseguiu ainda atingir um grau generalizado de satisfação adequada dos mesmos. Envidar-se-ão, por isso, esforços no sentido de racionalizar os serviços e de lhes assegurar melhores condições, constituindo a sua desconcentração e a descentralização de funções vias promissoras que conciliam outras vantagens relativamente a domínios cuja forma de abordagem a Constituição estabelece.

Nós queremos um país aberto, voltado para o mundo e, em especial, para a Europa. Há que preparamo-nos para dar corpo a essa opção, em todos os sectores, nomeadamente no da educação, no duplo fio de formar os indispensáveis recursos humanos e de facultar a todos os cidadãos a fruição das diversas componentes de uma forma elevada de civilização em que a qualidade de vida deverá assumir papel nuclear.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Suponho ter sintetizado os principais pontos que as linhas programáticas do Governo referem neste domínio e foi minha preocupação, ao elaborar sobre elas, tentar esclarecê-las.

Os Srs. Deputados julgarão se fui bem sucedido ou não.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Zita Seabra.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Sr. Ministro: O Programa do Governo em matéria de educação reduz-se a quatro páginas, num enunciado vago de medidas pouco concretas, sem prazos, sem datas, sem metas, sem objectivos.

A intervenção que o Sr. Ministro acaba de fazer pareceu-me, no essencial, uma reprodução do que se diz no Programa do Governo e, assim, esclareceu pouco algumas das questões que nos parecia serem de esclarecer. Esclareceu uma apenas, em que foi um pouco mais longe do que o Programa do Governo. Trata-se da questão do ensino particular, em que o Sr. Ministro, numa linguagem semelhante à de um Sr. Deputado do CDS que há pouco usou da palavra, esclareceu um pouco mais a orientação que o Programa do Governo dedica a esse problema.

Dentro destas considerações genéricas, sem metas e onde abundam expressões como «iremos considerar», «estarão em estudo», «iremos averiguar», «iremos considerar dentro da medida do possível», etc., quase tenho vontade de perguntar ao Sr. Ministro se considera que isto é um programa de educação para o nosso país.

E vou fazer-lhe algumas perguntas concretas a fim de podermos interpretar algumas dessas linhas genéricas que abundam no seu programa.

Refere o Sr. Ministro que irá trabalhar no sentido de abolir o Ano Propedéutico e substituí-lo pelo 12.º ano de escolaridade. Pergunho: quando? Daqui a um, dois, três, dez anos?

Referiu-se também à continuação do lançamento da rede oficial de jardins-de-infância, e até não se utiliza esta expressão, que é a expressão constitucional e também de uma lei que foi aprovada pela Assembleia da República. Sabendo nós que o que neste campo existe é o Ano Preliminar, que abrange um número reduzidíssimo de crianças — cerca de mil em todo o País —, pergunto: é esta uma prioridade do Governo? Em que termos, com que meios e que quantitativos é que se irão investir neste campo?

Verificámos também no Programa do Governo e na sua intervenção, que ouvimos atentamente, que não há nenhuma referência aos trabalhadores-estudantes. Trata-se de uma lacuna do Programa do Governo ou apenas de um lapso? Certamente que o Sr. Ministro nos explicará. No entanto, trata-se de um sector altamente prejudicado pelas condições em que se trabalha e escola e que deveria, em nosso entender, merecer uma menção muito especial por parte de um qualquer Governo democrático.

Quanto ao analfabetismo, o Sr. Ministro dedica-lhe apenas uma linha, o que nem acontece com a educação permanente. Mas da referência ao analfabetismo podia constar — talvez assim se dissesse mais do que lá se diz — o cumprimento da lei que a Assembleia da República aprovou há algum tempo. Pergunto mesmo se o Governo pensa cumprir rigorosamente essa lei.

Fala-se ainda no programa em escolas do magistério primário. Há uma lei desta Assembleia, que introduz alterações a um decreto-lei, em que essa expressão foi abolida, tendo sido substituída por escolas superiores de educação. Essa lei não está a ser cumprida. Pergunto: pensa o Governo cumprir-la? E o facto de aqui se falar em escolas do magistério primário significa que se vai manter o não cumprimento dessa lei?

Ainda uma outra questão, Sr. Ministro. Seria natural que esperássemos, uma vez que a ONU declarou o ano de 1979 como o Ano Internacional da Criança, que no capítulo do Programa do Governo referente à educação se fizesse uma referência a esse facto e se anunciasse uma qualquer intenção especial para com a criança. O Programa dedica-lhe também uma ou duas linhas muito genéricas, apenas dizendo que o Governo apoiará as iniciativas que neste campo forem tomadas. Pergunto: o Ministério de que V. Ex.ª é titular não prevê nenhuma iniciativa no âmbito das celebrações do Ano Internacional da Criança?

Diz-se no Programa do Governo e na sua intervenção que se apresentarão as bases gerais do sistema educativo. Aliás, V. Ex.ª foi um pouco mais longe, referindo que iria colher opiniões. Pergunto: pensa V. Ex.ª submeter a proposta de lei sobre as bases gerais do sistema educativo a um debate público? Em que moldes, em que termos e quando?

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, há mais oradores inscritos para pedirem esclarecimentos. Deseja responder já ou responde a todos em conjunto no final?

O Sr. Ministro da Educação e Investigação Científica: — No fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Nesse caso, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lemos.

O Sr. Jorge Lemos (PCP): — Sr. Ministro, desejava fazer apenas uma rápida pergunta.

Tendo esta Assembleia, reafirmando a Constituição, promovido o diálogo entre o Governo e as pessoas directamente interessadas nas medidas que este adoptar e dado que o Programa do Governo não se refere a qualquer questão relacionada com esta matéria, pergunto: é intenção do Governo ouvir, em matérias tão delicadas como a educação, os sindicatos dos professores e as associações dos estudantes?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carvalho Cardoso.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Sr. Ministro, as perguntas que vou fazer a V. Ex.^a dizem respeito ao seu Ministério, mas deveriam, julgo eu, ser mais directamente feitas ao Sr. Primeiro-Ministro.

Voltou o seu Ministério a denominar-se Ministério da Educação e da Investigação Científica, caindo-se num erro que parecia já ter sido corrigido. Com efeito, porquê a designação de Ministério da Educação e da Investigação Científica? Será que toda a investigação científica está no Ministério da Educação? Não acontece assim. Apenas 24,9 % do esforço do Estado nesse domínio se concentra no seu Ministério, pelo que ficam fora da sua coordenação, porventura desejada mas necessária, mais de três quartos da investigação científica nacional.

Nós entendemos que a denominação «Investigação Científica» não deveria incluir-se em nenhum Ministério, porque então teríamos: Ministério da Agricultura e Pescas e da Investigação Científica, Ministério da Indústria e Tecnologia e da Investigação Científica, Ministério dos Transportes e Comunicações e da Investigação Científica, Ministério da Habitação e Obras Públicas e da Investigação Científica, etc. A investigação científica e tecnológica terá de ser uma actividade global, que deve ser tornada um instrumento do desenvolvimento económico, social e cultural do País e enquadrada em política adequada que tenha como preocupação directa orientar, coordenar e promover a produção, difusão, transferência e utilização dos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Ora, isto não pode ser tutelado pelo Ministério da Educação nem por qualquer outro Ministério. Na verdade, o programa do seu Ministério só se refere às actividades do Instituto Nacional da Investigação Científica e da Junta de Investigação Científica do Ultramar. E as outras?

Somos de opinião de que enquanto não se justificar a criação de um Ministério da Ciência — até porque neste momento apenas se está a investir em investigação-desenvolvimento 0,27 % do PNB, quando a ONU recomenda o mínimo de 0,6 % para os países em vias de desenvolvimento —, deveria instalar-se imediatamente, na dependência do Primeiro-Ministro, a Secretaria de Estado da Investigação Científica e Tecnológica, à qual competiria planear, coordenar e fomentar por todos os meios ao seu alcance a investigação científica e tecnológica no território nacional.

Sr. Ministro, as minhas perguntas são estas: concorda ou não V. Ex.^a que a designação do Ministério da Educação e Investigação Científica é inadequada e mesmo incorrecta?

Se concorda, patrocinará ou não V. Ex.^a a criação da Secretaria de Estado da Investigação Científica e Tecnológica junto do Primeiro-Ministro, com as funções que referi?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Teresa Ambrósio.

A Sr.^a Teresa Ambrósio (PS): — Sr. Ministro, sem prejuízo de outras perguntas que tenciono fazer-lhe em próxima intervenção, gostaria de lhe fazer agora apenas duas, que se relacionam em parte com a relação entre a política do seu Ministério e outros Ministérios.

Uma das perguntas diz respeito precisamente ao assunto que acaba de ser exposto e que é o da relação entre a política da investigação científica do seu Ministério e a política de investigação nacional que tem de ser definida para o País. Nesse sentido, gostaria de lhe colocar duas perguntas: em que sentido pensa reestruturar os centros de investigação dentro das Universidades e em que sentido pensa coordenar a política de investigação científica do Ministério da Educação e Investigação Científica com a investigação científica e tecnológica de outros organismos? Que papel pensa que se deva reservar à Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, que tem desempenhado um esforço louvável na coordenação dos organismos de investigação e que poderá ser uma peça potencial para a definição da política de investigação nacional?

A outra questão relaciona-se com a coordenação entre o Ministério da Educação e Investigação Científica e o Ministério dos Assuntos Sociais, nomeadamente na parte da saúde. Concretamente, pergunto o que pensa o Ministério da Educação e Investigação Científica fazer a respeito do ensino superior curto de enfermagem, tendo em vista a necessidade da formação de técnicos competentes para o desenvolvimento de uma política de saúde e que urge, suponho, criar urgentemente, a respeito do que nada vejo no Programa do Governo?

O Sr. Presidente: — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Filipe Madeira.

O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro: Fiz há pouco uma pergunta a um outro Sr. Ministro que não me respondeu, pelo que posso presumir que alguns dos Srs. Ministros não falam na qualidade de porta-vozes do Governo. Espero que V. Ex.^a o faça.

As perguntas que lhe queria fazer são as seguintes: sendo do conhecimento da Assembleia da República, concretamente dos Deputados ligados a assuntos da educação, que estava em estado adiantado no Ministério da Educação e Cultura o processo de instalação do ensino superior curto, pensa V. Ex.^a congelá-lo — palavra que está agora em moda — ou pensa simplesmente retroceder? Pergunto isto porque, concretamente em relação ao distrito por que sou Deputado, havia uma promessa firme da parte do Ministério da Educação e Cultura do II Governo Constitucional no sentido de instalar rapidamente no Algarve o ensino superior curto. Inclusivamente,

a Câmara Municipal de Faro prontificou-se a adquirir terrenos e a oferecê-los ao Ministério para a implantação dos respectivos edifícios. Isto tem interesse, até porque, também V. Ex.^a sabe — quanto mais não seja pela leitura dos jornais — que na Comissão de Educação, Ciência e Cultura já foi votada por unanimidade a criação da Universidade do Algarve.

Por outro lado, estão a fluir a esta Assembleia em ritmo bem marcado projectos de lei para a criação de novas Universidades. Porque esses projectos estão em análise na respectiva Comissão e porque têm importância, nomeadamente para se saber até que ponto o partido proponente — neste caso o PSD — está ligado à política do IV Governo ou não, gostaria de saber qual a receptividade do Ministério a que V. Ex.^a preside em relação a esta matéria. Naturalmente que V. Ex.^a não pode evitar que esta Assembleia vote ou não vote esses projectos de lei, mas gostaria também de saber se o seu Ministério encara como desejável ou como indesejável a criação de novas Universidades.

O Sr. Ministro da Educação e Investigação Científica: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: As perguntas que me fizeram são variadas e vou responder por ordem cronológica, referindo algumas dúvidas que foram levantadas na intervenção do Sr. Deputado Nuno Abecasis a respeito da dotação de meios oficiais nas nossas escolas e da recuperação do material existente nas antigas escolas técnicas. Efectivamente, trata-se de um problema de gestão do património e considero que é uma actividade que está contemplada no Programa do Governo quando este se refere à racionalização dos recursos existentes no Ministério da Educação e Investigação Científica, sendo evidente que está na nossa ideia mobilizar e aproveitar esses meios.

Uma pergunta feita pelo Sr. Deputado Nuno Abecasis dizia respeito à regulamentação da lei das associações de pais. Quanto a isso é óbvio que tencionamos ir para a frente e muito rapidamente.

No que respeita à equiparação dos nossos cursos com os cursos estrangeiros, aproveito a circunstância de responder ao Sr. Deputado Nuno Abecasis para referir um aspecto e responder também ao Sr. Deputado Luís Filipe Madeira. Não vejo que haja possibilidade, contemplando a situação no seu conjunto, de começarmos a fazer proliferar Universidades quando as actuais não são ainda de muita qualidade.

Vozes: — Muito bem!

O Orador: — O desafio é muito grande, e grande a muitos títulos. Por exemplo, é grande porque vamos sofrer um impacte de técnicos europeus e vamos com certeza ter de celebrar convénios e garantir condições de equivalência de graus, e não vejo que seja do interesse nacional estarmos, por uma razão ou por outra, a contribuir para o abaixamento de nível dos nossos licenciados e dos nossos técnicos em geral. Suponho que, isso sim, é de toda a conveniência preparamos quadros de alto nível científico e teremos com certeza — e com isto creio que respondo já a algumas dúvidas postas pela Sr.^a Deputada Teresa Ambrósio — de ir buscar também quadros médios com formação sólida, com profundos conhecimentos e prática adequada.

É evidente que isto levanta um mundo de problemas que tenho pouco tempo para abordar, mas vão desde a forma de resolução do prosseguimento da carreira de quem revelou aptidão para níveis mais elevados do exercício da profissão, recorrendo ao sistema de bolsas de estudo, e até é da vontade do Governo que o acesso às formas adequadas de educação seja estimulado o mais possível. Enquadrando isto na política de sábia administração dos recursos, que são muitos, afectos ao Ministério da Educação e Investigação Científica, suponho que o Sr. Deputado poderá ter a resposta que o pretexto da primeira me permite desde já formular. De qualquer das formas, porque temos uma carência enorme nesse campo, serão estimulados os cursos do ensino superior curto, que tanta falta nos fazem, porque, como sabem, entre nós a pílula está posta ao contrário e neste momento o que precisamos mesmo, em termos de desenvolvimento económico, é de encontrar quadros médios adequados.

No que respeita à política educacional — e peço desculpa por responder muito rapidamente — a Sr.^a Deputada Zita Seabra queixa-se de que o Programa do Governo é um programa sem datas, sem objectivos, mas a verdade é que estamos perante um Programa de Governo, e não um programa elaborado na sequência de um plano. Ninguém podia admitir que, passados oito ou dez dias de estarmos no Ministério, pudéssemos fazer um programa no sentido que a Sr.^a Deputada está a dar à palavra. Com certeza que se fará um programa nos termos que a Sr. Deputada pretende, mas só depois de ter sido elaborado um plano devidamente articulado com todos os outros sectores. Este é um Programa de Governo que, quando muito, possui linhas programáticas da intenção geral do próprio Governo.

Muito rapidamente dir-lhe-ei ainda que quanto ao ensino particular se cumprirá o que diz a Constituição e quanto à abolição do Ano Propedéutico a integração far-se-á o mais rapidamente possível — admite-se inclusivamente, por tudo quanto me foi dado ver até agora, que ela se possa verificar dentro de três anos.

Quanto à concretização dos programas dos jardins-de-infância, está bem referida no Programa, mas dependerá muito dos meios financeiros que nos forem afectos.

Relativamente aos trabalhadores-estudantes, creio que a Sr.^a Deputada devia estar distraída quando há pouco referiu o assunto, porque de facto referi-o especificamente, bem como a questão do analfabetismo.

Relativamente ao Ano Internacional da Criança, o Ministério já está a lançar acções para a sua celebração. Aliás, o próprio Programa o refere no sector apropriado que não este, porque não é só no sector da educação que vai haver comemorações relativas a essa iniciativa.

Quanto à discussão pública da lei de bases do sistema educativo, assim acontecerá, isto é, a lei será muito debatida, haverá grande participação antes de vir à apreciação da Assembleia. E já agora aproveito para dizer ao Sr. Deputado Jorge Lemos que a audição de todos os intervenientes é um ponto que está bem expresso no Programa do Governo.

Suponho que a observação do Sr. Deputado Carvalho Cardoso acerca da justeza da presente designação do Ministério a meu cargo nos reteria aqui bastante

tempo. Há efectivamente uma importante parcela da investigação científica, nomeadamente a universitária, que pretendemos estimular, e aproveito para responder também à Sr.^a Deputada Teresa Ambrósio sobre qual a ideia do Ministério a propósito dos centros de investigação universitária. A nossa ideia, Sr.^a Deputada, é conjugá-los com um reforço da autonomia das Universidades e inseri-los aí, mas coordená-los exactamente dentro da preocupação de aproveitamento dos recursos financeiros e tendo em vista a articulação com todas as entidades que fazem investigação no nosso país.

Com o facto de somente no Ministério da Educação se sublinhar a investigação científica e de o mesmo título aparecer numa das suas Secretaria de Estado — a do Ensino Superior e Investigação Científica — pretende-se reforçar a ideia de que realmente não há ensino superior sem investigação científica. São duas componentes altamente entrosadas, muito identificadas, e aí fica toda uma intenção e esclarecimento acerca da fórmula como entendemos a actividade universitária.

Para finalizar, e suponho até que já ultrapassei o meu tempo, só queria referir um último ponto a respeito do problema da coordenação entre todos os Ministérios, apresentado pela Sr.^a Deputada Teresa Ambrósio. De facto, esse problema foi aflorado e é evidente que a coordenação entre todos os Ministérios, particularmente neste caso entre o MEIC e o Ministério dos Assuntos Sociais, está dentro das nossas preocupações.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção tem a palavra a Sr.^a Deputada Carmelinda Pereira.

A Sr.^a Carmelinda Pereira (Indep.): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O momento que se vive na Assembleia da República, a decisão que está para ser tomada nesta Câmara, ficará na história do povo português e desde já lhes quero dizer que declaro a minha confiança absoluta na Revolução Portuguesa, nos milhares e milhares de trabalhadores que lutaram e lutam para a defender, para defender o 25 de Abril.

Penso que os Srs. Deputados não têm ilusões sobre aquilo que lá fora a esmagadora maioria do povo português pensa sobre o Governo que quer um passaporte desta Assembleia, de uma Assembleia onde o PS e o PCP estão em maioria, onde o PS e o PCP se encontram à custa da luta e do voto do povo trabalhador.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Todo o povo trabalhador sabe o que é este Governo e o que ele se propõe fazer. Sabem-no os trabalhadores das fábricas, sabem-no os camponeses, sabem-no os jovens, sabem-no as donas de casa.

O Governo que se propõe passar nesta Assembleia, onde os Deputados do PS e do PCP se encontram em maioria, não é o Governo mais conservador depois do 25 de Abril, é o Governo da contra-revolução.

Os Srs. Ministros que estão neste Governo estão em comissão de guerra do ultramar, como o confessou Álvaro Monjardino. E ele sabe bem o que é isso, tem a experiência disso: foi Deputado pelas listas da ANP no tempo do fascismo. Álvaro Monjardino sabe do que fala, tal como sabe o Sr. Mota Pinto, que esteve na Assembleia Constituinte eleito pelo PPD,

tal como o sabe Jacinto Nunes, Secretário de Estado de Salazar. Eles conhecem todos muito bem aquilo de que falam!

O Sr. Cunha Simões (CDS): — A Sr.^a Deputada é que não sabe.

A Oradora: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Para o povo trabalhador deste país está claro que este Governo é o Governo da contra-revolução salazarista contra o 25 de Abril. Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, este Governo só poderá passar se os Deputados do PS e do PCP deixarem.

O general Ramalho Eanes expulsou os Ministros socialistas do Governo, exonerou Mário Soares e constituiu um Governo dito de independentes chefiado por Nobre da Costa. Nessa altura os dirigentes do Partido Socialista explicaram, e muito correctamente, que os actos do Sr. General Ramalho Eanes eram golpes antidemocráticos, que o Governo de Nobre da Costa era anticonstitucional.

Os dirigentes do PCP afirmaram então o contrário, caracterizaram os actos do general Ramalho Eanes de constitucionais. Mas agora os dirigentes do PCP consideram o Governo de Mota Pinto anticonstitucional, declaram apresentar uma moção de rejeição e os dirigentes do PS já o consideram constitucional.

Dirigentes do PCP: se o PS não apresentar uma moção de rejeição, eu votarei a vossa porque não posso apresentar uma, mas quero dizer-vos que os senhores são altamente responsáveis pela situação criada.

Este Governo é ou não um Governo da reacção salazarista? Vocês consideram que sim, que é um Governo da reacção salazarista. Quem é que o constituiu?

Não foi o general Ramalho Eanes?

Então por que é que os senhores defendem tenazmente a estabilidade do Sr. General Ramalho Eanes?

Deputados do Partido Socialista: o povo elegeu-vos porque em todas as campanhas eleitorais vocês se comprometeram a defender as liberdades, a democracia, o 25 de Abril.

O povo não vos elegeu para deixardes passar um Governo da contra-revolução salazarista, e para impedir este Governo de passar vocês nem sequer precisam de apelar à manifestação na Fonte Luminosa. Para impedir este Governo de passar é necessário apenas que vocês coloquem na Mesa desta Assembleia uma moção de rejeição. Mas, se não o fizerem, se deixarem passar este Governo, o veredito do povo português será implacável.

Abster-se diante da passagem da contra-revolução salazarista, diante da passagem do governo das confrontações físicas, da violência contra o povo das cidades e do campo, será um acto monstruoso que o povo português julgará.

Ninguém conseguirá apagar da consciência do povo português que o maior partido desta Assembleia, o partido que assumiu perante milhões de eleitores o compromisso de defender a liberdade, a democracia e o socialismo, deixou passar o Governo que se propõe mergulhar este país no caos e na violência, vingar-se da população trabalhadora que fez o 25 de Abril.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — E de quem é a culpa?

A Oradora: — Esses milhões de homens e de mulheres que fizeram do PS o maior partido julgarão os seus Deputados. Os militantes socialistas espalhados por todas as fábricas e empresas deste país que lutaram nas cidades, nos bairros, nas escolas e nos campos para construir um partido que os ajudasse a avançar para o socialismo não aceitarão que os Deputados socialistas deixem passar este Governo.

Nesse sentido apelo ao Grupo Parlamentar do PS para que apresente uma moção de rejeição. Mas, qualquer que seja a sua actuação, eu digo: cada Deputado que se encontra nesta Assembleia tem a sua consciência e sabe aquilo que prometeu ao povo português e o voto de cada Deputado deve ser de acordo com a sua consciência.

Diz-se que é preciso respeitar a disciplina. Mas qual disciplina? A disciplina do povo que vos elegeu, a fidelidade a esse povo ou a disciplina do general Ramalho Eanes?

Cada Deputado socialista só tem o dever de respeitar uma disciplina: a disciplina do povo que o elegeu.

E o povo e a juventude não esquecerão a posição que cada um de vós assumir neste momento histórico da vida do País.

Tenho dito.

O Sr. Pedro Gonçalves (PSD): — E disse muito mal.

Risos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O sistema educativo português está quase completamente destruído. O caos a que chegou tem já implicações no dia-a-dia da maior parte das famílias portuguesas e constitui uma preocupação constante para todos, sobretudo para os jovens, que, também por causa dele, vêem à sua frente horizontes sem futuro.

Muito resumidamente lembraremos que há escolas e professores sem alunos e alunos sem escolas e sem professores; que se mantiveram ou agravaram as discriminações económicas, sociais e regionais que eliminam completamente a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino; que a educação pré-escolar, há muito criada por esta Assembleia, está por regularizar e concretizar na prática, entrando assim as crianças no ensino básico com diferenças irreversíveis ao longo de toda a vida.

O curso geral do ensino secundário é um conjunto absurdo de disciplinas sem nexo, sem estruturas e sem objectivos definidos. Do tão discutido 10.º ano nem vale a pena falar. O seu objectivo de preparar os jovens para a futura vida de trabalho não foi de modo algum atingido.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Muito bem!

O Orador: — As perdas no sistema educativo são elevadíssimas, a educação permanente com o sentido de remover os bloqueamentos culturais ao prosseguimento de estudos é inexistente.

Há ainda muitos casos de manipulação política de estudantes em aulas, embora feita de forma mais subtil que em 1975.

O Ano Propedéutico, que tanto prejuízos tem causado a toda uma geração, ainda não foi totalmente liquidado.

Não estão de modo algum asseguradas a liberdade de ensino e a igualdade de oportunidades na escolha dos diversos géneros de ensino e no acesso aos estabelecimentos respectivos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quase ninguém sabe o que é o sistema de ensino superior português, que instituições nele cabem, qual o próprio destino de determinados estabelecimentos existentes.

O Sr. Cunha Rodrigues (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O acesso ao ensino superior não está assegurado aos estudantes oriundos de vastas regiões do País, os docentes não viram ainda definida a sua carreira.

Os sucessivos Governos têm-se limitado a gerir um aparelho burocrático ultracentralizado, pesado e ineficaz, e a tapar buracos que a derrocada do sistema torna mais evidentes.

Este foi o resultado de dois anos de governação socialista, na sequência, aliás, da destruidora passagem de alguns governantes pró-comunistas pelo Ministério da Educação, e que consistiu, fundamentalmente, na tentativa de, por despacho, executar pretensas reformas educativas que nada mais acabaram por ser que sucessivos e justamente contestados remendos pontuais.

Importa, pois, saber se o Programa do Governo em apreciação oferece resposta cabal a tão grave situação, abrindo caminho para a resolução destes e outros problemas, nos quais, evidentemente, o novo Governo não tem qualquer responsabilidade.

O Sr. Cunha Rodrigues (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A verdade é que, em nossa opinião e mau grado diversos aspectos positivos que adiante parcialmente se referem, a parte respeitante à educação é uma das mais criticáveis de todo o Programa.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Se não caiu, como os anteriores, na demagógica enumeração de catálogos de medidas, umas vezes contraditórias, outras impossíveis de cumprir — das quais quase nenhuma, obviamente, foi realizada —, este Programa tem defeitos que urge apontar.

Refira-se, em primeiro lugar, um conjunto inicial de generalidades, quase todas extremamente vagas, que, por falta de concretização, quase nada adiantam. Boa parte do Programa poderia assim, sem prejuízo, ser substituída pela afirmação genérica de que «será estimulada a melhoria do sistema educativo».

Esta parte do Programa abre com a afirmação do propósito de preparar uma proposta de lei de bases do sistema educativo, a apresentar à Assembleia da República, o que é muito louvável. Poderia, no entanto, esperar-se que concretizasse algo mais, indicando uma ou outra linha de força fundamental, que entidades seriam ouvidas na elaboração de tão

importante proposta, em que prazo seria presente a esta Câmara. Mas não o faz. Felizmente, o Sr. Ministro acaba de responder em parte, no que respeita à audição prévia de diversas entidades, às nossas preocupações.

Também a gravíssima questão da descentralização das estruturas educativas e do aparelho do Ministério não é abordada de modo concreto, nem sequer adequado.

A formulação constante do Programa é muito ambígua; também pode ser interpretada como uma tentativa de alijar encargos do Estado, que porventura deixariam as autarquias locais em piores circunstâncias do que estavam anteriormente.

Passando a abordar outra matéria fundamental, consideramos extremamente positivo que o Governo julgue importante a salvaguarda e o apoio ao ensino particular e cooperativo.

O Sr. Cunha Rodrigues (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Nem podia ser outro o juízo do partido que mais tem defendido esse apoio com vista à real existência da liberdade de ensino, incluindo a liberdade de criar e manter estabelecimentos particulares paralelos aos públicos e a garantia da igualdade de oportunidades na escolha dos diversos géneros de ensino e no acesso aos diversos estabelecimentos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas não basta que o Governo, que é o Poder Executivo, emita juízos de valor. Teria sido necessário que do Programa constassem medidas de política que concretamente apontassem o modo de resolver a situação actual.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O que não podemos é admitir que se prolongue a agonia do ensino particular e cooperativo, através do apoio apenas àquele que funciona como complemento da rede oficial — até que esta venha a cobrir todo o território e aquele possa ser rapidamente dispensado.

Ainda outro exemplo de formulação vaga refere-se à cooperação a desenvolver com os diversos intervenientes no processo educativo. Nada se diz sobre os termos em que será desenvolvida nem sequer se especificam quais são esses intervenientes, sabendo-se que, além dos pais e docentes, quaisquer entidades e actividades com que a criança e o jovem têm contacto o podem ser também.

Cumpre, aliás, saber se o Ministério vai dar cumprimento ao artigo 2.º da Lei n.º 7/77, de 1 de Fevereiro, sobre as associações de pais, no que se refere aos termos em que se exercerá o seu direito de dar parecer sobre as linhas gerais da política de educação nacional e da juventude e sobre a gestão dos estabelecimentos de ensino.

Mas, para lá das ideias vagas e genéricas que podem ser capa para tapar o real desconhecimento dos problemas, importa referir que algumas medidas propostas são altamente discutíveis ou mesmo perigosas.

Tem-se hoje como adquirido que só devem ser enviados para o ensino especial os deficientes em grau tão elevado que seja totalmente impossível a sua permanência nas escolas. Ora, quando é reconhecido que, para não discriminhar a criança, esta se deve manter em companhia das restantes seguindo os mesmos trâmites educativos, sem prejuízo de uma assistência especial para superação das deficiências, o Programa, em nome da igualdade de oportunidades, quer colocar no ensino especial os simples inadaptados! Podem-se assim abrir as portas a verdadeiros crimes educacionais.

Também ao apontar para a inspecção escolar um simples papel de orientação e avaliação disciplinar dos docentes se comete um erro. Com efeito, a nosso ver, ela deve ser antes um instrumento de ajuda ao professor para o seu aperfeiçoamento e de garantia de que o ensino público não se afasta dos objectivos que lhe são traçados pela Constituição e pela lei. Não deve ser instrumento de qualquer direcção-geral, devendo os inspectores ser designados por um órgão semi-independente do Ministério, como poderia ser o Conselho Nacional de Ensino.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sabendo-se que há muitas crianças que não cumprem quatro anos de escolaridade obrigatória (12 % não passam da 3.ª para a 4.ª classe) e que mais de 25 % não transitam para o ciclo preparatório, é lamentável que o Programa pouco se preocupe com elas.

Não se refere a educação permanente, a não ser no aspecto particular da alfabetização. Ora é através dela que se elevam os níveis — e as necessidades — educacional e cultural de toda a população. Só assim se podem criar as condições culturais que levem os pais a esforçar-se para que todas as crianças cumpram efectivamente a escolaridade obrigatória.

No que se refere à acção social escolar, por que não se propõem medidas concretas, como o apetrechamento das bibliotecas dos estabelecimentos de ensino, a construção de residências que possam alojar os estudantes deslocados das localidades das suas residências em condições de higiene e conforto, a actualização do número e dos quantitativos das bolsas de estudo em todos os níveis de ensino, do primário à pós-graduação, pois é insustentável a situação dos licenciados que no estrangeiro praticamente não conseguem sobreviver com bolsas de montante constantemente desvalorizado, sem esquecer a redução do número das atribuídas em cada ano, ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... o estabelecimento de sistemas de crédito sem juros aos estudantes, a melhoria da alimentação fornecida pelas cantinas, etc.?

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Uma das áreas onde as soluções apontadas nos merecem mais severas críticas é a do ensino superior.

Uma voz do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Insiste o Programa numa diversificação reduzida do ensino superior, exclusivamente dividido entre as Universidades existentes e as escolas de ensino superior curto, sem dúvida muito necessário, a criar. Continua a querer fazer-se a regionalização do ensino superior unicamente com base nestas últimas, actualmente inexistente, o que vai acentuar a discriminação entre as regiões litorais, onde haverá os dois tipos de ensino superior, e as regiões do interior.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Já muitas vezes foi dito nesta Assembleia que tal discriminação é intolerável, pois hoje, com as condições económicas e com os custos que os pais têm de suportar nas cidades universitárias, fecha praticamente o acesso ao ensino universitário da generalidade dos estudantes oriundos de uma grande parte do País.

Aplausos do PSD e do Sr. Deputado Cunha Simões (CDS).

Este aspecto da questão não pode ser escamoteado com alusões não provadas à necessidade de restringir o número de instituições universitárias às existentes como forma de elevar o nível do seu ensino e da sua docência.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Aliás, seria caso para perguntar por que motivo ele se degradou em tantos casos, apesar de não haver concorrência, ou será que foi pela falta de concorrentes? E cumpriria perguntar como se iria criar o ensino superior curto sem docentes e generalizá-lo por todo o País se não fosse o apoio das Universidades, nomeadamente das novas Universidades.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, o Governo não pode ignorar que a Assembleia da República já aprovou a criação de uma Universidade no Algarve, com base num projecto de lei do PSD.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Quererá o Governo sobrepor à vontade dos representantes do povo a da burocracia do Ministério?

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Certamente que não e que a legislação sobre ensino universitário que vier a ser votada será integralmente cumprida.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Programa nada diz sobre outros tipos de estabelecimentos de ensino superior, como os Institutos Superiores de Engenharia e os Institutos Superiores de Contabilidade e Administração, apesar

de aqui terem sido tão falados há cerca de um ano. Ignora ainda os Institutos Universitários e os Institutos Politécnicos, o que levanta a suspeita de que se pretende prosseguir na senda de outros governos que, contra a vontade expressa desta Assembleia, aquando da ratificação com emendas do decreto-lei que criou o ensino superior de curta duração, pretendiam liquidar todos estes tipos de instituições.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Importa referir que os Institutos Universitários, que não são Universidades completas, permitem melhor adequação do ensino às realidades e necessidades regionais, propiciando a lecionação de apenas certos cursos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Programa parece, em conclusão, apontar para a cristalização das Universidades antigas e para a regressão do ensino superior em geral, talvez com base na afirmação de que há excesso de diplomados. Ora tal afirmação é falsa.

O Sr. Sérvelo Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — As estatísticas internacionais mostram que Portugal vem na cauda de todos os países europeus, com excepção da Albânia, quanto à percentagem da população que atingiu a educação pós-secundária.

É evidente e palpável que nos faltam gestores, técnicos e investigadores em inúmeros ramos do conhecimento. É notório que nem sequer há cursos de nível superior de administração pública, de ciências políticas, de jornalismo, de inovação educacional, de exploração dos recursos naturais, nomeadamente da zona marítima, etc.

O Sr. Magalhães Mota (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O que há, pois, para lá da situação económica do País é uma inegável e visível inadequação entre a procura excessiva de determinados ramos de ensino, designadamente certas especialidades clássicas, que produzem licenciados em excesso que não encontram trabalho — o que lança muitos jovens em compreensível perturbação —, e a oferta, que corresponde às novas necessidades da sociedade portuguesa, para muitas das quais nem sequer há cursos nas Universidades destinados à preparação dos que a elas se deveriam destinar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em conclusão, querer a expansão do ensino superior com base num ensino curto que não existe, que não se sabe em que condições poderá dar acesso a níveis mais elevados de ensino, que há dúvidas se será verdadeiro ensino superior, que não confere qualquer grau, por um lado, e em apenas três Universidades novas que ainda se debatem com problemas de instalações e quadros, por outro lado, é lavrar em erro de consequências imprevisíveis.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Mas resumirei ainda outras questões: o programa escamoteia a grave questão da formação profissional intermédia na fase final do ensino secundário; nada de concreto se diz sobre o 10.º ano de escolaridade que tão grande clamor público provocou; ficamos sem saber se se cumprirá o disposto nas Leis n.ºs 5/77 e 6/77, publicando-se os estatutos dos jardins-de-infância e das escolas de educadores de infância, e aqui cumpre referir que os anteriores Governos deixaram passar o prazo fixado pelas duas leis para esta regulamentação.

O Sr. António Reis (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Entre outros, cumpre destacar os seguintes aspectos positivos: a intenção de transparência na actuação do Governo e de comunicação constante com os interessados e com a opinião pública; a criação proposta de serviços de orientação vocacional e profissional, bem como do Conselho Nacional de Ensino Superior. Só estranhamos a falta de estrutura análoga para os restantes graus de ensino ...

Também são muito positivas as preocupações de publicar os estatutos das carreiras docentes, de rentabilizar os recursos financeiros atribuídos ao Ministério e de racionalizar a sua gestão, coisas que até agora ninguém ousou fazer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O capítulo referente aos desportos e associativismo juvenil não é inovador, pois se baseia nos Programas do II e III Governos. Não aponta medidas concretas para se avançar definitivamente para a prática efectiva extensiva à generalidade da população portuguesa.

Os princípios gerais orientadores do desporto que decorrem da centralizadora Lei Orgânica da Direcção-Geral dos Desportos, que aqui tanto criticámos, não se compadecem com grande participação das autarquias locais no campo desportivo. A não ser que se pretenda realizar um aproveitamento das finanças locais ...

Importa ainda saber que apoio o Governo se propõe dar aos pequenos clubes desportivos, quais as medidas e critérios prioritários na distribuição das novas construções gimnodesportivas, qual o apoio para preparação do desporto de alta competição, nomeadamente com vista aos Jogos Olímpicos de 1980. Parece também continuar o abandono do desporto universitário.

Finalmente, uma breve nota sobre o programa cultural, que consideramos positivo e que apresenta sensíveis melhorias em relação aos anteriores.

Destaque-se desde logo o mérito de dar especificidade à cultura, como o PSD sempre defendeu, destrinçando-a de intenções ou conotações didácticas, que no campo da cultura quase sempre abrem a porta ao dirigismo.

Uma ou outra afirmação do Programa tem ressaibos algo demagógicos, como aquela em que se pretende anular, em vez de contribuir para extinguir, os abismos existentes entre as chamadas «cultura de escola», «cultura popular» e «cultura de massas». Devem, aliás, ser ressalvadas as diversificações que estimulam a criação cultural, preservando-se a pureza, por exemplo, da poesia e das artes plásticas de espontânea criação popular.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Esperemos finalmente que o Governo dê execução às importantes medidas programadas em todos os domínios, nomeadamente na salvaguarda do património cultural, a cuja delapidação e ruína temos assistido impotentes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Se formos capazes de projectar no futuro esse património, se conseguirmos elevar, no pluralismo e na liberdade, o nível educacional e cultural dos Portugueses, através da educação permanente, pedra angular da cidade educativa, se propriarmos às novas gerações o instrumental educativo, científico e cultural necessário a novas descobertas, então, mas só então, a independência nacional, o bem-estar e a liberdade, de que a educação, a ciência e a cultura são factores essenciais, estarão definitivamente assegurados.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Teresa Ambrósio.

A Sr.ª Teresa Ambrósio (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Em nome do meu Grupo Parlamentar cabe-me, em muito breves palavras, apreciar o Programa de Governo nos sectores da educação e investigação científica.

Para tal, tenho apenas como recurso o que no texto do Programa se inclui nas doze páginas que àqueles sectores são consagradas, a constatação da sua coerência ou não com a orientação geral de política governamental e das restantes políticas sectoriais e ainda o discurso que acabámos de ouvir do Sr. Ministro da Educação.

Não poderemos deixar de afirmar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que, face a todos estes dados, é difícil vislumbrarmos uma estratégia bem definida para o MEIC, face à situação actual e à complexa problemática do sistema nacional de educação e de investigação. Talvez ao longo deste debate o Governo nos dê esclarecimentos mais concludentes, isto é, nos convença que tem realmente uma política de educação e investigação explícita, concreta e determinada.

No Programa do Governo apresentam-se, nos sectores referidos, medidas e acções de fundo, medidas e acções de carácter operacional, medidas e acções que visem o acréscimo de eficiência dos serviços. Estas medidas que, no seu conjunto, são consideradas como objectivos gerais do Ministério são depois seguidas de um enunciado de intenção — como, aliás, se lê no próprio texto —, formulado para o ensino básico e secundário, superior e investigação, desporto e associativismo juvenil.

Nas medidas e acções de fundo aponta-se a propósito de o Governo vir a definir um futuro enquadramento básico do sistema educativo. Bom propósito que nada tem de novo e para o qual alguns esquemas já estão feitos. Mas os princípios em que a definição da lei de bases do sistema educativo se apoia são explicitados por este Governo de uma forma tão vaga e tão generalista que não chegam a ter conteúdo para uma análise em termos políticos ou de filosofia educativa.

Aguardemos, pois, porque, por ora, ficamos apenas a saber que o Governo pensa que essa definição se deve realizar «com grande amplitude de participação, mas também com rapidez de formulação». Processos que, quanto a nós, nos aparecem contraditórios, a não ser que à palavra «participação» se queira dar o sentido «De Gauliano» e não aquele que nós, socialistas, lhe atribuímos como componente indispensável da democracia e da socialização dos poderes políticos e sociais.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Por outro lado, as chamadas medidas e acções de carácter operacional referem-se essencialmente aos meios, não definindo, no entanto, quais os campos prioritários em que este Governo pensa concentrar esses meios — escassos bem sabemos.

Sem deixarmos de estar de acordo que todos os meios postos à disposição do sistema nacional de educação deverão ser desenvolvidos, articulados e renovados, nomeadamente no que se refere a professores, meios financeiros e rede escolar, há que dar a essas acções um objectivo em si, um campo de aplicação preciso, uma prioridade temporal. O Governo não é o órgão legislativo por exceléncia. O Governo é o Órgão de Soberania que executa, e, quando o faz, tem de explicitar o que faz, onde, como e com quê.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Ora, fica-nos a dúvida, ao ler o Programa, e cremos que tal não resulta da redução de páginas que, comparativamente ao anterior, este agora sefreu, de que o Governo não escolheu os domínios em que fundamentalmente vai actuar, não nos diz que metas pensa atingir e que meios para tal pensa desenvolver — mesmo sem descer aos pormenores de um programa anual. O Governo está cheio de boas intenções, aceitámos, mas com elas não nos apresenta um programa realista, adequado aos graves problemas da educação e da sociedade portuguesa, evidenciando uma falta de visão de conjunto e de determinação política.

Os factos referidos tornam-se, no entanto, para nós, compreensíveis, se os virmos à luz das características do actual Governo. Sendo um Governo apartidário não tem possibilidade de referenciar as suas medidas de fundo a nenhum projeto de sociedade e, em conformidade com ele, precisar as opções de acção. Sendo um Governo de conjuntura, como é, não podemos, é claro, esperar dele senão actuações circunstanciais, como, por exemplo, o acréscimo da eficiência dos serviços do Ministério, nomeadamente pela via da desconcentração e da descentralização. É esta medida louvável, que muito teria a ganhar em ser explicitada em concreto — e o Sr. Ministro no seu discurso não o fez —, porque mereceria o nosso apoio se fosse considerada como uma medida de fundo, traduzindo uma opção clara de descentralização progressiva, não apenas de meios mas de responsabilidades e de decisão. Isto é, não seria somente uma medida para atingir um maior grau de eficiência de serviços e de rentabilidade dos meios financeiros.

É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, por detrás destas louváveis intenções, e, mais que louváveis, indispensáveis, face à crise financeira que o País atra-

vessa e à urgente reformulação da Administração Pública, esconde-se por vezes — todos o sabemos, mas não será ocioso afirmá-lo mais uma vez — a perpetuação de um sistema educativo que em nada contribui para a reestruturação da sociedade portuguesa, em termos de uma maior igualdade entre os cidadãos, de novas relações sociais, de novos conceitos de vida mais conformes com a dignidade de cada homem e com a solidariedade entre todos. Esta perpetuação é defendida, muita vezes, em termos de eficácia do sistema escolar, tal como a preocupação que o Governo aqui afirma de que «a eficácia do sistema educativo tem de constituir objecto de quantificação e apreciação contínua». Por isso perguntamos: eficácia medida com que parâmetros? Do número de alunos que entram nas escolas e da percentagem dos que dela saem diplomados ou não? Em termos de adequação destes diplomados aos postos de trabalho? Em termos de rendimento escolar avaliado em base de critérios meritocráticos?

Nada nos diz que assim seja, nem o contrário. Mas a verdade é que os parâmetros de análise valorativa do sistema escolar devem ser de conteúdo político e ideológico e não somente quantitativo. E este Governo não os poderia explicitar, pois que não tem ideologia própria, já que é um subconjunto de independentes.

Mas nós, socialistas, temos um projecto político e uma ideologia e por isso não nos é indiferente apoiar esta ou aquela política educativa, por melhor que responda às circunstâncias de momento.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — E, como tal, aqui afirmamos que desejamos saber se o alcance das acções que o Governo vai tomar criará ou não condições efectivas de rede escolar, de métodos pedagógicos, de conteúdos de ensino, de critérios de avaliação, para que todos os cidadãos, jovens e adultos, possam, progressivamente, elevar o seu nível educativo, desenvolver as suas aptidões de trabalho e de responsabilização colectiva, promover o espírito e a convivência democrática e favorecer a socialização cultural.

É daqui, destes verdadeiros objectivos educativos, que decorre a escolha das acções programáticas e o grau de prioridade entre elas.

É no sentido de as conhecer, se é que elas existem, que formularemos ao Governo apenas as seguintes questões:

Que pensa o Governo fazer para dar cumprimento à escolaridade obrigatória, quer para jovens, quer para adultos? Referenciamos estes últimos pois que já vimos, através do discurso do Sr. Ministro da Educação e Cultura, que o Governo não se esqueceu da lei recentemente aprovada sobre eliminação do analfabetismo e educação de base dos adultos, aprovada recentemente, por unanimidade, por esta Assembleia e cuja realização foi considerada por todos urgente.

Como, em que grau e com que método pensa o Governo promover a extensão da educação pré-escolar, tendo em vista que para ela devem concorrer todas as iniciativas públicas, particulares, cooperativas e regionais, competindo ao Estado velar pela qualidade desta educação, a concessão de meios humanos competentes e apoio financeiro?

Que tenciona o Governo fazer sobre a adaptação do ensino secundário, na sua fase terminal, e sobre o ensino complementar, tendo em conta as necessidades de formação profissional a este nível? Que pensa ainda o Governo fazer para, expandindo o ensino superior através das Universidades existentes e dos estabelecimentos de ensino superior curto, promover uma efectiva articulação entre estas escolas, de forma a permitir a complementaridade e a abertura entre os dois tipos de formação que fornecem e que são necessários no mundo do trabalho? Nomeadamente, o que entende o Governo sobre regionalização do ensino superior? O que pensa fazer para corrigir as desigualdades regionais de acesso ao ensino superior universitário?

A propósito, devemos dizer que não somos defensores da criação de uma Universidade em cada esquina. As Universidades que existem são, talvez, suficientes.

Aplausos do PS.

As escolas superiores existentes, as Universidades, os Institutos Universitários e as Escolas Superiores de Educação previstas são suficientes se entre elas for estabelecida uma relação, uma harmonia de trabalho e um intercâmbio. Por tudo isto não alinharmos na demagogia de uma Universidade em cada esquina.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Em que moldes e com que finalidades pensa o Governo promover à reorganização universitária e à integração dos centros de investigação nas suas estruturas?

Por último, sendo a saúde escolar um meio indispensável de apoio escolar, de detecção de desequilíbrios no crescimento, que relevo pensa o Ministério dar a este importante sector, que parece esquecido no Programa, bem como o sector da acção social escolar?

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nós, socialistas, que não nos definimos perante a Nação apenas em termos de capacidade técnica ou de gestão, mas, sobretudo, da defesa intransigente da democracia e da justiça social e económica, não podemos apoiar um programa de educação neutro, asséptico e conformista. A educação vale, neste momento para a Nação, tanto ou mais que a sua riqueza material.

A educação é mesmo uma das componentes fundamentais e indispensáveis de uma política de recuperação económica e de desenvolvimento.

Ora, o desenvolvimento económico e social, onde a justiça social ocupa lugar de primordial relevância, como, aliás, refere o texto do Programa do Governo, requer uma clara definição dos objectivos para a educação, investigação científica e tecnológica, a longo e a curto prazo e no prazo da actuação deste Governo. Precisamos todos de saber a quem atingem os esforços de educação, quem beneficia deles e em que termos.

Para nós, socialistas, é difícil compreender a adesão do povo português, em geral, e dos trabalhadores em particular, aos sacrifícios que lhes são pedidos, neste momento, apenas em termos de integração europeia

ou de uma política económica firme e realista. Nem tão-pouco em termos de um qualquer reaccionalismo sem conteúdo ideológico.

A adesão do povo português ao desenvolvimento deste país só será possível quando se explicitarem claramente e em que medida as suas necessidades básicas são satisfeitas e as suas aspirações de melhoria de vida são alcançadas.

E nós não temos dúvida de que, entre essas necessidades e aspirações do povo português, a educação e a cultura são das mais sentidas e com maior cargo de esperança para todos nós.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Igualmente para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Helena Roseta.

A Sr.ª Helena Roseta (PSD): — **Sr. Presidente, Srs. Deputados:** Foi já aqui dito pelo Sr. Deputado Menores Pimentel que a apreciação que o PSD iria fazer sobre o Programa do IV Governo Constitucional iria incidir nos aspectos social e económico, por forma a saber se este Governo, com este Programa, pode ou não garantir, por um lado, o combate à crise económica e o aumento de produção, e, por outro, a promoção da justiça social.

É nessa dupla perspectiva que vamos encarar a política habitacional deste Governo, inserida no contexto das diversas políticas habitacionais prosseguidas em Portugal desde o 25 de Abril.

Começemos por perguntar: está o problema da habitação em Portugal mais debelado que há quatro anos atrás? Não está! Diminuíram-se as carencias, melhorou-se a habitabilidade, acabou-se com a miséria das barracas? Ao contrário!

O que se passa em Portugal, em 1978, é que há cada vez mais falta de casas nos centros e periferias urbanas, a ponto de os jovens não poderem constituir família por não encontrarem casa. A especulação com os arrendamentos atingiu níveis nunca vistos e é feita à luz do dia com a maior desfaçatez. Os próprios jornais estatizados publicam anúncios de trampasse; de chaves por centenas de contos, tranquilamente, à margem da lei; quartos oferecem-se por preços exorbitantes, muito superiores à renda paga pelo inquilino que subaluga e a impunidade é geral.

Resulta tal situação, em grande parte, da diminuição da oferta, é um facto. Mas, em contrapartida, floresce o mercado clandestino, que nem nos tempos mais desafogados do final do caetanismo atingiu as proporções actuais. Só no concelho de Lisboa surgem por dia duas habitações clandestinas. Por dia, friso bem!

As cidades portuguesas cercam-se assim de cinturas degradadas, caóticas, sem esgotos, sem ruas, sem água e sem luz. Assemelham-se mais às cidades terceiro-mundistas da América Latina do que às cidades da Europa, a que queremos aderir.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Quanto ao interior do País, o ritmo de construção é igualmente anárquico: um pouco por toda a parte, no Centro e no Norte de Portugal, surgem as conhecidas casas de emigrantes, estilo *maison*, como são conhecidas. O seu nível habitacional é

frequentemente elevado, mas nem a implantação, nem o enquadramento na paisagem, nem o próprio «festival de cores», que costuma ser o seu revestimento exterior, têm suscitado qualquer atenção das autoridades.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — O fenómeno indica um comportamento sociológico e cultural específico, que ninguém tem estudado, mas que está a transformar, irreversivelmente, a paisagem tradicional do interior do País.

O desequilíbrio, em termos nacionais, é flagrante! As desigualdades saltam à vista. Nas cidades faltam casas, no interior sucedem-se habitações vazias, de portas fechadas e persianas corridas.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Perguntemos então: por que se chegou a este ponto? Que se fez em matéria habitacional desde o 25 de Abril? Direi que muita promessa, muita demagogia e muito disparate.

Sintetizando, distinguirei *grosso modo* duas fases: a fase pré-constitucional, caracterizada no sector da habitação pela política de Nuno Portas, que classificarei de «anarco-populista», e a fase pós-constitucional, mais precisamente a dos dois Governos soaristas.

Os traços gerais da política de Nuno Portas foram o congelamento das rendas de casa, o lançamento do SAAL, a criação de mecanismos de intervenção popular no mercado de habitação, designadamente através da actuação de juntas de freguesia e comissões de moradores na ocupação de fogos devolutos.

Estas orientações visavam, basicamente, inverter as grandes áreas de produção da habitação. É sabido que 95% da iniciativa no sector era privada antes do 25 de Abril e o objectivo era reduzir esta faixa, aumentando a faixa pública e social. Mas não foi isso que aconteceu. A criação de estruturas paralelas ao aparelho de Estado, como o SAAL, intensamente politizadas desde o início e suportadas por um Fundo de Fomento da Habitação tornado monstruoso e partidário ...

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — ... o demagógico incentivo político dado às ocupações selvagens, a prática de distribuição de projectos e encomendas por novas clientelas políticas, foram alguns dos aspectos mais negativos que acompanharam a política de Nuno Portas.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — O resultado foi a diminuição da produção, a criação de um clima de desconfiança generalizado, a paralisia, por razões políticas, de um aparelho de Estado já obsoleto e o legado, aos Governos seguintes, de uma situação aberrante no mercado livre da habitação. De facto, com a lei de rendas (Decreto-Lei n.º 445/74), dita «progressista», o que se fez foi deixar livres as rendas novas, aumentando prodigiosamente a especulação, e impossibilitando a gestão de prédios antigos, que nem os senhorios nem as câma-

ras municipais têm qualquer possibilidade de manter, para prejuízo dos respectivos inquilinos e que, em muitos casos, se deixam chegar à ruína iminente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Com a entrada em funções do I Governo Constitucional, iniciou-se uma fase claramente distinta da anterior. De facto, o PS não escondeu, na altura, a sua hostilidade face ao «anarco-populismo», em geral, e ao SAAL, em particular. O Ministro Eduardo Pereira apresentou uma política virada para a reincentivação da iniciativa privada, herdando a anárquica situação proveniente do gonçalvismo acrescida das carencias resultantes do regresso a Portugal de centenas de milhares de retornados.

A política de estímulo do sector privado não obteve, porém, grandes resultados práticos, já que nem se chegou a tocar na lei das rendas nem se desbloqueou o mecanismo dos contratos de desenvolvimento, lançados na fase anterior, mas em situação de impasse perante o agravamento das condições de crédito entretanto imposto pela crise económica.

Procurou-se combater o flagelo dos «clandestinos», iniciando-se estudos válidos e retomando-se projectos antigos, mas por si ficou. Quanto aos retornados, optou-se por negociar a compra de habitações pré-fabricadas a empresas estrangeiras — mas como, simultaneamente, não se garantiram nem terrenos nem infra-estruturas, a maioria dessas casas estão, hoje ainda, em armazém. É mais um exemplo da desorganização sistemática no nosso país.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Muito bem! É uma verdade!

A Oradora: — O símbolo mais evidente da impotência a que foi reduzida a política de Eduardo Pereira está no destino dado ao primeiro esboço de uma nova lei de rendas: se eu não estou mal informada, ficou na gaveta do Ministro Almeida Santos, polo oposto de um governo que aqui se apresentou como «socialista, homogéneo e coerente» ...

Vozes do PS: — Não apoiado!

A Oradora: — Chega-se assim ao II Governo Constitucional, mais condicionado que o anterior face às exigências do Fundo Monetário Internacional, entretanto aceites por Portugal, uma das quais, ao que suponho, é exactamente a revisão urgente da lei das rendas.

Com a elevação das taxas de juro agravou-se substancialmente o acesso ao crédito, quer na construção quer na compra de casa própria. É o sonho dourado dos Ministros socialistas que, no fundo, era eliminar a faixa das pessoas que arrendam casas, substituindo-a para pessoas que compram casas a prazo, tornou-se uma utopia. O apoio às cooperativas, tão falado, foi praticamente nulo ao longo da vigência do II Governo.

Vozes do PS: — Não apoiado!

A Oradora: — E o Ministro Sousa Gomes, cuja passagem pelo sector ficou sobretudo assinalada pelas peregrinações que fez de concelho em concelho,

prometendo muito para além do cabimento orçamental e fomentando cooperativas socialistas — abusando deste modo, partidariamente, da sua qualidade de membro do Governo —, chegou ao ponto de, apressadamente, deixar alinhavadas na gaveta as portarias que determinavam a baixa das taxas de juro no crédito às cooperativas, quando viu chegado o termo antecipado do seu mandato. Já sabia que o não podia cumprir, mas assim angariava capital de queixa para atacar os governos que se haviam de seguir, o que efectivamente se passou nesta Casa, como estão recordados, há bem pouco tempo.

Vozes do PS: — Não apoiado!

A Oradora: — Concluímos, chegados a este ponto, que três personalidades distintas — Nuno Portas, Eduardo Pereira e Sousa Gomes —, todas elas filiadas no PS, desenvolveram políticas habitacionais não apenas opostas mas reciprocamente anulatórias, do que resultou estarmos em 1978 pior que em 1974, com menos oferta, maior especulação, maior anarquia e maiores injustiças sociais e regionais. Tanta contradição num partido só é, de facto, um excesso que o País paga muito caro — e os erros cometidos nestes quatro anos, no sector da habitação, levarão muitos mais a corrigir.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — É nestas condições que toma posse o III Governo Constitucional, que, deve dizer-se, tinha em matéria habitacional um programa realista, detalhado e coerente. Nunca saberemos se o poria em prática ou não, já que esta Assembleia optou por o inviabilizar, a nosso ver muito mal. Seja como for, a equipa que no IV Governo coordena o Ministério das Obras Públicas e Habitação é a mesma do III Governo e seria de esperar, penso eu, um programa semelhante. Ora isto não acontece, não sei porquê. O Programa do IV Governo é um nítido recuo em relação ao do III Governo. Gostaríamos de saber porquê. E, desde já, acrescentamos que uma simples síntese do Programa anterior era preferível à listagem desordenada em que consiste actual, que mais parece feito de colagem precipitada de «papéis» pedidos às direcções-gerais do que propriamente um esboço, ainda que genérico, de um programa de Governo.

Que dizer, então, desta listagem que nos é apresentada como Programa do Governo? Analisemo-la. Em cada uma das partes em que se divide — ordenamento físico e ambiente, habitação, obras públicas e construção —, procurou separar-se o diagnóstico dos objectivos e medidas. A intenção é boa, mas a separação está bastante mal feita, pois que se misturam, em cada caso, medidas com objectivos e se ignoram completamente, quanto às medidas, um mínimo de prioridades no tempo. Ao menos, penso eu, haveria que distinguir entre medidas imediatas, a curto prazo e a médio prazo.

No que respeita ao ordenamento físico e ambiente, começarei por salientar que, ao contrário do programa anterior, a rubrica «Ambiente» aparece como aditamento — como se não houvesse outro sítio para a colocar —, e não como perspectiva sistemática a

introduzir em todas as decisões do sector, por forma a afecçá-las sempre de um juízo de valor, sobre se são ou não prejudiciais para a qualidade de vida das pessoas e, no caso de o serem, o que deve fazer-se para o evitar. As referências ao Plano Nacional de Recursos Hídricos, por exemplo, cuja prioridade todos reconhecemos, aparecem totalmente desgarradas e em pé de igualdade com questões de bem menor relevância.

Que deveria conter-se nesta secção? A nosso ver fundamentalmente dois pontos: dotar o País de uma estrutura e ordenamento físico inexistentes e incrementar a participação organizada e democrática das populações no seu lançamento e execução. Exemplifiquemos: não é possível fazer o que quer que seja em matéria de habitação se não se actuar ao nível das causas profundas do desequilíbrio em que nos encontramos. Só com a definição de um quadro geral de ordenamento do território, que, entre outros aspectos, determine a localização das actividades económicas no espaço nacional e permita favorecer o interior depauperado e deserto do País, se poderá inverter o actual êxodo campo-cidade e interior-litoral. Enquanto isto não for feito em Lisboa e Porto, existirão sempre barracas e no Nordeste e na Beira existirão sempre aldeias abandonadas. As injustiças regionais permanecerão, o problema da habitação continuará insolúvel.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — A este quadro geral de ordenamento do território terão de acrescentar-se as iniciativas de ordenamento ao escalão regional e concelhio, respectivamente, planos de ordenamento regional e planos de ordenamento e expansão de aglomerados urbanos — estes, malhas essenciais de uma rede de ordenamento à escala municipal, sem as quais as autarquias não podem lançar planos habitacionais integrados, nem praticar uma política de solos coerente e virada para o futuro, nem controlar o crescimento das cidades e vilas, nem, numa palavra, organizar o quadro de vida das populações. O resultado da inexistência destas malhas de ordenamento está à vista: a Administração tem uma enorme lentidão a actuar, a iniciativa privada transborda dos esquemas burocráticos e implanta-se, um pouco por toda a parte, anarquicamente.

Posto isto, é nossa convicção que o papel da Administração é muito mais relevante no lançamento desta estrutura, na viabilização de uma política de solos (a que o texto de programa nem se refere), na construção de infra-estruturas adequadas e na prestação de serviços, do que propriamente na definição de «uma» política de ambiente, sem dizer qual, «uma» política de saneamento básico, sem dizer qual, e por aí adiante. O que importa é definir as competências, dentro do princípio de que o que pode ser feito ao escalão local não deve ser feito ao escalão nacional. Ou seja, não se concebe que a Administração Central seja responsável por construir chafarizes mas deixe por definir as opções energéticas nacionais. O que importa é dar a cada nível os meios de que carece e daí a importância da promulgação da lei das finanças locais. Da importância de definição das competências relevam as nossas críticas à ten-

tativa feita pelo actual Secretário de Estado do Saneamento Básico, em Governo anterior, de criar empresas públicas de saneamento básico, pela «porta do cavalo», à revelia das competências municipais.

Vozes do PSD: — Apoiado!

A Oradora: — Resumindo: tudo o que não seja definir competências e meios de actuação é «paleio» que não tem qualquer espécie de interesse.

Vozes de protesto do PS.

Os senhores estão incomodados com a palavra «paleio»? Esta Assembleia não é representante do povo português? Não é assim que diz o povo? Se não é assim, façam favor de dizer-me como é!

Vozes de protesto do PS.

Os senhores incomodam-se muito com palavras que nada têm de ofensivo e estão aqui, constantemente, a proferir insultos contra pessoas. Agradeço que os guardem!

Aplausos do PSD e de alguns Deputados do CDS.

Protestos do PS.

No que respeita à habitação, o Programa do IV Governo afirma coisas que eu penso que não pode cumprir. Desde logo, afirma que procurará cobrir num prazo máximo de quinze anos as carências actuais, somadas às necessidades que decorrem da expansão demográfica, das migrações e do envelhecimento dos fogos. Que significa isto em termos práticos? Quantas casas faltam? Ouço falar na falta de meio milhão de casas desde o Plano Intercalar de Fomento, muito antes do 25 de Abril, número que, mais 100 000 ou menos 100 000, tem vindo a ser citado por todos os Governos pós 25 de Abril e que ainda há pouco tempo foi citado pelo Deputado Acácio Barreiros. Isto apesar do aumento demográfico devido aos retornados!

Creio que este número é demasiado superficial e não podemos basear-nos nele para um estudo convincente. Mas já que não disponho de outro, e fazendo uma estimativa grosseira de necessidades de reposição iguais às carências actuais, teremos que, em quinze anos, deveria Portugal produzir perto de 1 milhão de fogos, ou seja, cerca de 80 000 fogos por ano, quer dizer, oito fogos por mil habitantes por ano. Belo índice, igual ao nível médio europeu! Mas é impossível em Portugal, se não se aumentar decisivamente a capacidade do sector: de 1971 a 1976, a média da produção anual foi de 39 000 fogos por ano (cerca de quatro fogos por mil habitantes por ano); o I Governo Constitucional prometia 65 000 fogos por ano, o que também não cumpriu. E a capacidade máxima de produção parece não poder ultrapassar os 45 000 fogos por ano. Sejamos então realistas. E desde já sugiro ao Governo que retire daqui a promessa dos quinze anos e apresente, no Plano a Médio Prazo, um cálculo fundamentado daíllo que pensa poder, efectivamente, vir a cumprir.

Passemos então às medidas propostas. De novo nos surge uma listagem sem prioridades nem nexo. Os objectivos são meras intenções e não metas a atingir.

Como deveria, a nosso ver, desenhar-se o Programa? Pois, desde logo, considerando objectivos prioritários, que, a nosso ver, na habitação, deverão ser três: aumentar a oferta (intervindo com realismo nos bloqueamentos do mercado livre, racionalizando o sector público e lançando as bases de um futuro sector social relevante; dar prioridade à habitação social, no que respeita a projectos, financiamento, facilidades legais e terrenos, e melhorar o nível geral de habitabilidade do parque habitacional do País, na sua esmagadora maioria vetusto e algumas faixas francamente degradado e abaixo do mínimo de condições compatíveis com a dignidade das pessoas e da instituição familiar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Posto isto, o Programa devia distinguir medidas a curto e a médio prazos, incluindo nas primeiras medidas básicas que se destinasse a racionalizar e melhorar o que já existe, aproveitando ao máximo os programas em curso e moralizando as zonas do aparelho de Estado de que dependem, desenvolvendo simultaneamente medidas de emergência onde se justificassem. Deveria desenvolver-se um trabalho de inventário de carência e haveres, básico para uma planificação eficaz. Deveriam tomar-se medidas que desbloqueassem o mercado livre, designadamente no que respeita ao crédito à construção e à aquisição de casa própria. Não é comprehensível, quanto à iniciativa privada, que a contribuição predial, por exemplo, se tenha agravado, enquanto as rendas estão congeladas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Igualmente se imporia fomentar o sector cooperativo, bem como moralizar e socializar os arrendamentos estatais e municipais, sabido como é que estão sujeitos a regime especial e sendo certo que Estado e câmaras são hoje não apenas os maiores senhorios, mas, em muitos casos, os piores. Alia-se a isso o facto de serem igualmente péssimos pagadores: hoje em dia a banca não aceita, no geral, o aval das câmaras, estas não pagam o que devem aos empreiteiros, estes não conseguem descontar letras na base de qualquer documento ou garantia municipal, etc. Como pode falar-se em confiança no sector da construção civil se isto se mantiver?

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Quanto ao médio prazo, que se deveria fazer? Lançar as reformas estruturais de fundo de que o País carece, desde a reformulação da lei dos solos (designadamente no que respeita à propriedade plena, que deve ser admitida, ao direito de superfície, que deve ser tornado viável, e à atribuição de indemnizações por expropriação, que devem ser tornadas justas). Haverá que reformular igualmente os esquemas de financiamento público e privado — e remetemos para a proposta de criação de um banco nacional de habitação que apresentámos no nosso programa de governo de 1976.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — É inconcebível, a nosso ver, manter o FFH, organismo com vocação para apoiar e coordenar a política habitacional, com funções de entidade bancária, emprestando dinheiro a câmaras e cooperativas sem estar, de modo algum, vocacionado para este tipo de actividade.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — É, de facto, aberrante!

A Oradora: — Sabemos que o corte orçamental previsto quanto àquele organismo vai provocar paragens drásticas nalguns programas — e por isso criticamos esse corte —, mas afigura-se-nos mais justo, a prazo, devolver ao Fundo de Fomento da Habitação a sua inicial vocação, reduzindo-lhe a dimensão e atribuindo as excessivas competências de que dispõe ou às câmaras municipais, através dos Serviços Municipais de Habitação, ou a uma entidade financeira normalizada e racionalizada.

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — A seguir-se o que está previsto, o Fundo de Fomento da Habitação, que já só realiza cerca de 40 % do orçamento, passará a realizar ainda muito menos e, a breve trecho, entrará em colapso.

Haveria ainda que intervir na produção de projectos, incrementando projectos tipo adaptados às diferentes regiões do País; normalizar e estandardizar a produção de materiais de construção, garantindo fornecimentos regulares e suficientes para as necessidades construtivas, e reestruturar todo o sector da construção civil, vítima de vícios estruturais antigos, aos quais a sanha político-partidária do pós-25 de Abril nada de bom acrescentou.

Haveria ainda que unificar e integrar a legislação sobre habitação social, bem como realizar estudos que pudessem fundamentar grandes orientações, no que respeita à recuperação e renovação urbana. Cabe aqui um aparte: o tão falado PRID — Plano de Recuperação de Imóveis Degradados —, apesar de extremamente útil e muito utilizado pelas câmaras municipais, não passa de um programa de manutenção, que de recuperação nada tem, a não ser o nome. Não havendo estudos, não havendo critérios de recuperação e renovação urbana, o PRID é um simples programa para manter telhados e pôr torneiras!

Quanto à nova legislação sobre arrendamentos urbanos, ela terá de ser concretizada depois de ouvidas as associações de inquilinos e proprietários e deverá procurar uma concertação de interesses que tenha em vista, por um lado, um mínimo de realismo e, por outro, o preceito constitucional que obriga a esforços no sentido de procurar compatibilizar rendas e rendimentos familiares. Tarefa esta que não deve impender sobre os investidores, mas sim ser o reflexo de uma política de rendimentos e preços e de uma política de segurança social progressivamente definidas e implantadas.

Concluindo, em matéria habitacional, que espera o PSD deste Governo?

Que ponha em prática um programa mais detalhado e mais coerente do que este;

Que responda aos quesitos fundamentais de ordenar o espaço e aumentar a produção, sem os quais tudo o que se fizer neste sector é trabalho inútil.

Só assim poderá satisfazer ao que no início dissemos, contribuindo para aumentar a produção, combater a crise económica e satisfazer, em termos crescentes, as mais elementares necessidades e direitos do povo português, um dos quais é o direito à habitação.

Applausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Pereira para pedir esclarecimentos.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Como me tratou menos mal, Sr.^a Deputada, vou procurar ser o mais simpático possível.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Embora a Sr.^a Deputada na sua intervenção tenha feito uma exposição que eu poderia dividir em duas partes — uma de ataque nítido, sobretudo aos governos constitucionais, e depois um ataque geral que quase me levaria a dizer que, na sua própria óptica, o problema habitacional tem difícil solução e muito mais difícil ainda quando encarada na óptica de dois ou três anos, que é o tempo de análise a que está a proceder —, apesar de tudo e pela introdução, gostaria de lhe fazer algumas perguntas.

Está ou não a Sr.^a Deputada convencida de que todo o passado anterior ao 25 de Abril e o envolvimento que se lhe sucedeu no passado recente dos primeiros governos constitucionais constituem uma das principais causas da situação habitacional em Portugal?

Está ou não a Sr.^a Deputada convencida de que o problema só terá solução no quadro da administração local, no que se refere à administração que deve superintender ao programa de execução habitacional, num quadro financeiro mais vasto do que aquele com que os Ministros da Habitação deste país têm podido contar, num quadro habitacional que também podia passar por uma certa ajuda de vários membros da Comissão de Educação, Ciência e Cultura desta Assembleia, no que se refere à promoção através de uma confiança que ainda não se conseguiu instalar ...

O Sr. Bento Gonçalves (PSD): — Isso também é para nós?

O Orador: — É para todos. Como ia dizendo, o que permitiria um maior equilíbrio no que se refere à distribuição dessa promoção pela Administração Pública, pelo sector privado e pelo sector cooperativo?

Está ou não convencida a Sr.^a Deputada que o problema habitacional necessita de, pelo menos, vinte anos para ser resolvido e se não está a pedir «o céu e a lua» aos Ministros da Habitação anteriores para tentarem resolver um problema com tantos parâmetros e de tanta dificuldade?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Helena Roseta para responder, se assim o desejar.

A Sr.^a Helena Roseta (PSD): — Sr. Deputado Eduardo Pereira, tenho a impressão de que o Sr. Deputado estava um pouco distraído durante a minha intervenção — o que não critico —, mas, de qualquer

modo, eu disse que havia causas antigas e causas próximas. É evidente que disse que era necessário promulgar a Lei das Finanças Locais e também que não havia um clima de confiança. Mas digo-lhe ainda que não vejo como se possa estabelecer um clima de confiança neste país com a situação política que temos, com uma «maioria de esquerda» vigente nesta Casa, ...

A Sr.^a Teresa Ambrósio (PS): — Não apoiado!

A Oradora: — ... com um Governo de independentes que não tem apoio parlamentar estável e com uma situação de crise política, económica e social geral. Este é o problema. E não é o Ministro da Habitação que vai restabelecer a confiança num país! É toda uma política nacional que tem de ser feita, uma política de salvação nacional.

O Sr. Cunha Simões (CDS): — Muito bem!

A Oradora: — E o Partido Socialista é altamente responsável por não ter contribuído para essa política de salvação nacional.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Devo dizer ainda ao Sr. Deputado que quanto à questão dos vinte anos, eu disse claramente que não considerava que o IV Governo pudesse resolver o problema em quinze anos mas se não o pode resolver em quinze anos, talvez possa em vinte, e para isso é necessário termos dados mais fundamentados. E não são os números que vêm do Plano Intercalar de Fomento (segundo os quais faltaria meio milhão de fogos) que nos podem permitir fazer contas para saber quantos anos são precisos para cobrir esse deficit.

O Sr. Luís Filipe Madeira (PS): — O IV Governo não dura tanto ...

O Sr. Presidente: — Tem ainda a palavra o Sr. Deputado Luís Cacito, pois faltam ao Partido Socialista catorze minutos para completar o seu tempo. Se terminasse agora a sessão, este partido ficaria prejudicado.

O Sr. Luís Cacito (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: As cooperativas agrícolas de produção e as explorações de pequena e média dimensão na zona da Reforma Agrária situam-se no cerne das nossas preocupações.

A organização agrícola dos trabalhadores e dos pequenos proprietários agrícolas, para trabalharem a terra e, em espírito fraternal, procurarem obter melhores resultados na sua exploração traduz-se actualmente na existência de numerosas cooperativas agrícolas espalhadas por toda a região alentejana e parte do Ribatejo, a maior parte delas em plena prosperidade, o que faz desta forma de produção agrícola uma realidade que congrega milhares de trabalhadores e cooperantes num forte e importante movimento, impossível de ser ignorado, não sendo legítima qualquer tentativa da sua destruição. Até porque a Lei das Bases Gerais da Reforma Agrária, aprovada nesta Câmara, estabelece e consagra a promoção do associativismo, a promoção da melhoria da situação económica, social e cultural dos trabalhadores rurais,

pequenos e médios agricultores, com vista à igualdade efectiva dos que trabalham a terra com os demais trabalhadores. Está consagrado na lei que «... a realização dos objectivos da Reforma Agrária implica a constituição por parte dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores, com o apoio do Estado, repito, com o apoio do Estado, de cooperativas de produção».

As cooperativas de produção agrícola são, pois, um contributo decisivo para uma sociedade mais justa e mais fraterna, e, como tal, terão o seu lugar e o seu espaço próprio entre as demais formações económicas, como fruto de um processo que é irreversível e com pleno direito no projecto de sociedade definido pela Constituição.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Ministros, as perspectivas que hoje se perfilam para os trabalhadores agrícolas do Alentejo e de toda a zona da Reforma Agrária, para as cooperativas, assim como para os pequenos e médios agricultores, não são brilhantes nem definidas. Pelo contrário, apresentam um horizonte carregado de sombras e não há sinais promissores de um futuro melhor, nem as aspirações de quem trabalha a terra poderão ser satisfeitas se a actual equipa do MAP viesse continuar a política passadistaposta em prática, ilegitimamente, durante o período em que integrou o III Governo.

A Sr.^a Zita Seabra (PCP): — Muito bem!

O Orador — As nossas preocupações situam-se aí, nalguns aspectos da lei e na sua aplicação, parecendo-nos absolutamente necessário que os responsáveis deste Governo definam com clareza os objectivos e os propósitos que os animam para a sua futura acção e que leitura e interpretação fazem da mesma lei.

No que se refere à tarefa de pôr em prática o que está estipulado pela Lei n.º 77/77, onde se estabelece a obrigatoriedade de a marcação de reservas ser procedida de audiência e consulta às partes interessadas, pergunta-se: quantas vezes essas demarcações de reservas foram feitas com prévia consulta aos trabalhadores, como a lei determina?

A Sr.^a Hercília Talhadas (PCP): — Muito bem!

O Orador: — E, quando ouvidos os trabalhadores e as suas razões, em que é que isso influenciou e pesou nas decisões do MAP?

Os métodos utilizados até aqui, e que nós veementemente reprovamos irão prosseguir ou ser alterados, durante este Governo, caso o seu Programa não seja rejeitado?

E ainda, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o estipulado sobre facilidades concedidas aos trabalhadores despedidos das terras entregues aos reservatários, como sejam facilidade para se instalarem noutras estabelecimentos agrícolas ou para participarem na exploração de outros prédios expropriados será cumprido por este Governo já que parece não tê-lo sido por esta mesma equipa do MAP durante o III Governo?

Que condições serão impostas aos reservatários, designadamente na absorção da totalidade ou parte dos trabalhadores permanentes na respectiva exploração agrícola?

Tem o Governo algum plano concreto de viabilizar, como determina a lei, e de dar apoio creditício para investimentos, com vista ao equilíbrio das explorações afectadas pelas entregas de reservas feitas durante o anterior Governo?

Como se vê, tudo isto são questões que nos permitemos levantar ao Governo Mota Pinto e à equipa do Ministério da Agricultura e Pescas, que transitou do anterior Governo, porque são pontos fulcrais para criar uma situação de justiça nesta zona do País.

Os aspectos da lei a que nos referimos prendem-se directamente com as nossas preocupações. O seu não cumprimento irá pôr em perigo todo esse movimento cooperativo levado a cabo pelos trabalhadores da terra, na procura de melhores dias e no desejo da obtenção de melhores produções, criadoras de um maior volume de riqueza.

Há, pois, que fazer uma definição clara por parte de quem terá, eventualmente, responsabilidades governativas. Definição clara e pública da forma como é lido e interpretado o articulado da lei e definição de processos a utilizar para aplicação dessa mesma lei.

Além das situações apontadas há outras que é imperioso elucidar: Como vão ser usados os poderes discricionários do Ministro? Como vai ser feita a aplicação das majorações? Como vão ser entendidos os conceitos de explorador directo e de empresário agrícola?

Necessário se torna, repito, conhecer o pensamento do Governo nestes assuntos e o esclarecimento das nossas dúvidas. A nosso ver, e no dos trabalhadores alentejanos, os aspectos referidos da Lei das Bases Gerais não têm sido cumpridos, nem o espírito da lei correctamente interpretado.

Nós, socialistas, somos de opinião que se devem entregar as terras a quem de direito e que isso deve ser feito com rapidez, pois todos têm a ganhar. Somos também a favor de que a lei seja cumprida integralmente na letra e no espírito e que seja respeitada a legalidade democrática. Somos contra a «invasão» das aldeias alentejanas ou quaisquer outras, por autênticos dispositivos de guerra, como, por exemplo, aquela aldeia onde muitas pessoas fugiram para o campo quando viram chegar, onde quase não se vêm automóveis, quarenta carros, com guardas, metralhadoras e cães polícias!

Sr. Primeiro-Ministro: A legalidade democrática defende-se com vigor mas não com dureza e intimidação. A legalidade democrática fortalece-se com o respeito pela dignidade humana, não com brutalidade indiscriminada. Enfim, a legalidade democrática defende-se mais com a razão do que com o músculo.

Aquelas mães alentejanas que, na aflição, nos procuraram a perguntar o que nós, Deputados Socialistas, podíamos fazer para defender os seus filhos daquele cenário, nós respondemos que lhe damos toda a nossa solidariedade.

Que responde o Primeiro-Ministro Mota Pinto aos mesmos apelos? Redobrando a violência ou suprimindo-a?

É para nós importante conhecer o pensamento e os propósitos dos responsáveis pela agricultura neste Governo acerca de matéria tão transcendente como

é a Lei das Bases Gerais da Reforma Agrária, em geral, e da promoção e consolidação do cooperativismo agrícola, em particular.

Para as nossas dúvidas esperamos, Srs. Ministros, respostas que garantam uma aplicação prática que demonstre um desejo de justiça e de tratamento equilibrado de todas as partes interessadas na aplicação da lei, sem marginalização desses grandes prejudicados e explorados de todos os tempos que são os trabalhadores agrícolas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros: Nesta minha exposição deixei ficar para consideração do novo Governo, e para meditar sobre isso, alguns pontos ou questões que se prendem com a política agrícola. Ao fazê-lo apresento não só os meus próprios motivos de preocupação, como os do meu partido, e, principalmente, de milhares de trabalhadores agrícolas e pequenos proprietários alentejanos que aguardam ansiosos aquilo que irá ser feito para garantir os seus postos de trabalho e para consolidar as suas organizações, sobretudo as cooperativas agrícolas, uma realidade difícil de ser ignorada ou eclipsada dos campos alentejanos.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, encontra-se na Mesa o projecto de lei n.º 160/I, apresentado pelos Srs. Deputados Sérvulo Correia e Pedro Roseta, sobre solos destinados a bairros industriais. Baixou à 10.^a Comissão.

Deram entrada na Mesa dois pedidos de ratificação: a ratificação n.º 41/I, apresentada em 24 de Novembro, pelo PCP, do Decreto-Lei n.º 337/78 (que define as normas referentes à situação do pessoal das carreiras inspectivas no âmbito do Ministério do Educação e Cultura) foi admitida; e a ratificação n.º 42/I, relativa ao Decreto-Lei n.º 357/78, apresentada pelo Deputado José Godinho e outros do PS, que também foi admitida.

Srs. Deputados, a sessão para amanhã tem dois períodos: o primeiro vai das 10 às 13 horas e o segundo das 15 às 21 horas.

Está encerrada a sessão.

Eram 21 horas e 35 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Albano Pereira da Cunha Pina.

Alberto Arons Braga de Carvalho.

António Jorge Moreira Portugal.

António Manuel Maldonado Gonçalha.

António Manuel de Oliveira Guterres.

Aquilino Ribeiro Machado.

Armando F. C. Pereira Bacelar.

Bento Elísio de Azevedo.

Carlos Alberto Andrade Neves.

Etelvina Lopes de Almeida.

Fernando Tavares Loureiro.

Florival da Silva Nobre.

Francisco de Almeida Salgado Zenha.

Francisco Cardoso Pereira de Oliveira.
 Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto.
 Jaime José Matos da Gama.
 Jorge Augusto Barroso Coutinho.
 José Maria Parente Mendes Godinho.
 José Maximiano de Albuquerque de Almeida Leitão.
 Luís Filipe Nascimento Madreia.
 Luís José Godinho Cid.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel do Carmo Mendes.
 Manuel Francisco Costa.
 Manuel Pereira Dias.
 Maria Emilia de Melo Moreira da Silva.
 Maria de Jesus Simões Barroso Soares.
 Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio.
 Mário Alberto Nobre Lopes Soares.
 Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos.
 Pedro Amadeu de Albuquerque dos Santos Coelho.

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.
 Américo de Sequeira.
 António Augusto Lacerda de Queiroz.
 António Joaquim Veríssimo.
 António Jorge Duarte Rebelo de Sousa.
 António José dos Santos Moreira da Silva.
 António Manuel Barata Portugal.
 Artur Videira Pinto da Cunha Leal.
 Francisco da Costa Lopes Oliveira.
 Francisco Manuel Lumbreras de Sá Carneiro.
 João Lucílio Cacela Leitão.
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.
 Joaquim Jorge de Magalhães Saraiva da Mota.
 José Manuel Meneres Sampaio Pimentel.
 José Manuel Ribeiro Sérvelo Correia.
 José Theodoro de Jesus da Silva.
 Manuel da Costa Andrade.
 Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
 Mário Fernando de Campos Pinto.
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.
 Rúben José de Almeida Martins Raposo.
 Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete.

Centro Democrático Social (CDS)

Adelino Manuel Lopes Amaro da Costa.
 Alcino Cardoso.
 Álvaro Manuel Brandão Estêvão.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 Basílio Adolfo Mendonça Honta da Franca.
 Carlos Alberto Faria de Almeida.
 Diogo Pinto de Freitas do Amaral.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
 Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias.

Henrique José Cardoso Menezes Pereira de Moraes.
 João Carlos Filomeno Malhó da Fonseca.
 João Lopes Porto.
 João da Silva Mendes Morgado.
 José Manuel Macedo Pereira.
 Luís Esteves Ramires.
 Narana Sinai Coissoró.
 Nuno Krus Abecasis.
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.
 Rui Fausto Fernandes Marrana.
 Walter Francisco Burmester Cudell.

Partido Comunista Português (PCP)

Domingos Abrantes Ferreira.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

António Fernandes da Fonseca.
 António Francisco Barroso Sousa Gomes.
 António José Pinheiro da Silva.
 João Francisco Ludovico da Costa.
 João Joaquim Gonçalves.
 João da Silva.
 José Luís do Amaral Nunes.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Rui Paulo do Vale Valadares.
 Telmo Ferreira Neto.

Partido Social-Democrata (PSD)

Álvaro Barros Marques de Figueiredo.
 António Luciano Pacheco de Sousa Franco.
 José Rui Sousa Fernandes.
 Nicolau Gregório de Freitas.

Centro Democrático Social (CDS)

António Simões Costa.
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.
 Luís Aníbal de Sá de Azevedo Coutinho.
 Rui Garcia de Oliveira.
 Vítor António Augusto Nunes de Sá Machado.

Partido Comunista Português (PCP)

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.

O CHEFE DA DIVISÃO DE REDAÇÃO, José Pinto.

PREÇO DESTE NÚMERO 26\$00

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA